

Revista de Conjuntura

ANO XVII • Nº 61 • Setembro/Dezembro 2017
Janeiro/Abril 2018

Publicação do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal

ARTIGOS

A quem interessa a austeridade fiscal?

Fernando Ferrari Filho

**Naufração do Estado & Conjuntura
Econômica sob Crivo de Bombordo**

Marcos Kruse

**Complementaridade no BRICS
em Comércio e Investimento**

José Nelson Bessa Maia

**Servidor público estável:
Uma barreira enfraquecida a
malfeitos de colarinho branco**

Valdir Melo

**Dívida Pública ilimitada como
estratégia de Finanças Públicas
desreguladas: qual é o sentido?**

Guilherme C. Delgado

**Dados do PIB para 2017:
É caminhando que se vai ao longe?**

Roberto Ellery

**Uma rápida reflexão sobre
a mobilidade urbana no Brasil**

Mônica Guo Ming

Geovana Lorena Bertussi

**IPCA/Brasília 2017: Porque a maior
inflação do país?**

Clarissa Jahns Schlabitz

**BITCOIN:
Criptomoeda ou pseudomoeda?**

Newton Marques

Marusa Freire

Criptomoedas e a Bitcoin

Gilson de Lima Garófalo

Terezinha Filgueiras de Pinho

**Nota do Cofecon – Em 2018, retomar
o crescimento econômico com inclusão
e proteção social: o Brasil não
é o mercado financeiro**

Nota do Cofecon sobre Política Fiscal

COMPLEMENTARIDADE DOS



XXIV

PRÊMIO BRASIL DE ECONOMIA

A premiação que reconhece o seu valor



CATEGORIAS

Livros
Artigos científicos
Teses de doutorado
Dissertações de mestrado
Monografias de graduação


INSCRIÇÕES

01/03 a 13/07/18

pbe.cofecon.gov.br



COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

 /cofeconeconomia

cofecon.gov.br



Nesta edição

- A quem interessa a austeridade fiscal?** **04**
Fernando Ferrari Filho
- Naufração do Estado & Conjuntura Econômica sob Crivo de Bombordo** **06**
Marcos Kruse
- Complementaridade no BRICS em Comércio e Investimento** **13**
José Nelson Bessa Maia
- Servidor público estável: Uma barreira enfraquecida a malfeitores de colarinho branco** **22**
Valdir Melo
- Dívida Pública ilimitada como estratégia de Finanças Públicas desreguladas: qual é o sentido?** **25**
Guilherme C. Delgado
- Dados do PIB para 2017: É caminhando que se vai ao longe?** **31**
Roberto Ellery
- Uma rápida reflexão sobre a mobilidade urbana no Brasil** **34**
*Mônica Guo Ming
 Geovana Lorena Bertussi*
- IPCA/Brasília 2017: Porque a maior inflação do país?** **38**
Clarissa Jahns Schlabit

Índice

Revista de
Conjuntura

Publicação do Conselho Regional de
 Economia do Distrito Federal

ANO XVII • Nº 61 • Setembro/Dezembro 2017
 Janeiro/Abril 2018

BITCOIN: 42
Criptomoeda ou pseudomoeda?
*Newton Marques
 Marusa Freire*

Criptomoedas e a Bitcoin 45
*Gilson de Lima Garófalo
 Terezinha Filgueiras de Pinho*

Nota do Cofecon – Em 2018, retomar o crescimento econômico com inclusão e proteção social: o Brasil não é o mercado financeiro 51

Nota do Cofecon sobre Política Fiscal 52

As opiniões expressas nos artigos e entrevistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e entrevistados e não refletem necessariamente a do Corecon/DF.

Editor Responsável

José Luiz Pagnussat

Conselho Editorial

Carlos Eduardo de Freitas

Elder Linton Alves de Araújo

José Fernando Cosentino Tavares

José Roberto Novaes de Almeida

Mario Sérgio Fernandez Sallorenzo

Júlio Miragaya

Felipe Ohana

Eloy Corazza

Equipe CORECON/DF

Gerente Executivo

Daniel dos Passos Soares

Assessores

Angelton Francisco Lima Faleiro

Marianne Dias Pereira

Fiscal da Profissão de Economista

Angelton Francisco Lima Faleiro

Elisângela Cavalcante Resende Fonseca

Profissionais de Apoio ao Economista

Ísis de Oliveira Rodrigues

Jamildo Cezário Gomes

Michele Cantuária Soares

Wallace Santos Pires

Diagramação: MCO ArtDirect

Tiragem: 3.600

Periodicidade: Quadrimestral

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição da entidade. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

ERRATA:

A edição nº 60 (maio/agosto de 2017) não constou o nome da Economista Vilma Guimarães em sua capa como também colaborada do manifesto "Fórum de Mulheres Economistas discute os principais desafios enfrentados no mercado de trabalho".

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DA 11ª REGIÃO - DF

Presidente

Mario Sérgio Fernandez Sallorenzo

Vice-Presidente

Eloy Corazza

Conselheiros Efetivos

Bento de Matos Félix

César Augusto Moreira Bergo

Mário Sérgio Fernandez Sallorenzo

Ronalde Silva Lins

José Luiz Pagnussat

George Henrique de Moura Cunha

Luciana Acioly da Silva

Eloy Corazza

Carlos Eduardo de Freitas

Guidborgogne Carneiro Nunes da Silva

Homero Gustavo Reginaldo Lima

José Eustáquio Moreira de Carvalho

Conselheiros Suplentes

Flauzino Antunes Neto

Elder Linton Alves de Araújo

Gilson Duarte Ferreira dos Santos

Túlio Eufrazio Marques Júnior

Newton Marques Ferreira da Silva

Marcela Araújo Silva

Luiz Antônio Gouveia de Oliveira

Felipe Neiva Mundim

Pedro Garrido da Costa Lima

Delegado Eleitor-Efetivo

Mario Sérgio Fernandez Sallorenzo

Delegado Eleitor-Suplente

Maria Cristina de Araújo

Setor Comercial Sul, Quadra 1,

Ed. Antônio Venâncio da Silva, Salas 301/306

CEP: 70.395-900 – Brasília/DF

Telefones: (61) 3223-1429 / 3226-7487 / 99958-1718

E-mail: corecondf@corecondf.org.br

Site: www.corecondf.org.br

Horário de funcionamento: das 8h às 18h

(sem intervalo)

Editorial

A economia brasileira voltou ao azul em 2017, após dois anos de forte queda do PIB, de mais de 7%. Puxado pela agropecuária, que cresceu 13%, o PIB brasileiro avançou 1%, com a indústria estável e o setor serviços registrando alta de 0,3% no ano. Foi destaque, já conhecido no primeiro trimestre do ano passado, o excepcional desempenho da safra de grãos, que aumentou em 30%, dadas as excelentes condições climáticas que permitiram esse recorde. Já o PIB per capita cresceu apenas 0,2%, o que indica que levaremos alguns anos, calcula-se entre 5 e 6, para recuperar a queda da renda dos brasileiros, de mais de 9%.

Os dados continuam ruins no mercado de trabalho, com 12,2% de desempregados em janeiro de 2018, o equivalente a 12,7 milhões de pessoas. Dessas, mais de 5 milhões procuram trabalho há mais de um ano. Os contingentes mais pobres aumentaram substancialmente, com 4,7 milhões de famílias retornando às classes de renda D e E no período de recessão. Os bons resultados de mobilidade social e redução da desigualdade obtidos nos primeiros 14 anos do século foram anulados. De outro lado, os lucros cresceram. Os bancos registraram resultados recordes. Grandes grupos, oligopólios e monopólios, tiveram aquiescência do governo para proteger ou até aumentar os seus ganhos no período de crise. O caso da Petrobrás foi exemplar, cuja política de preços tem em vista recuperar a empresa. Essa política penaliza o setor produtivo, com fortes impactos negativos na concorrência e elevação dos custos, além de aumentar o custo real de vida das populações que mais necessitam de transporte.

Ainda no campo social, os instrumentos de política pública cambaleiam com as ameaças, tanto do discurso político como das amarras legais estabelecidas na área fiscal, com o Teto do Gasto e as reformas propostas.

Esse quadro – desemprego, aumento da pobreza e da desigualdade e a perspectiva de recuperação lenta das conquistas anteriores ao período de recessão – é um ambiente fértil para ideias e candidatos oportunistas nas próximas eleições. Este ano, em especial o segundo semestre, tenderá ser de relativa instabilidade para a economia, diante das incertezas que se arrastarão até que se tornem mais claras as opções para os governos e as pautas econômicas dos postulantes competitivos.

Não obstante, o conjunto de indicadores da macroeconomia brasileira está bom e fortalece a confiança tanto dos empresários como dos consumidores.

O setor externo da economia brasileira faz inveja à maioria dos países. O superávit de comércio foi recorde em 2017, de US\$ 64 bilhões, com as exportações e importações crescendo. O déficit em transações correntes foi de apenas US\$ 9,8 bilhões, com entrada líquida de Investimento Direto Estrangeiro girando em torno de US\$ 60 bilhões. O País ostenta, ainda, mais de US\$ 380 bilhões em reservas internacionais.

Na área monetária, a taxa Selic é a mais baixa da era das metas de inflação (6,5%), com possibilidade de novas reduções no decorrer do ano. A inflação está abaixo do piso da meta e projeções indicam que permanecerá sob controle.

A má situação fiscal está se revertendo e a perspectiva é de que continue a melhorar gradualmente. O déficit está sendo atenuado com o aumento da arrecadação, observado desde o final de 2017, que reflete em boa parte a retomada do crescimento da economia, e alguma racionalização das despesas. A queda dos juros reduz os custos da dívida pública. Os prognósticos para as dívidas líquida e bruta do setor público são de reversão da tendência de crescimento, com estabilização já em 2019, mesmo sem a aprovação da reforma da previdência.

Em síntese, os bons fundamentos macroeconômicos criam um ambiente favorável para a aceleração do crescimento da economia. A indústria, o comércio, os serviços e a agropecuária têm previsão de melhor desempenho em 2018 e 2019. O quadro social deteriorado, este, no entanto, vai exigir ação deliberada do governo, posto que a recuperação do emprego e da renda das camadas menos favorecidas pode se dar mais lentamente, e nesse caso seu bem estar pode ser melhorado com um governo mais ativo em funções que beneficiam diretamente as populações, como já está acontecendo timidamente na área da segurança pública.

A RENDA É CONCENTRADA NAS MÃOS DE POUCOS NO BRASIL. MAS QUEM PAGA MAIS TRIBUTOS SÃO OS POBRES E A CLASSE TRABALHADORA.

Já parou para pensar que ao comprar uma lata de extrato de tomate, você paga sobre este produto o mesmo imposto que as pessoas que ganham mais ou menos que você?

Esse modelo tributário taxando a produção e o consumo é injusto, pois acentua a pobreza e as diferenças sociais. Com pouca incidência sobre a renda e a riqueza, o modelo brasileiro de impostos alivia os que deveriam contribuir mais, ao mesmo tempo em que onera a classe trabalhadora.

É contra esse modelo injusto que o **Conselho Federal de Economia e a instituições integrantes** do Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social promovem sua Campanha, a partir da **mudança do modelo tributário brasileiro**. Nossa principal meta é a redução da desigualdade social no Brasil. **Participe!**



Desigualdade: isso é da sua conta.



CAMPANHA PELA
**REDUÇÃO DA
DESIGUALDADE
SOCIAL NO BRASIL**

ARTIGO

A quem interessa a austeridade fiscal?

Fernando Ferrari Filho*

Entre 2014 e 2016 o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro acumulou uma queda da ordem de 7,2% e a taxa média de desemprego elevou-se de 4,8%, em 2014, para 11,5%, em 2016¹. Centrando a atenção no PIB, uma análise comparativa desse resultado com o nível de atividade de quaisquer outros períodos da economia brasileira, desde que as estatísticas econômicas passaram a ser disponibilizadas, mostra que o País vivenciou a maior recessão de sua história.

Explicação para os motivos de nossa recessão não faltam, ainda mais porque, sendo Economia uma Ciência Social, há várias “tribos” de economistas. Por um lado, os economistas do *mainstream* argumentam que as origens da recessão se encontram na “nova matriz macroeconômica” implementada no primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014). Para esses, a redução artificial da taxa básica de juros, Selic, e a irresponsável expansão fiscal teriam criado expectativas inflacionárias, desequilibrado as contas públicas e gerado um efeito *crowding-out* na atividade econômica. Por outro lado, os economistas heterodoxos entendem que a taxa negativa do PIB acumulada no período 2014-2016 está relacionada à baixa relação formação bruta de capital fixo/PIB – média de 17,4%² entre 2014 e 2016 –, aos desdobramentos da crise internacional – entre os quais, a queda dos preços das *commodities* e a redução do volume de comércio mundial – e aos equívocos e pragmatismo das políticas fiscal e monetária.

Independentemente das razões explicativas para a recessão brasileira, a questão fundamental a ser respondida é a seguinte: o que fazer para que o PIB volte a crescer dinâmica e, mais importante, sustentavelmente?

Via de regra, a articulação de políticas fiscal, monetária e cambial é fundamental para que economias saiam da crise e, por conseguinte, recuperem o ritmo de crescimento. Exemplificando, as políticas fiscal e monetária contracíclicas implementadas pelas Autoridades Econômicas (AE), tanto de países desenvolvidos quanto de países emergentes, logo após a cri-

se financeira internacional de 2007-2008, foram importantes para mitigar o impacto dessa na “grande recessão” mundial, 2009-2010.

No caso de economias emergentes, como a brasileira, além das referidas políticas macroeconômicas, reformas estrutural-institucionais não podem ser negligenciadas como condição para que haja uma estabilização efetiva da economia, aqui entendida como crescimento econômico sustentável, controle do processo inflacionário e equilíbrios interno e externo³.

Centrando a atenção na política fiscal, como essa deve ser articulada/estruturada para que o Brasil encontre o caminho da recuperação?

Para o governo Michel Temer a retomada do crescimento passa, inquestionavelmente, pelo ajuste fiscal e pelas reformas estruturais (patrimonial e previdenciária), pois essas contribuem para o equilíbrio das contas públicas e a estabilização e/ou recuo da relação dívida pública líquida/PIB⁴. Em outras palavras, Estado Mínimo é a agenda econômica do Governo para a “ponte para o futuro” do País.

Nesse sentido, as AE propuseram, e foi aprovado no Congresso Nacional, o Novo Regime Fiscal (NRF), cuja ideia consiste em reajustar, nominalmente pela inflação passada, os gastos públicos correntes, engessando, assim, a política fiscal dos cinco próximos governos. Ademais, o Ministério do Planejamento está contingenciando, em função da queda das receitas correntes, as despesas governamentais previstas na Lei Orçamentária. Em suma, o Governo entende que austeridade fiscal é condição para o Brasil encontrar o rumo do crescimento.

Será mesmo? Observando-se a evolução dos resultados fiscais, primário e financeiro, apresentados na Tabela 1, a política de austeridade fiscal está sendo implementada não necessariamente para criar as condições para que a economia brasi-

* Professor Titular do DERI/UFRGS e Pesquisador Nível 1 do CNPq

¹ Taxas calculadas pelo autor a partir das informações estatísticas do IPEADATA (2018) e IBGE (2018).

² Taxa calculada pelo autor a partir das informações estatísticas do IPEADATA (2018).

³ Para maiores detalhes sobre uma agenda econômica para a estabilização da economia brasileira, veja Ferrari Filho e Paula (2016).

⁴ Segundo o Relatório Focus do Banco Central do Brasil (BCB), de 29/12/2017, ao final de 2017 a relação dívida pública líquida/PIB atingiria 52,1%.

leira volte a ter “fundamento” fiscal e, por conseguinte, crescer dinamicamente, mas, sim, para garantir o fluxo de rolagem da dívida pública. Mais especificamente, a referida Tabela mostra que, apesar de o déficit primário ter se elevado entre 2014 e 2016, diga-se de passagem, devido basicamente à queda das receitas correntes como consequência da recessão⁵, o déficit financeiro foi o principal responsável pelo desequilíbrio fiscal no período.

Assim sendo, em nosso ponto de vista, a austeridade fiscal, atualmente em curso, parece ter como preocupação central atender os interesses dos rentistas.

Tabela 1. Resultados Fiscais, Primário e Financeiro, em relação ao

Resultados Fiscais/Anos	2014	2015	2016
Resultado Primário/PIB (A)	- 0,6%	- 1,9%	- 2,5%
Resultado Financeiro/PIB (B)	- 6,1%	- 7,2%	- 6,5%
Resultado Nominal/PIB (A + B)	- 6,7%	- 9,1%	- 9,0%

Fonte: Elaboração própria a partir das informações estatísticas do IPEADATA (2018).

PIB, entre 2014 e 2016.

Contrariamente à austeridade fiscal, entendemos que, no curto prazo, alguma combinação entre juros baixos, o que vem sendo finalmente posto em prática por parte do BCB, e controle seletivo sobre o gasto corrente pode ser necessário de modo a aumentar o investimento público em infraestrutura e os gastos com programas sociais, principalmente porque ambos têm efeito multiplicador sobre o crescimento da demanda agregada. Por sua vez, no longo prazo, a compatibilização entre uma desejada flexibilização da política fiscal com a garantia das condições de sustentabilidade da dívida pública pode ser obtida pela divisão do orçamento público em dois segmentos distintos, em conformidade com a proposta original de Keynes (1980): (i) orçamento ordinário, relacionado às despesas correntes; e (ii) orçamento de capital, relacionado às despesas de investimento público. Pela proposição keynesiana, o orçamento ordinário deveria estar sempre em equilíbrio ou preferencialmente superavitário, ao passo que o orçamento de capital estaria provisoriamente em desequilíbrio, de modo a viabilizar os investimentos públicos em infraestrutura e nas áreas sociais, contribuindo, assim, não somente para o

crescimento econômico como, também, para a melhoria da distribuição de renda.

Concluindo, contrariamente ao NRF que controla tão somente os gastos correntes do governo, é necessário que se adote um regime fiscal que leve em consideração os condicionantes da fragilidade financeira do governo federal. Em suma, a articulação da política fiscal nos moldes acima propostos parece ter mais condições para recuperar a economia brasileira, assegurar o equilíbrio fiscal intertemporal e estabilizar ou reduzir a dívida pública no longo prazo.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL (2018). Relatório Focus de 29/12/2017. <http://www.bcb.gov.br>, acessado em 17 de janeiro.

FERRARI FILHO, F.; PAULA, L.F. (2016). Padrões de crescimento e desenvolvimentismo: uma perspectiva keynesiano-institucionalista. *Nova Economia*, v.26, n.3, pp.775-807.

IBGE (2018). Estatísticas. <http://www.ibge.gov.br>, acessado em 17 de janeiro.

IPEADATA (2018). Séries Históricas. <http://www.ipeadata.gov.br>, acessado em 17 de janeiro.

KEYNES, J.M. (1980). *Activities 1940-1946: Shaping the Post-War world – employment and commodities (The Collected Writings of John Maynard Keynes, XXVII)*. London: Macmillan.

Fernando Ferrari Filho
ferrari@ufqs.br

Professor Titular da UFRGS e Pesquisador do CNPq.



⁵ Como se sabe, as receitas são elásticas ao ciclo econômico.

⁶ No ano passado a taxa Selic caiu 6,75 pontos percentuais, passando de 13,75% ao ano para 7,0% ao ano.

ADPTICO

Naufrágio do Estado & Conjuntura Econômica sob Crivo de Bombordo

Marcos Kruse¹

Introdução Necessária

Ao se mencionar conjuntura econômica, muitas coisas podem vir à mente. Sem dúvida, pode ocorrer de se trazer à baila gráficos dos diversos itens componentes daquilo que se convencionou chamar economia conjuntural, especialmente em seus componentes macroeconômicos. Quanto os atores sociais e econômicos ganham ou perdem, tudo isto faz parte daquilo que chama conjuntura econômica. Se é conjuntura, tem de ser do momento.

Pois bem, sem desmerecer análises pontuais divergentes, entendemos que qualquer analítica que se assuma depende dos prejuízos eleitos de antemão. Por isso mesmo, recusamos qualquer proposição de que a análise de conjuntura a ser feita seja isenta ou mesmo objetiva. O que se pretende é apresentar análise econômica sob o olhar crítico que também não deixa de ser parcial. Isto é assim porque o que se analisa sobre a economia depende de quais valores econômicos se admite a priori. A análise que se faz neste momento é dado por prejuízo assumido de vertente analítica à esquerda. Singramos a bombordo, tenha-se clareza, para fazer as perguntas críticas ensejadoras da análise.

1 – Qual Conjuntura?

A conjuntura econômica analítica prejudicial se dá pela virtual destruição da Constituição Federal de 1988. O Brasil que se moldara a partir de 1988 deixou de existir. Explicamos o caso. Uma das principais funções de qualquer Constituição é a definição funcional do Estado porque Constituição e Estado perfazem fusão simbiótica. Por meio da Constituição, pretendeu o Constituinte, expressão de cunho jurídico para descrever a Assembléia, fundar o Estado brasileiro notadamente em torno das garantias individuais. Era, como discursou Ulisses Guimarães, a Constituição cidadã.

Pretendeu a Carta Magna que o Estado teria função integradora para a superação das mazelas históricas em que se encontrava e ainda se encontra, a maior parte da população brasileira.

Para a economia, pretendeu-se que esta estivesse instrumentalizada para a realização dos fins valorativos previstos e admitidos pela constituição. Neste sentido e, exemplarmente, pode ser visto o caso das populações indígenas ou originárias desta terra. Pela Constituição Federal, os direitos dos povos originários estariam sendo resguardados especialmente pelo Ministério Público e o Estado que se fundava em 1988 teria que voltar os olhos para equacionar os problemas históricos relacionados aos povos originários.

A espinha dorsal da Constituição, muito além das cláusulas pétreas, se definia a partir da interessante noção das receitas e despesas vinculadas.² Diferentemente do regime militar que fazia o que queria com os recursos que tinha à disposição, o novo Estado constitucional brasileiro tinha que destinar percentuais fixos sobre o montante da arrecadação fiscal para a educação e saúde. A discussão quanto a estes percentuais poderia até existir, mas houve em 1988, atribuição do percentual. Independente da discussão sobre o tema, a novidade constitucional se deu pela adstringência da distribuição das verbas auferidas como receitas do Estado. Esta era a espinha dorsal que estabelecia o norte, o rumo que deveria ser seguido pelo Estado.

A aprovação da PEC 241 (Câmara) ou PEC 55 (Senado) e conseqüente Emenda Constitucional 95/2016 decretou a morte prematura da Constituição Federal de 1988. Hoje, a Constituição é a interface visível do monstro de Frankenstein.

Para se entender a questão em rápidas pinceladas, a notícia fortemente difundida na mídia e também nos fóruns

¹ Economista, Perito Judicial, Doutorando em Direito pela Universidad Nacional Lomas de Zamora – Argentina com tese sobre usura. Conselheiro Efetivo do CORECON – VI (Paraná). Coordenador do Núcleo de Perícia Econômica-Financeira e Presidente da Comissão de Fiscalização.

² Esta proposta, na verdade, é muito interessante e bastante original. Estabelecia o horizonte de investimentos que o Estado teria de fazer. Do montante que se arrecadava, determinado percentual já estava destinado a ser investido em educação e saúde. Este percentual fixo estabelecia os imperativos de vinculação do Estado. Eram as amarras que mantinham o Estado vinculado ao seu “programa”. Para a CF em 1988, educação e saúde estavam definidos como amarras para a atuação do Estado. Efetivo do CORECON – VI (Paraná). Coordenador do Núcleo de Perícia Econômica-Financeira e Presidente da Comissão de Fiscalização.

econômicos de viés estibordo, de rombo nas contas públicas gestou a proposição criativa de se readequar as contas públicas. Ao invés de se fazer tecnicamente a análise econômica dos fatores responsáveis pelo rombo,³ optou-se por estraçalhar a lógica de investimentos percentuais (midiaticamente chamados *gastos*) pela lógica da manipulação das despesas quase como ocorria no regime militar. O governo, agora, não tem amarras. A despesa para outros fins se pode realizar às custas dos investimentos carimbados em saúde e educação.

A questão de fundo de tal estraçalho constitucional no novo Estado pós-golpe⁴ é que este entendeu não ser viável o sustento dos pagamentos a serem feitos ao capital rentista junto com a manutenção das vinculações percentuais sobre a arrecadação. Ou seja, os gastos públicos teriam de ser contidos para que os serviços da dívida pudessem ser pagos. Entre as hipóteses alternativas de paga das rendas capitalistas e o sustento da educação e saúde, o novo Estado pós-golpe opta pelo sustento às rendas capitalistas.

Há que se ter clareza sobre esta questão. O Estado que se firma com a aprovação da Emenda Constitucional citada não mais é o Estado que se erigiu com a Constituição de 1988. Aquele Estado Constitucional anterior não se tinha erigido como subserviente à lógica do neoliberalismo; este novo Estado monstrengo se pauta precisamente pelo encurvatio ao novo senhorio que detém outra lógica. Lógica que se faz visível também e especialmente no campo econômico. Aliás, a economia era o pretexto para o golpe e depois, para a destruição constitucional. Economia vista de estibordo, por certo. Vista sob a ótica de que as receitas devem ser iguais ou maiores que as despesas. Em não sendo, conforme miopia ciclópica, cortam-se despesas, isto apesar de ser possível descobrir que o problema, de fato, está no campo das receitas. Mas aí, a turba à qual aderem alguns economistas, entra em polvorosa. Tudo, menos reforma tributária.⁵

Mais além da destruição da Constituição e do Estado

constitucional que ela havia criado, o problema que se verifica no cotidiano do pós impedimento é o de rompimento das estruturas democráticas. Na medida em que se funda um novo Estado, o povo, ator central em torno de quem o Estado deveria constitucionalmente orbitar, vai sendo alijado da esfera decisional. O novo Estado, para fazer-se, isola da esfera decisional o povo. De centro orbital, o povo vai para a periferia, para a órbita em torno da elite que se entende, a si mesma, o Estado. *L'état c'est moi* nada mais atual na fala de Luís XIV. Há que se ter muita clareza. A palavra povo aqui se emprega significando a maioria da população componente de qualquer nação. Maioria significa incluir na conta as inúmeras marginalidades que compõem a assim chamada realidade brasileira. É precisamente esta maioria que se encontra alijada dos processos de ruptura democrática implementados pelo pós-golpe.

Um segundo olhar de decorrência da quebra constitucional se consolida no cenário institucional degradingolado. Este cenário institucional degradingolado não se refere à consolidação das estruturas institucionais de poder e sim, à deterioração das estruturas institucionais que sustentam a democracia. A questão é deprimente. A democracia, no novo Estado pós-golpe não mais dispõe de mecanismos para ser exercida. Para as esquerdas parece ter sobrado apenas as ruas. Mas, as ruas pouco fazem se o movimento de rua não é midiotizado. Dizer: "o que não aparece na TV não existe" parece fazer mais sentido político do que o jargão jurídico que diz: "o que não consta nos autos não existe." (*Quod non est in actis non est in mundo*).

Em depressão, democracia que se faz mediada pelos meios de comunicação não é democracia, sem que seja preciso detalhar a força do que se afirma. Qual é, portanto, a conjuntura? A pintura do quadro conjuntural deste artigo,, do ponto de vista da esquerda, é carregada de cores sombrias. Na verdade, pintura sem muitas cores, carregada de tons e semitons de cinza. A sombriedade da pintura se dá pelo simples olhar de que qualquer solução econômica viável teria de ser solução para o povo da margem e não contra

³ Por uma miopia transversa, muitos economistas entenderam que "algo" tinha que ser feito, sob pena de tornar-se a dívida rentista impagável. Este algo, para a analítica de bombordo teria que ser discutido, basicamente, pelo problema de arrecadação. Mas aí, sobraram patos amarelos para obscurecer a correta apreciação do problema tributário uma vez que este passou a ser questão de corte de "despesas".

⁴ Aqui, para não tornar o artigo enfadonho, deixamos de explicitar as razões que fundam considerar os eventos relacionados à queda de Dilma Rousseff golpe de Estado. Entre abundante literatura, o que aduz HOLMES, P. Porque foi um Golpe, In: <http://www.criticaconstitucional.com.br/por-que-foi-um-golpe/> [Internet], acesso em 25 de janeiro de 2018 é, do ponto de vista jurídico, elucidativo. Há muita literatura sobre esta questão.

⁵ Sobre o imperativo de reforma tributária há, também, farta literatura. Este tema me parece relativo consenso econômico que se costura fora da luz do dia e não se enfrenta como deveria.

ele. A paga dos encargos rentistas com os quais se comprometeu o novo Estado pós-golpe se fez sem consulta àqueles que, efetivamente pagam a conta. Quem paga a conta não são os patos amarelos. Quem paga a conta, dada a regressividade tributária brasileira, é a massa daqueles que sobrevivem dos minguados caraminguás salariais. Conjuntamente e pela força de um golpe de Estado, o ator central em cena não mais é o povo (alguém ainda se lembra dele?) e sim, o capital rentista.

2 – O Bom e Velho Capitalismo Rentista.

Que o capital rentista consegue abocanhar progressivas fatias da riqueza gerada mundialmente não mais é novidade nem é preciso ser comunista para entender isso.⁶ O que se poderia aventar como novidade é o uso da expressão capital fictício ou lucros fictícios para descrever como funciona o rentismo enquanto doutrina de conveniências do capitalismo contemporâneo. De fato, há problemas profundos e mundiais em torno do capital enquanto expressão de um movimento especulativo generalizado como forma de se gerar lucros.⁷ O capital se tornou um enorme castelo de cartas porque a constituição das rendas se dá pela base especulativa. A tal base, Carcanholo e Nakatani aplicam o nome de capital *parasitário*.⁸

Mesmo que não se discorde da proposição que é feita sobre a natureza parasitária do capital especulativo, Harvey destacou com propriedade que o capital especulativo ou

parasitário não é algo diferenciado do capital dito produtivo.⁹ Estão entrelaçados, unha e carne de sorte que não se pode separar um do outro. O capital flui para realizar-se em qualquer lugar que se lhe pague mais, tal qual prostituta que tem bem claro o quer, especialmente porque só cuida de si mesma; não tem filhos e os pais estão mortos.¹⁰

O x do problema é exatamente este. O capital em suas aparições fictícias ou especulativas, apropriou-se do Estado brasileiro. Isto porque, o Estado não é apenas superestrutura do poder. O Estado é *“estrutura totalizadora de comando político do capital (...)”*, o Estado não pode ser reduzido ao *status de superestrutura*.¹¹ Daí que o capital, aquele que move as peças em funções do seu próprio interesse, este capital precisava apropriar-se do Estado, especialmente se a lógica do Estado lhe for adversa. É por isso que a análise de conjuntura econômica deve ser feita sob a consideração da lógica do poder. Lógica crítica, aliás, completamente ausente nas reflexões dos economistas adeptos do marginalismo econômico.

A conjuntura que se analisa neste momento, a partir do bombordo é a da rápida desagregação dos mecanismos de manutenção de qualquer projeto nacional de caráter desenvolvimentista.¹² Pelo menos aqui, no tema do desenvolvimento se imagina ser possível haver algum nível de consenso. Se este consenso econômico for possível, o tema do desenvolvimento torna-se imperioso.

De fato, as rupturas promovidas pela lógica do capital rentista

⁶ PIKETTY, Thomas. *Capital in the Twenty-First Century*, London: Cambridge, 2014.

⁷ Veja a obra organizada por GOMES, H. *Especulação e Lucros Fictícios; Formas Parasitárias da Acumulação Contemporânea*, São Paulo: Outras Expressões, 2015.

⁸ CARCANHOLO, R. A. & NAKATANI, P. O Capital Especulativo Parasitário: Uma Precisão Teórica sobre o Capital Financeiro, Característico da Globalização In: GOMES, H. *Especulação e Lucros Fictícios; Formas Parasitárias da Acumulação Contemporânea*, São Paulo: Outras Expressões, 2015, pp. 31-59. Como dizem os autores, *“(...) o capital especulativo parasitário é o próprio capital fictício quando ele ultrapassa em volume os limites suportados pela reprodução do capital industrial.”* (p. 54).

⁹ HARVEY, D. *Os Limites do Capital*, São Paulo: Boitempo, pp. 321ss. De fato, aponta ele que *“a compra e venda conduz à criação de um tipo especial de mercado – mercado de ações. Esse mercado é um mercado para o capital fictício, para a circulação dos direitos de propriedade como tais.”* (p. 364) e logo depois, *“(...) os mercados para o capital fictício são vitais para a sobrevivência do capitalismo porque somente por meio deles a continuidade do fluxo de capital que rende juros pode ser assegurada.”* (p. 367). Em outra obra, *17 Contradições e o fim do Capitalismo*, São Paulo: Boitempo, 304 o mesmo Harvey aponta o problema do capital financeiro lastreado pela lógica exponencial. De um lado ficam as exponenciais da lucratividade capitalista; do outro, a ampliação das misérias humanas. O problema central é que as ampliações da lucratividade capitalista, contrariamente ao senso comum, não se podem sustentar infinitamente. Exponenciais infinitas são uma beleza teórica e uma tragédia prática. A situação de melhoria das condições de vida da população brasileira, exatamente daquela população periférica, não pode depender da continuidade dos ganhos do capital rentista. Em teoria é assim; na prática e na conjuntura do novo Estado brasileiro, a prática é manter os ganhos do capital rentista. As periferias que se lasquem.

¹⁰ PLIHON, D. *El Nuevo Capitalismo*, Buenos Aires: Siglo Veinteuno Editores, 2003.

¹¹ MÉSZÁROS, I. *Para Além do Capital*, São Paulo: Boitempo, p. 119.

¹² Neste sentido, ganha realce, por exemplo, a venda da Embraer, empresa de enorme interesse estratégico nacional, para a Boeing (EUA), situação que pode minar a aquisição dos caças Griphen da sueca SAAB, negociação de 15,7 bilhões de reais. Há enorme quantitativo de ações estratégicas de governo implementados pela gestão petista que simplesmente foram para a lata de lixo. A conjuntura econômica brasileira é de rápida substituição da posição de protagonismo para posição de subserviência.

desestabilizam, dificultam e até impossibilitam a retomada de um projeto de desenvolvimento nacional. Na verdade, esta é a questão que se coloca como forte tema e aponte das esquerdas e nem deixa de estar na pauta de reflexão da direita.¹³ A diferença entre uma margem e outra é, grosso modo, avaliar se o desenvolvimento há de ser pensado endogenamente ou exogenamente. Normalmente, a direita pensa que os recursos do desenvolvimento estão atrelados à poupança externa. A esquerda prioriza o desenvolvimento como resultado do movimento interno. E, de novo, o x da coisa é perceber que tudo que vem de fora traz consigo sua própria lógica.¹⁴

Desenvolvimento da nação não é um tema como qualquer outro; é o tema que marca o presente e o futuro do país. Fugir do debate de um projeto nacional significa deixar que o capital em suas diversas manifestações assuma o controle a partir da ideologia do livre mercado. Livre mercado que, sempre é bom dizer, não funciona e mantém compromissos consigo mesmo, nada mais.¹⁵

3 – Para onde fixar o olhar?

O tema único e para o qual deve haver fixação do olhar é o desenvolvimento da nação. É por aí que a picada tem de

ser aberta. Tal tema, como é bem sabido, comporta diversos ângulos de abordagem. Entrementes, atendo-me apenas a um aspecto que entendo essencial. Não é possível pensar em desenvolvimento sem assumir compromisso sério e inarredável pela educação como projeto nacional. Sem educação primorosa, toda análise de conjuntura estará presa à superficialidade de parangolé.

Abandone-se tudo, menos a educação. Não é possível pensar que o Brasil possa desenvolver-se sem educação. Educação primorosa, valente, formadora da cidadania e das potencialidades das pessoas. Apenas pela educação é que pode minorar e até evitar o fascismo como modo de recalcar a violência e o desatino. A redenção do país é o povo educado. Em continuando como está, nem sequer é possível falar em democracia.¹⁶ É pela deseducação do povo, inclusive política, que a democracia representativa não se exerce. Sem educação não há aumento de produtividade do trabalho. Sem educação, macula-se qualquer futuro para a nação. Sem educação, são gestadas desgraças como as que se estamparam nas manifestações de rua brasileiras que reavivaram o pior imaginável do mais tosco fascismo.¹⁷

¹³ Veja que há sem número de diferentes artigos e debates sobre o tema. O PCdoB em maio de 2014 discutia a conformação de um projeto para o desenvolvimento do Brasil (<http://www.vermelho.org.br/noticia/242965-1>). Também o PDT de Ciro Gomes insiste em bater nesta tecla e Marcelo Pellegrini em notícia publicada em 22 de maio de 2015 para Carta Capital trouxe à tona debate do painel que contou com a presença de Ciro Gomes, Celso Amorim e David Barioni. É preciso debater o que se quer para o país. Mas, este debate, conforme a lógica da esquerda, somente tem sentido se fizer a inclusão da periferia. Ou seja, a esquerda não entende ser desenvolvimento o processo de acúmulo por exclusão das periferias. Desenvolvimento nacional não é o avanço dos lucros e rendas capitalistas. Desenvolvimento tem a ver com povo, objeto e sujeito do desenvolvimento e não com o capital que tem de ser instrumento de realização dos propósitos desenvolvimentistas. O capital que não quer participar do desenvolvimento da nação, realmente não interessa, mesmo que ao capital especulativo se façam mundo afora inúmeros salam meleques.

¹⁴ GOWAN, P. A Roleta Global, pp. 29-71. Gowan aborda a lógica dos mercados de capitais sob o olhar atento de Wall Street. A política financeira global é dada em função do Dollar-Wall Street Regime (DWSR) que é um sistema notavelmente especulativo. É assim que Wall Street incorpora, além do mercado de capital, uma lógica missionária que assume como tarefa básica a conversão do sistema financeiro à sua própria imagem e semelhança. Os bancos, criando dinheiro ex nihilo estabelecem promessa de realização de lucros futuros. Criam pois, títulos de crédito que partem do nada e que podem ser comprados e vendidos graças ao sistema promissório em que se garantem lucros futuros. A economia assim, caminha por adiantamentos, questão duramente criticada por SOROS, G. A Crise do Capitalismo: As Ameaças aos Valores Democráticos; As Soluções para o Capitalismo Global, 3ª ed., São Paulo: Campus, 1999, pp. 189-233 (Soros não é socialista!).

¹⁵ ROBERTS, P. C. The Failure of Laissez Faire Capitalism, Atlanta: Clarity Press, 2013. Paul Roberts, é bom que se diga, foi Assistente da Secretaria do Tesouro na Administração Reagan. Trata-se de um insuspeito economista que percebeu a situação posta lamentando, “there is no economic recovery.” Ainda, UBEL, P. A. Loucura do Livre Mercado, São Paulo: Civilização Brasileira, 2014 [2009].

¹⁶ Daí também, mesmo respeitando posicionamentos divergentes e mesmo tendo eu dado aula em instituições de ensino particular, a educação é a tarefa básica e fundamental do Estado. O ensino deve ser exclusivamente público. À educação privada falta o elo fundamental de compromisso com a nação porque, pela privatização, o ensino se torna mercadoria. O mesmo ocorre com a saúde. Ensino e saúde não podem ser mercadorias. Tornam-se mercadorias sob o viés e a lógica do capital. Só que, em ambos casos, ocorre desvirtuamento do significante. Longe de ser qualificada tal proposta como comunismo tosco, ensino público exclusivo se estabelece nos países da Escandinávia, Alemanha e agora, Chile. Não tem jeito. Quando se pensa em Estado é preciso pensar em Estado funcional e a educação é função prioritária de qualquer Estado.

¹⁷ POLANYI, K. P. apresentou 2 textos fundamentais sobre a questão do fascismo, ambos compilados em Textos Escogidos, Buenos Aires: CLACSO, 2012. O primeiro, El fascismo y la Terminologia Marxista (pp. 231-234) aponta os desníveis de comunicação entre o discursos fascista e o marxismo. Neste artigo, o problema pontuado por Polanyi é que “o fascismo é essa forma de solução revolucionária que mantém o capitalismo intacto.” (p. 233). Fascismo é um jeito de mudar para manter as coisas do jeito que estão. O segundo artigo, do ano de 1935, La Esencia del Fascismo, às pp. 203-229 da obra citada, aborda o fascismo sob o prisma do recalque capitalista. O fascismo é uma tentativa de reforçamento do capitalismo por meio da imposição da ordem e vinculação do capital com o Estado. Em qualquer dos casos, o fascismo não tem condições de oferecer qualquer via revolucionária para os problemas do capitalismo.

Pois bem. Desenvolvimento sem educação não é possível. Isto significa dizer que a esquerda não compartilha o ideário de que o desenvolvimento decorra do aumento da exploração capitalista. Desenvolvimento não se dá pelo ingresso de capital estrangeiro porque este não se resolve pela multiplicação da iniciativa privada na exploração capitalista. O Mc Donald's ou Burger King não são soluções para a fome no mundo. Desenvolvimento se dá como processo educacional integrado. Isto significa dizer que a entrega do pré-sal às multinacionais estrangeiras, da forma como foi processada, sepultou um importante projeto de financiamento de desenvolvimento educacional para, ao revés, gerar benefícios privados.

Estas questões pontuais afetam a conjuntura cinzenta em que está encalacrada a nação brasileira. Isto porque a democracia somente é viável como resultado do processo educacional geral. Sem democracia, a analítica econômica até pode ter gráficos interessantes. Mas estes, sempre estarão a serviço de poucos, do centro minoritário.

O ganho capitalista que interessa à economia de esquerda é aquele que se reverte em ganho geral, da maioria periférica. Qualquer análise econômica deve compreender que esta se faz em função de determinada parcialidade. A questão é saber a favor de quem se assume parcialidade. A esquerda assume o lado dos despossuídos notadamente porque entende que a economia normalmente é articulada como economia dos possuidores. Só que tal economia dos possuidores não existe sem que os despossuídos dela façam parte como ingrediente da movimentação. Por isso, a economia que se preza tem de poder olhar para o lado real da economia, para o universo do trabalho em detrimento do olhar para o capital. Se o olhar não for acertado, a economia resultante será vesga e aí cumprirá a inglória tarefa de sicofantia. A verdade é que não cursei e continuo a estudar

economia para exercer ou contentar-me com tal função.

4 – Pontual Conjuntural

Análise de conjuntura se faz, sempre a partir de determinado olhar. Os mesmos fatos podem contar com interpretações diferentes, razão pela qual é mais importante o olhar que os dados em si. Vejamos a coisa.

O governo pós-golpe dá notícia no site <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/02/endividamento-das-familias-cai-ao-menor-nivel-em-quase-sete-anos-1> que o “endividamento das famílias cai ao menor nível em quase sete anos”, isto em fevereiro de 2017. Apenas o governo comemora situação de completo descabro rentista,¹⁸ isto a ponto de poder-se afirmar que o endividamento das famílias é causa oculta e subjacente ao golpe de 2016.¹⁹

O Gráfico 1 apresenta a situação que se destaca. Primeiro, que o tipo de endividamento característico brasileiro é o do cartão de crédito seguido das operações congêneres. Não há, por exemplo, forte endividamento imobiliário. O que aparece mais do que o imobiliário, sem ser surpresa, é o financiamento de veículos.

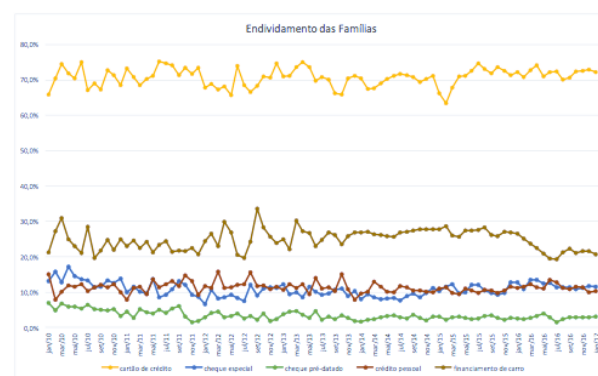


Gráfico 1: Endividamento das Famílias
 FONTE: CNC. Org – Dados em forma de gráfico pelo autor

¹⁸ RIBEIRO, R. F. & LARA, R. O Endividamento da Classe Trabalhadora no Brasil e o Capitalismo Manipulatório In: Serv. Soc. Soc. São Paulo, nº 126, pp. 340-359, mai/ago, 2016, artigo disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n126/0101-6628-ssoc-126-0340.pdf> [Internet], acesso em 26 de janeiro de 2018. O problema mais sério do endividamento brasileiro diz respeito à composição da dívida. No Brasil, as dívidas vinculam-se fortemente ao cartão de crédito em detrimento do financiamento imobiliário. Como o financiamento imobiliário brasileiro depende fortemente da vontade política do governo, as iniciativas de se propor educação financeira por parte das instituições financeiras e também por agremiações de economistas, dizem os autores, fazem parte do “pacote ideológico” de responsabilização do endividado consumidor. O endividamento, ao invés de ser analisado macroeconomicamente, passa ao prisma micro. O culpado do endividamento é o próprio devedor. Isto é assim porque no endividamento se pressupõe a legitimidade dos encargos. O mesmo que ocorre no nível global, passa a ser regra também para os casos particulares

¹⁹ O dados foram tabulados por NAKABASHI, L. & ANTHONY, M. & XAVIER, K. para o Boletim Crédito, ano IV, jun/2016 da FUNDACE, boletim disponível em https://www.fundace.org.br/_up_ceper_boletim/ceper_201606_00214.pdf [Internet], acesso em 26 de janeiro de 2018. Dos números que agora chegam à comemoração do governo conforme a notícia citada supra, o índice alcançou o patamar de 56,2%. A situação tem de ser bem compreendida, até porque, o índice ainda não se configura fora de padrões mundiais. O endividamento no capitalismo contemporâneo estabelece padrões anti-revolucionários, especialmente pela posterga das dores. Compra-se hoje o alimento que será pago nos próximos meses. O desespero, motivador das greves e da luta, vai se fazendo aos poucos, não pela situação de penúria imediata e sim, pela supressão do crédito.

O endividamento das famílias, situação não retratada no Gráfico 1 e sim a composição do endividamento,²⁰ é o problema básico que determinou o emperramento do financiamento público do desenvolvimento sustentado nos moldes defendidos pela social democracia petista.²¹

O endividamento se generalizou porque o crescimento da economia sustentado pelo crédito, situação do ideal mundo usurário e capitalista (!), somente funciona enquanto houver manutenção da exponencial do esquema PonziBancário.²² O esgotamento dos recursos para a paga dos compromissos assumidos se dá, fundamentalmente, pelo progressivo embutimento dos juros no crédito.²³ Ou seja, o problema econômico conjuntural é, na verdade, reflexo de problemas econômicos estruturais dados pelo castelo de cartas financeiro.

A análise feita pela ilustre economista do CNC, Marianne Hanson sobre o aumento do endividamento das famílias brasileiras em 2017 propõe que *“a recuperação, ainda que lenta, da atividade econômica, aliada à redução das taxas de juros, queda da inflação e reversão, ainda que modesta, das taxas de desemprego, ajudam a explicar a maior disponibilidade de crédito para as famílias e conseqüente endividamento”*, data máxima vênua, não é de viés a bombordo. CNC é a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo razão pela qual lá na ponderação feita, a navegação proposta pela ilustre economista se faz a estibordo.

Há itens importantes que costumam ser desconsiderados pela análise do endividamento. Um deles é a liberação do FGTS em 2017 que serviu para quitar parcelas importantes do endividamento pretérito. Sem o FGTS, o endividamento das famílias mostraria sua real perversão. Mas, observe-se que a liberação destes recursos represados junto à CEF vai para a quitação de dívidas. É o eldorado da máquina financeira que tira recursos de um bolso para jogar em outro.

A expansão do crédito imobiliário, parte da estratégia petista para o desenvolvimento das forças produtivas era um dos componentes do endividamento. Mas aí, tratava-se de endividamento de longo prazo. O que ocorre na consolidação do novo Estado brasileiro é a substituição do endividamento de longo prazo pelo curto prazo. Este endividamento privado afeta todos porque todos estão vinculados ao sistema financeiro. A afetação da totalidade se dá, notavelmente, pelas viagens do turismo internacional. Os turistas brasileiros em Nova York e Miami esbaldaram o crédito para depois, baterem panelas. Para tais pessoas, o endividamento e os problemas em que se punham no momento das passeatas nada tinha a ver com a situação de esbanjamento vivida no passado.

Tudo o que hoje faz o governo respira o custo da recessão que já se induz a si mesma. É o tal círculo do diabo. Fato é que não se vê horizonte límpido para o futuro. Ademais, a conjuntura econômica responde à profundização das

²⁰ Ou seja, não tem muita relevância graficar o percentual do endividamento e sim, a composição do endividamento conforme divulgado pelo CNC. Dito isto, é importante saber que o endividamento das famílias na economia brasileira tem a ver com a proliferação do crédito de realização rápida e de altas taxas de juros em detrimento do crédito de maturação prolongada e baixas taxas usurárias.

²¹ Isto nem de perto pode lastrear o que afirmou José Aníbal do Instituto Teotônio Vilela (PSDB) em reportagem Muito Mais do que Uma Década Perdida de O Estado de São Paulo e disponível em http://itv.org.br/projeto/itv/arquivos/Brasil_Real_148_Decada_perdida_v1217.pdf [Internet], acesso em 26 de janeiro de 2018. Para ele, a recessão teria sido produzida pelo PT e que a tarefa do novo Estado seria retomar o crescimento. Qual é a questão aí? A questão aí é que, de novo, se está às voltas com o tal crescimento que vem de fora, notadamente pela venda de ativos e minimização do Estado e de suas capacidades de direcionar o desenvolvimento da nação. O desenvolvimento da nação, conforme a lógica do Aníbal, teria ficado comprometido pela gestão petista. Do texto se vê bem os supostos fundamentos econômicos que levaram à ruptura institucional. Resposta ao texto de Aníbal veio da lavra do economista Marcio Pochmann. Basicamente, aponta Pochmann para a leitura enviesada da economia brasileira promovida por Aníbal. O enviesamento se dá, fundamentalmente, porque os problemas estruturais da economia brasileira não se pretendem equacionar com a suposta reforma promovida pelo governo Temer. Pelo contrário, ao invés de se solucionar os problemas, estes se maquiagem pela “propaganda enganosa”. Nesta propaganda se pode incluir a questão do desemprego, simplesmente varrida para debaixo do tapete e o novo desemprego gestado pelo cerre da proteção ao trabalho assalariado. Para Pochmann, naquele momento, não havia, “(...) infelizmente, indicação consistente de recuperação sustentada da economia nacional.” Este veredicto de dezembro de 2017 se mantém no presente artigo, em fevereiro de 2018.

²² Nunca vi tratar estes conceitos como se fossem um só. O esquema Ponzi é o velho esquema piramidal que funciona na base exponencial. O mesmo esquema, em escala ampliada ocorre com o sistema bancário. Este não desmorona porque, antes de desmoronar, normalmente vai encontrar o socorro estatal como ocorreu com a companhia de seguros AIG entre muitos outros socorridos. Os bancos tornaram-se too big to fail.

²³ MARAZZI, C. *The Violence of Financial Capitalism*, Los Angeles: Semiotexte, 2011. Concisamente diz o autor que o problema central se dá em torno da realização dos lucros porque esta depende de que haja manutenção do consumo. Qualquer política de arranjo do Estado que se coloque subserviente ao capital financeiro vai encontrar-se em posição de extrema vulnerabilidade. “(...) The problem is that, with financial capitalism, on a global scale, it is extremely difficult i. e., reestablishing a more balanced relationship between the real and financial economy, for example by increasing investments in the industrial sector or, as in the 1930s in the US, investing in the construction of the social state. By now, finance permeates from the beginning to the end the circulation of capital.” (p. 107). A questão é que o capitalismo financeiro é o modo de ser do capitalismo pós-fordista.

mudanças legislativas. As mudanças ocorridas na CLT não apenas colocam em xeque as estruturas sindicais de intermediação de equilíbrio entre as forças do capital versus trabalho como, muito propriamente, colocam em questão o fim da Justiça do Trabalho e também, no horizonte, o fim da classe média assalariada.²⁴ Trata-se de um novo horizonte de abissal insegurança social.²⁵

Esta insegurança social vai completar-se integralmente quando for aprovada a reforma da Previdência Social. Os motivos de insegurança estão divulgados alhures. Não me fixo nesta questão. Fixo-me, basicamente, na falta de sustentação dos motivos pelos quais se pretende reformar a Previdência. Pelo ora dito, os motivos existem quando a prioridade é a paga do capital rentista.

Mas aí, vem o coelho da cartola, já não mais se está dentro da lógica que orientou os trabalhos e a promulgação da Constituição Federal de 1988. De fato, tal qual a determinação de aplicação do percentual definido sobre a arrecadação em educação, a questão da Seguridade Social foi alçada ao patamar constitucional. Basicamente, o Estado brasileiro constitucional se articulava em sua missão histórica de resgate histórico da cidadania por meio da garantia à educação e à saúde, previdência e aposentadoria. A Lei 8.212 de 1991 instituiu a Lei Orgânica da Seguridade Social e com ela, robusto Plano de Custeio. Ora, basicamente a Previdência Social prevista pela constituição que se promulgara poucos anos antes se custearia a partir das contribuições das pessoas trabalhadoras, dos empresários e do governo. Instituíram-se impostos específicos para serem revertidos ao custeio do que se previra constitucionalmente.

Mas, então, em que medida se pode falar em rombo da previdência, rombo este que ultrapassaria 268,8 bilhões de reais em 2017 conforme o grupo de comunicação O Globo²⁶ e que estabeleceria novo recorde? A contribuição para o custeio da previdência se definiu como tripartite. Pois bem, em simplificadas palavras, o rombo só existe se da conta for excluído o governo. E o governo do novo Estado não quer pagar a sua quota-parte e para isso, insiste em promover a reforma da previdência por meio da propaganda enganosa para ficar na expressão de Pochmann. Para que? Não ape-

nas para deixar de pagar e sim, para deslocar recursos para a paga dos interesses do capital rentista.

Não há outra forma. A reforma da previdência, com o congresso nacional eleito em 2014, de baixíssima representação social, será aprovada. Por isso, o horizonte conjuntural brasileiro é de nuvens negras, sem qualquer vislumbre de novo raiar. E aqui é preciso dizer que dizer péssimo tem mirada certa. É péssimo para a classe social daqueles que dependem do trabalho e salário para sobreviver. Não é péssimo para os empresários que defendem a minoração dos impostos e o aumento da sonegação. Mas, este grupo de beneficiados, a meu sentir, não precisa de economistas como bajuladores.

A analítica conjuntural, pelo pouco que se apontou, diz que o País não apenas está na beira do abismo como, de fato, a elite abandonou o remo e o entregou a outros que pouco têm a ver com os filhos da pátria gentil. A elite resolveu, de uma tacada, que os marginalizados da nação não devem ter voz nem vez. Para tal pensamento elitista, o que resta aos marginalizados, é revolver os excrementos como, se imagina, convém a escravos e seres inferiores. Quem sabe assim, sobra mais dinheiro para os passeios à Disney e deliciosos passeios à Europa e não seja preciso bater nas panelas.

Marcos Kruse
mkruse@mkkruse.com.br



Economista, Perito Judicial, Doutorando em Direito pela Universidad Nacional Lomas de Zamora – Argentina com tese sobre usura. Conselheiro Efetivo do CORECON – VI (Paraná). Coordenador do Núcleo de Perícia Econômica-Financeira e Presidente da Comissão de Fiscalização.

²⁴ CASTEL, Robert. *La Inseguridad Social; ¿Qué es estar Protegido?* Buenos Aires: Manantial, 2004 y, del mismo autor, *El Ascenso de las Incertidumbres; Trabajo, Protecciones, Estatuto del Individuo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012. Este texto mais recente de Robert Castel é especialmente perturbador especialmente pelo forte pessimismo pelo futuro das classes trabalhadoras.

²⁵ ROSANVALLON, Pierre, *La Nueva Cuestión Social; Repensar el Estado Providencia*, Buenos Aires: Manantial, 1995.

²⁶ <https://g1.globo.com/economia/noticia/deficit-da-previdencia-social-do-setor-privado-e-da-uniao-sobe-para-r-2687-bilhoes-em-2018.ghtml> [Internet], acesso em 26 de janeiro de 2018.

Complementaridade no BRICS em Comércio e Investimento

José Nelson Bessa Maia*

Introdução

A sigla BRIC refere-se ao Brasil, Rússia, Índia e China. O termo foi cunhado pelo então economista chefe da Goldman Sachs, em 2001, em um relatório que detalhou as perspectivas de crescimento das quatro maiores economias emergentes. O relatório concluiu que o BRIC tenderia a desempenhar um papel cada vez mais importante na economia global. As previsões foram revisadas mais tarde, uma vez que as economias do BRIC apresentaram um desempenho muito melhor do que o esperado. Em 2009, realizou-se a primeira Cúpula do BRIC na Rússia.¹

À medida que a África do Sul se juntou ao grupo em 2011, o BRIC tornou-se BRICS e deixou de ser uma hipótese de analistas econômicos para se tornar um grande fórum de diálogo e grupo de cooperação na arena global. Inicialmente, o BRIC foi celebrado como um motor emergente de mudanças globais devido à resiliência de seus membros em termos de crescimento econômico após a crise financeira global de 2008. Mais recentemente, sua diversidade relativa, bem como os problemas geopolíticos e de política interna enfrentados pelos países BRICS, levantaram a dúvidas sobre sua real capacidade de exercer um impacto duradouro na governança dos assuntos globais.

Desde o início, o BRICS se concentrou em duas áreas principais: (i) coordenação de políticas em fóruns e organizações internacionais; e (ii) a formulação de uma agenda de cooperação multissetorial entre os seus cinco membros. Com relação à primeira área, a coordenação do BRICS se concentra nas discussões econômicas e financeiras, bem como na governança política dentro do G-20 financeiro, incluindo a reforma do FMI e Banco Mundial. Por último, o BRICS apoia a reforma do sistema das Nações Unidas, com o objetivo de aumentar sua representatividade e favorecer a democratização da governança internacional. Paralelamente, os membros do BRICS estão aprofundando seu diálogo sobre as principais questões da agenda internacional.

Atualmente, os países BRICS combinados abrangem mais de 42% da população mundial (3,097 bilhões de pessoas) e representam quase 23% do PIB global (a preços de mercado).

Se compararmos o PIB em termos de paridade de poder de compra (PPP), quatro economias figuram entre as dez maiores, com a China, a Índia, a Rússia, o Brasil e a África do Sul nos 2º, 3º, 6º, 7º e 30º lugares, respectivamente (Tabela 1)

Tabela 1 - O Peso dos BRICS, 2005 e 2016

Países	PIB em PPP em 2016 (USD milhões)		PIB (USD bilhões)		Participação no PIB Mundial (%)		População (em milhões de pessoas)		PIB Per Capita (USD)	
	Posição no Mundo em 2016	PIB	2005	2016	2005	2016	2005	2016	2005	2016
Brasil	7	3,141,335	891,633	1,798,622	1.88	2.39	185,151	206,101	4,815	8,726
China	1	21,291,766	2,308,786	11,218,281	4.86	14.90	1,307,560	1,382,710	1,765	8,113
Índia	3	8,662,350	834,218	2,256,397	1.76	3.00	1,114,000	1,309,346	748	1,723
Rússia	6	3,799,696	820,568	1,280,731	1.73	1.70	143,623	143,440	5,713	8,928
África do Sul	30	739,420	257,667	294,132	0.54	0.39	47,607	55,909	5,412	5,260

Fonte: Base de Dados do FMI; elaborado pelo autor.

Cada um dos países do BRICS tem uma série de características variadas e, portanto, um enorme potencial para se desenvolver. De acordo com o BRICS REPORT (2012), o Brasil tem uma base industrial expressiva, mas ainda não eficiente. No entanto, é extremamente rico em recursos naturais, como café, soja, cana-de-açúcar, minério de ferro e petróleo bruto, com cerca de 60 milhões de hectares de terras aráveis. A Rússia é conhecida por seus enormes depósitos de petróleo, gás natural e minerais. A Índia é um forte fornecedor de serviços e com uma crescente base industrial. Por outro lado, a China é vista como a "oficina" do mundo, com uma força de trabalho qualificada e custos salariais relativamente baixos. A África do Sul é a maior economia da África, um país de tamanho médio, mas o maior produtor mundial de platina e detentor das maiores reservas conhecidas de manganês, cromo e outros minerais.²

O vigor dos BRICS decorre de grandes economias baseadas na demanda doméstica no caso da Índia e do Brasil e de significativas ligações externas no caso da China e Rússia. A África do Sul se beneficia da sua grande base de recursos e proximidade com o potencial de crescimento inexplorado do continente africano, que se firma como a última fronteira do desenvolvimento. Entre os BRICS, a China e a Índia são as economias de mais rápido crescimento na década atual. Entre 1991 e 2002, a economia chinesa cresceu a uma taxa média anual de 10,3% em termos reais, que foi muito maior do que a média mundial do período (3,2%). De 2003 a 2016, a taxa de crescimento médio anual da China foi de 9,5%. Apesar dos re-

¹ Para mais detalhes sobre o conceito original do BRIC, veja O'NEIL, James (2001).

² Cf. O relatório BRICS: é um estudo elaborado por funcionários e acadêmicos do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, com foco especial em sinergias e complementaridades. Foi encomendado pelo governo da Índia e publicado pela Oxford University Press em 2012.

centes episódios de recessão severa na Rússia e no Brasil (em 2015 e 2016), o desempenho no crescimento de ambos os países também melhorou significativamente após as crises da década de 1990 pelo menos até 2012.

As reformas econômicas sustentadas e a melhoria na gestão da política macroeconômica, juntamente com um ambiente econômico exuberante, resultaram na melhoria da trajetória de crescimento dos países membros do BRICS desde 2003 (Tabela 2).

Tabela 2 - Taxa de Crescimento do PIB Real, 1991-2002 e 2003-2016

Países	1991-2002							2003-2016
	(taxa média %)	2005	2010	2012	2014	2015	2016	(taxa média %)
BRICS								
Brasil	2.6	3.2	7.5	1.9	0.50	(3.8)	(3.6)	2.4
China	10.3	11.3	10.6	7.9	7.3	6.9	6.7	9.5
Índia	5.7	9.2	10.3	5.5	7.2	7.9	6.8	7.6
Rússia	nd	6.3	4.5	3.5	0.7	(2.8)	(0.2)	3.2
África do Sul	2.1	5.2	3.0	2.2	1.7	1.3	0.3	2.8
Economias Avançadas								
Zona do Euro	2.1	1.7	2.0	(0.9)	1.2	2.0	1.7	1.0
EUA	3.5	3.1	2.5	2.2	2.4	2.6	1.6	1.8
Japão	1.1	4.2	1.5	1.5	0.3	1.2	1.0	0.8
Mundo	3.2	4.9	5.4	3.5	3.4	3.3	3.1	3.9

Fonte: Base de Dados do FMI; elaboração: o autor; nd= não disponível.

O forte crescimento do BRICS no período recente é resultado de bons fundamentos, refletidos pelas altas taxas de poupança e investimento, embora o Brasil e a África do Sul estejam ainda muito longe de taxas tão elevadas. O índice de investimento da África do Sul aumentou fortemente ao longo da última década, à medida que o gasto com infraestrutura se ampliou. Porém, o investimento total como um todo é limitado por baixos níveis de poupança e pequeno mercado interno.

Entre os BRICS, a China tem as maiores taxas de poupança e investimento seguidas pela Índia. Altos níveis de poupança também ajudaram a reduzir o peso relativo das exportações líquidas para com o PIB no caso da China e da Índia. Como resultado, o alto crescimento impulsionado pelo investimento foi em grande parte financiado pela poupança doméstica (Tabela 3).

Table 3 - BRICS: Taxas de Investimento e de Poupança, 2005-2016 (% do PIB)

Países		1990	1995	2000	2005	2010	2015	2016
		Brasil	Investimento	20.2	18.0	18.3	17.2	21.8
	Poupança	21.4	16.5	16.5	18.7	18.3	15.8	16.1
China	Investimento	36.1	41.9	35.1	40.9	46.3	44.7	44.1
	Poupança	39.6	44.1	37.5	46.7	51.1	47.4	45.9
Índia	Investimento	24.2	26.6	24.2	34.6	36.5	32.7	31.4
	Poupança	22.7	25.4	23.2	33.5	33.7	31.7	30.5
Rússia (*)	Investimento	-	25.4	18.7	18.5	20.3	22.1	25.6
	Poupança	-	28.8	38.7	28.8	24.4	27.2	27.4
África do Sul	Investimento	-	18.2	15.9	18.3	19.5	20.9	19.5
	Poupança	19.1	16.5	15.8	15.2	18.0	16.5	16.2

Fonte: Base de dados do FMI; elaboração: o autor. (*) antiga URSS.

As características marcantes das economias do BRICS são suas grandes superfícies territoriais e o tamanho de suas populações. Além disso, todos os mercados nacionais do BRICS têm um grande potencial para desenvolver o elemento mais

estabilizador que existe, ou seja, uma classe média próspera e crescente. Este grupo de renda média em cada país está crescendo a taxas variáveis, mas a direção do futuro é clara, ou seja, a classe média tende a crescer e se consolidar, fornecendo uma base sólida para o crescimento e desenvolvimento das economias do BRICS com transbordamentos positivos sobre outras economias emergentes.

1. Complementaridade Econômica nos BRICS

A participação dos países do BRICS no comércio global continuou a crescer a um ritmo acelerado. Na verdade, sua participação nas exportações mundiais aumentou substancialmente ao longo da última década, principalmente através da diversificação tanto na cesta de mercadorias como no destino do comércio, enquanto as importações registraram um aumento acentuado, impulsionado pela maior demanda por investimento e consumo causada pelo aumento do poder de compra dessas economias.

A maioria das economias do BRICS manteve as tendências persistentes de aumento na participação das exportações no PIB, refletindo as transições estruturais que essas economias sofreram ao explorar vias para exportações com base na vantagem comparativa e apoiadas em ganhos de produtividade em alguns casos (Tabela 4).

Tabela 4 - BRICS: Integração Global, 1990-2016

Países	Part. nas Exportações Mundiais (%)			Abertura Comercial (% of GDP)			Saldo em Transações Correntes (% do PIB)		
	1990	2010	2016	1990	2010	2016	1990	2010	2016
Brasil	0.8	1.3	1.2	11.1	17.8	18.3	0.8	-3.4	-1.3
China	1.6	10.3	13.6	17.4	24.0	32.9	1.3	3.9	1.7
Índia	0.5	1.5	1.7	6.9	21.7	29.2	-1.2	-2.8	-0.9
Rússia (*)	-	2.6	1.8	-	30.3	37.0	-	4.2	1.7
África do Sul	0.6	0.6	0.5	24.3	27.9	56.7	1.4	-1.5	-3.3
Países	Reservas Cambiais (% do PIB)			Dívida Externa (% do PIB)			Ingresso de IED (USD milhões)		
	1990	2010	2016	1990	2010	2016	1990	2010	2016
Brasil	1.5	13.7	20.3	25.2	16.0	30.2	0.2	3.8	3.3
China	7.6	48.8	27.6	13.9	3.7	12.6	0.9	1.9	1.1
Índia	0.5	18.0	16.0	26.2	17.0	21.3	0.1	1.6	2.0
Rússia (*)	0.0	30.4	29.4	-	25.5	36.5	-	2.2	2.9
África do Sul	0.9	10.7	16.0	20.2	28.9	46.9	-0.7	1.0	0.8

Fonte: Base de dados do FMI; Unctad e Banco Mundial; elaboração: o autor. (*) antiga URSS.

A composição das exportações do BRICS mudou drasticamente nas últimas duas décadas devido a alterações estruturais em todos os setores dessas economias durante o período. Embora membros do BRICS ainda sejam conhecidos por suas exportações de recursos naturais, essas economias passaram de exportadores de produtos primários para exportadores de produtos manufaturados, especialmente a China. Da mesma forma, seus destinos de exportação sofreram mudanças dramáticas em resposta à globalização e à liberalização, o que, por sua vez, ajudou o BRICS a expandir sua participação no comércio global (Tabela 5).

Tabela 5 - Países do BRICS por Indicadores Selecionados de Comércio Exterior, 2005-2016

Países	Indicadores	2005	2010	2015	2016
Brasil	Valor das Exportações (USD milhões)	118,529	201,915	191,134	185,280
	Part. do Valor Exportado no Total das Exportações Mundiais (%)	1.13	1.32	1.15	1.20
	Valor das Importações (USD milhões)	77,628	191,537	178,798	143,474
	Part. do Valor Importado no Total das Importações Mundiais (%)	0.72	1.24	1.08	0.91
	Balança Comercial	-40,901	-10,378	-12,336	-41,806
China	Valor das Exportações (USD milhões)	761,953	1,577,754	2,273,465	2,098,161
	Part. do Valor Exportado no Total das Exportações Mundiais (%)	7.25	10.31	13.74	13.57
	Valor das Importações (USD milhões)	659,953	1,396,247	1,681,951	1,587,000
	Part. do Valor Importado no Total das Importações Mundiais (%)	6.12	9.05	10.13	10.04
	Balança Comercial	102,000	181,507	591,517	511,161
Índia	Valor das Exportações (USD milhões)	99,620	226,351	267,444	264,020
	Part. do Valor Exportado no Total das Exportações Mundiais (%)	0.95	1.48	1.62	1.71
	Valor das Importações (USD milhões)	142,842	350,233	391,977	359,000
	Part. do Valor Importado no Total das Importações Mundiais (%)	1.32	2.27	2.36	2.27
	Balança Comercial	-43,222	-123,882	-124,533	-94,980
Rússia	Valor das Exportações (USD milhões)	243,799	400,630	340,349	281,825
	Part. do Valor Exportado no Total das Exportações Mundiais (%)	2.32	2.62	2.06	1.82
	Valor das Importações (USD milhões)	137,977	248,634	192,952	191,406
	Part. do Valor Importado no Total das Importações Mundiais (%)	1.28	1.61	1.16	1.21
	Balança Comercial	105,822	151,996	147,397	90,419
África do Sul	Valor das Exportações (USD milhões)	56,261	91,345	81,439	75,091
	Part. do Valor Exportado no Total das Exportações Mundiais (%)	0.54	0.60	0.49	0.49
	Valor das Importações (USD milhões)	64,283	96,835	90,357	91,580
	Part. do Valor Importado no Total das Importações Mundiais (%)	0.60	0.63	0.54	0.58
	Balança Comercial	-8,022	-5,490	-8,918	-16,489
Total do BRICS	Valor das Exportações (USD milhões)	1,280,162	2,497,995	3,153,834	2,904,377
	Part. do Valor Exportado no Total das Exportações Mundiais (%)	12.19	16.33	19.05	18.78
	Valor das Importações (USD milhões)	1,082,683	2,283,486	2,536,035	2,372,460
	Part. do Valor Importado no Total das Importações Mundiais (%)	10.03	14.81	15.27	15.02
	Balança Comercial	197,479	214,509	617,799	531,917

Fonte: Unctad, Handbook of Statistics ; WTO, World Trade Statistical Review, 2017; elaboração: o autor.

O desempenho do BRICS na frente externa, conforme refletido na conta corrente, variou bastante ao longo dos anos, bem como entre os países. A China experimentou um aumento no superávit de sua conta corrente antes da crise global de 2008, mas essa tendência se modificou posteriormente, enquanto o superávit da balança corrente da Rússia diminuiu ao longo do tempo. A Índia, a África do Sul e o Brasil têm gerado déficits de conta corrente (Tabela 4).

Ademais, as economias do BRICS testemunharam acumulação significativa de reservas internacionais de divisas ao longo da última década, exceto por alguns momentos durante os episódios mais acentuados da crise financeira global. A acumulação de reserva do BRICS pode ser vista como uma medida de seguro ou cobertura contra crises futuras, uma prevenção contra vulnerabilidades externas. Como resultado, a participação do BRICS nas reservas internacionais aumentou exponencialmente durante a última década (Tabela 4).

Finalmente, outro indicador principal da integração global é a dívida externa. A este respeito, a dívida externa total das economias BRICS aumentou significativamente ao longo dos anos. Embora o volume da dívida externa dos BRICS tenha se incrementado, sua magnitude diminuiu em alguns anos, exceto durante o período de crise recente, como no caso do Brasil e da Rússia (Tabela 4).

2. Comércio entre os Membros do BRICS

Apesar de um aumento significativo na participação das exportações intra-BRICS, há margem para o aumento do comércio entre esses países, o que sublinha a necessidade de melhorar o intercâmbio comercial no bloco. As exportações intra-BRICS aumentaram fortemente desde 2000, de US\$ 19,3 bilhões para USD 246,9 bilhões em 2016, após atingir um pico de USD 290,4 bilhões em 2014. Todavia, apesar do rápido cres-

cimento no período, as exportações intra-BRICS representam apenas 8,5 % de todas as exportações do BRICS (que são de USD 2,9 trilhões (ver Tabela 6).

Tabela 6 - Vínculos de Exportação no BRICS, 1990-2016 (USD bilhões)

Exportações do Brasil	China	Índia	Rússia	África do Sul	Para o Resto do BRICS
1990	0.4	0.2	-	0.3	0.8
2000	1.1	0.2	0.4	1.3	3.2
2009	21.0	3.4	2.8	1.3	28.5
2014	40.6	4.8	3.8	1.2	50.4
2016	35.1	3.2	2.3	1.4	42.0
Exportações da China	Brasil	Índia	Rússia	África do Sul	Para o Resto do BRICS
1990	0.4	0.3	-	0.2	0.8
2000	1.2	1.6	2.2	1.0	6.0
2009	15.9	29.7	17.5	7.4	70.5
2014	37.3	61.7	44.2	15.5	158.7
2016	23.3	58.3	37.3	15.4	134.3
Exportações da Índia	Brasil	China	Rússia	África do Sul	Para o Resto do BRICS
1990	0.0	0.0	-	0.0	0.0
2000	0.3	0.8	0.9	0.3	2.3
2009	2.2	10.2	0.9	1.9	15.2
2014	6.6	16.4	3.1	4.6	20.7
2016	2.5	11.8	1.9	3.5	19.7
Exportações da Rússia	Brasil	China	Índia	África do Sul	Para o Resto do BRICS
1990	-	-	-	-	-
2000	0.6	5.2	1.1	0.03	6.9
2009	1.4	16.1	4.8	0.2	22.5
2014	3.0	37.4	6.2	0.5	47.1
2016	2.0	32.3	5.7	0.3	40.3
Exportações da África do Sul	China	Índia	Rússia	Brasil	Para o Resto do BRICS
1990	-	-	-	-	-
2000	0.3	0.4	0.0	0.2	0.9
2009	5.6	2.0	0.2	0.4	8.2
2014	8.7	3.8	0.4	0.6	13.5
2016	6.8	3.2	0.3	0.3	10.6

Fonte: FMI/Directory of Trade Statistics; elaboração: o autor.

A Tabela 6 também revela que a China é o parceiro comercial mais influente, uma vez que as exportações chinesas para o resto das economias do BRICS representam 54,4% de todas as exportações intra-BRICS. Isso implica o indiscutível domínio e liderança da China no comércio do bloco, o que é um resultado esperado à luz do notório aumento do peso da China no mesmo período. Como GARCIA (2014) afirma:

“BRICS é uma invenção exógena que foi institucionalizada como uma estratégia geopolítica de mercado conveniente que favoreceu cada um dos cinco países do BRICS em maior ou menor grau. Como tal, ele é por enquanto um agrupamento político sem raízes profundas e seu futuro estará condicionado por quaisquer dividendos que possa gerar nos próximos anos como resultado de correlações e divergências políticas, econômicas e sociais”.

Na premissa de predomínio da China, STUENKEL (2017, P.237) reafirma que o grupo do BRICS é de fato dominado pela China cuja economia ainda é maior do que os outros quatro membros, apesar de a China se esforçar por não ser vista como líder do grupo. Mais especificamente, ele menciona:

“Mas ela [a China] claramente controla as principais decisões do grupo e é o agente mais influente do Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS. Enquanto o Brasil, a África do Sul, a Índia e a Rússia poderão ser agentes importantes nas próximas décadas, eles não podem de forma alguma ser comparados com a China na discussão sobre o futuro da governança global”.

A China e a Índia são alguns dos maiores consumidores do mundo, em particular de petróleo e outras matérias-primas, enquanto a Rússia, o Brasil e a África do Sul são alguns dos maiores fornecedores de metal, petróleo e outros recursos naturais. Por isso, é necessário identificar novos vínculos econômicos entre esses países através de canais de promoção de comércio e investimento (Tabela 6).³

Com base em vários estudos já realizados, SINGH (2016) analisou a intensidade do comércio intra-BRICS como um grupo e de cada um dos países membros no período 2001-2015. A intensidade de exportação é definida como a participação das exportações de um país para um parceiro comercial em relação à participação das exportações mundiais para esse parceiro. Em termos de comércio com o BRICS de países membros do bloco, os índices de intensidade de exportação são calculados como:

$$EI_{zj} = \frac{X_{zj}}{X_z} \bigg/ \frac{X_{wj}}{X_w}$$

onde X_{zj} é igual a exportações de um país membro do BRICS para o país J , X_z é igual a exportação total desse país membro, a X_{wj} é igual às exportações mundiais totais para o país J e X_w é igual às exportações mundiais totais. A estimativa da equação produz um valor de 0 e acima. Um índice superior a um significa que um país membro vende uma maior proporção de suas exportações para o país J do que o outro, e vice-versa. A intensidade da exportação indica a importância relativa do país J em termos de demanda externa para os bens do país membro, bem como a importância do país membro para o país J como fonte de importações.

Os resultados empíricos calculados por Singh (2016, p.109) demonstram que, apesar do fato positivo de que as exportações intra-BRICS tenham aumentado a uma taxa de crescimento anual composta de 19,1% durante 2000-2014, o Índice de Intensidade das Exportações Intra-BRICS (Elzj), mostra uma tendência decrescente em 2001-2015. Em comparação com 2001, o Elzj diminuiu em 2015 em 0,13 pontos percentuais de 0,63 para 0,50, conforme demonstrado na Tabela 7.

Tabela 7 - Intensidade das Exportações nas Exportações do BRICS, 2001-2015

Ano	Participação das Exportações do BRICS nas Exportações Mundiais (%)	Participação das Exportações Intra-BRICS no total das Exportações do BRICS (%)	Índice de Intensidade das Exportações do BRICS (Elzj)	Índice de Intensidade das Exportações (Elzj) para cada um dos Países do BRICS				
				Brasil	Rússia	Índia	China	África do Sul
2001	8,08	4,27	0,63	0,93	1,91	0,77	0,39	0,64
2002	8,84	4,72	0,64	1,10	1,11	0,84	0,37	0,60
2003	9,86	5,13	0,61	1,19	1,01	0,83	0,37	0,57
2004	10,87	5,22	0,56	0,98	0,77	0,87	0,39	0,52
2005	12,27	5,69	0,57	1,04	0,67	1,03	0,41	0,63
2006	13,24	5,87	0,55	0,98	0,61	0,95	0,42	0,61
2007	14,11	6,62	0,58	0,94	0,48	0,87	0,51	0,85
2008	14,73	7,18	0,58	0,98	0,49	0,75	0,52	0,82
2009	15,33	7,61	0,57	1,37	0,60	0,64	0,43	1,16
2010	16,44	8,51	0,57	1,35	0,46	0,80	0,45	0,99
2011	16,91	8,92	0,57	1,34	0,52	0,60	0,45	1,01
2012	17,36	8,78	0,55	1,33	0,55	0,61	0,43	0,97
2013	18,02	8,69	0,54	1,37	0,52	0,56	0,42	1,04
2014	18,29	8,50	0,53	1,40	0,56	0,57	0,42	0,93
2015	19,31	7,74	0,50	1,47	0,68	0,45	0,39	0,93

Fonte: Singh (2016); reelaboração: o autor.

Memória: taxa anual de crescimento composta das exportações (%)

2000-2014: taxa intra-BRICS= 19,11%; taxa das exportações totais do BRICS para o mundo=14,15%; taxa das exportações mundiais=

Durante o período de análise, a taxa de crescimento anual composta das exportações totais do BRICS para o Mundo (14,15%) foi quase duas vezes a taxa de crescimento anual composta das exportações mundiais totais (7,27%). Tal como Singh conclui:

“Devido à semelhança nas preferências dos consumidores, renda per capita comparável e, muitas vezes, complementaridades na dotação de recursos, existe o enorme potencial de comércio (e investimento) entre os países BRICS, mas o comércio intra-regional entre os países do BRICS, embora aumentando ao longo do tempo, é apenas 7,74% (em 2016) de suas exportações totais”.

Observado agora os Índices de Intensidade de Exportação para cada um dos cinco países dos BRICS, os números no lado direito da Tabela 7 mostram que a intensidade da exportação intra-BRICS da China, Índia e Rússia diminuiu durante 2001-2015. No caso da Índia, a intensidade de exportação intra-BRICS é de 0,45 em 2015 (em comparação com 0,77 em 2001) e para a China é apenas 0,39 (o mesmo que em 2001), o que implica que o fluxo de exportações entre a China e outros países do BRICS é muito menor do que esperado, dado o seu peso no comércio mundial. No entanto, para a África do Sul e mais especialmente para o Brasil, os números para a intensidade de exportação intra-BRICS são em torno ou superiores a 1,0 mostrando que os fluxos de exportação entre esses dois países e o resto dos países BRICS são mais do que o esperado, dada sua importância nas exportações mundiais.

3. Investimento entre os Membros do BRICS

O fluxo robusto de investimentos diretos, seja ingressos ou saídas, reflete a crescente integração de uma economia com o mundo. Enquanto o ingresso de investimento estrangeiro direto (IED) retrata o país como um destino atraente para in-

³ Para uma análise mais detalhada da intensidade do comércio entre economias BRICS, veja Singh (2016), disponível em: <indianbusiness.nic.in/newdesign/upload/intra-brics-trade-an-indian-perspective.pdf>, acesso em 12 fevereiro de 2018.

vestidores estrangeiros, a saída de IED mostra o apetite do país e sua capacidade de se aventurar além das fronteiras. Em ambos os casos, é um bom augúrio especialmente para uma economia em desenvolvimento ou emergente, que não só tenta atrair investidores para o país, mas também visa a manter uma presença global, inter alia, através de investimentos diretos no exterior.

3.1. O ingresso de IED para o BRICS

Os países que agora constituem os BRICS começaram quase simultaneamente a abrir suas economias e a atrair fluxos de IED no início da década de 1990. O Brasil com a liberalização e estabilização monetária de 1990-1994 e em diante; a China, com as reformas para entrar na Organização Mundial do Comércio (OMC) e o sucesso da liberalização anterior iniciada em 1979; a Rússia com a dissolução da ex-URSS e restauração da economia de mercado; a Índia com as medidas de reforma estrutural tomadas pelo governo de Narasimha Rao a partir de 1991 e, finalmente, a África do Sul, com a extinção do regime do Apartheid e as eleições multirraciais de 1994.

Tabela 8 - Países do BRICS: fluxos de IED Recebidos, 1990-2016 (USD milhões correntes)

	1990	1995	2000	2005	2010	2015	2016
Brasil	988.8	4,405.1	32,779.2	15,066.3	83,749.0	64,267.0	58,679.6
China	3,487.1	37,520.5	40,714.8	72,406.0	114,734.0	121,080.0	123,911.0
Índia	236.7	2,151.0	3,588.0	7,261.8	27,417.1	44,064.1	44,485.6
Rússia	na	2,065.7	2,651.1	14,375.1	36,867.8	11,857.8	37,667.6
África do Sul	-78.4	1,241.2	887.3	6,647.0	3,635.6	1,729.4	2,270.4
BRICS Total	4,634.2	47,383.5	80,620.4	115,756.1	266,403.4	242,998.3	267,014.3

Fonte: Unctad; elaboração: o autor; nd= não disponível.

Conforme mostrado na Tabela 8 acima, os fluxos de IDE para os países do BRICS combinados passaram de meros USD 4,6 bilhões, em 1990, para USD 80,6 bilhões em 2000 (aumento de 16 vezes) até USD 266,4 bilhões em 2010 e quase o mesmo montante em 2016. A China responde por pelo menos 40% dos ingressos totais, seguido pelo Brasil, Rússia e Índia.

Além dos esforços de abertura econômica, o ambiente de negócios e a competitividade sistêmica de uma economia são fatores importantes de atração de investimento estrangeiro. Nesse aspecto, de um lado, o indicador do clima de investimento do Banco Mundial (Doing Business) mostra que apenas a China e a Rússia melhoraram suas posições no ranking mundial desde o estabelecimento do agrupamento BRIC em 2009. A África do Sul sofreu uma forte deterioração, enquanto o Brasil e a Índia mantiveram suas classificações insatisfatórias

Tabela 9 - Classificação do Clima de Negócios no BRICS, 2009-2017

Países do BRICS	2009	2013	2015	2016	2017
Brasil	125	130	120	116	123
Rússia	112	112	62	51	40
China	90	91	90	84	78
Índia	122	132	142	130	130
África do Sul	35	39	43	73	74

Fonte: Banco Mundial, Doing Business, diversos números; elaboração: O autor.

na faixa de 120 a 130. (Tabela 9)

De outro lado, o indicador do Fórum Econômico Mundial de competitividade global para BRICS mostra por seu turno que a Rússia melhorou consideravelmente sua classificação, de 2010 a 2016 (de 63 a 45), bem como a África do Sul. A China manteve basicamente sua boa posição (nos dias 27 a 28). No entanto, o Brasil e a Índia mostraram uma clara deterioração, particularmente o primeiro (Tabela 10).

Tabela 10 - Classificação do Clima de Negócios no BRICS, 2009-2017

Períodos	Países do BRICS	Índice de Competitividade Global	Índice de Infraestrutura	Índice de Ambiente Macroeconômico	Índice de Educação Superior e Treinamento	Índice de Tamanho de Mercado	Índice de Sofisticação Empresarial	Índice de Inovação
2010-2011	Brasil	58	62	111	58	10	31	42
	Rússia	63	47	79	50	8	101	57
	China	27	50	4	60	2	41	26
	Índia	51	86	73	85	4	44	39
	África do Sul	54	63	43	75	25	38	44
2016-2017	Brasil	75	72	126	84	8	63	100
	Rússia	45	35	80	32	6	34	56
	China	28	42	8	54	1	35	29
	Índia	55	68	75	81	3	72	30
	África do Sul	49	64	79	77	30	30	35

Fonte: World Economic Forum-WEF, diversos relatórios; elaboração: o autor.

3.2. Saída de IED do BRICS

Como os BRICS estão se tornando cada vez mais influentes em termos econômicos e políticos, eles são uma fonte crescente de IED para o exterior. Os cinco países do BRICS geraram, em 2010, cerca de USD 147 bilhões em fluxos de IDE no exterior, correspondendo a cerca de 10,7% das saídas mundiais de IED e 40% das saídas totais de IED de países em desenvolvimento. O IED dos países do BRICS cresceu rapidamente nos últimos anos, de USD 7,1 bilhões, em 2000, para USD 171 bilhões em 2015 (um aumento de 24 vezes), mantendo-se, no entanto, ainda modesto em comparação com os países desenvolvidos combinados, cuja participação no IDE externo foi de 73,6 % em 2015. (Tabela 11)

Tabela 11 - Investimentos Diretos dos Países do BRICS nos Demais Membros do BRICS, 1990-2016 (em USD milhões correntes)

Países	1990	1995	2000	2005	2010	2015	2016
Brasil	624.6	1,095.6	2,281.6	2,516.7	22,059.9	3,091.7	-12,433.8
China	830.0	2,000.0	915.8	12,261.2	68,811.3	127,560.0	183,100.0
Índia	6.0	119.0	514.4	2,985.5	15,947.4	7,572.4	5,120.3
Rússia	na	605.8	3,151.9	16,746.6	41,116.5	27,089.9	27,271.9
África do Sul	27.4	2,497.6	270.6	930.3	-75.7	5,743.6	3,382.1
BRICS Total	1,488.0	6,318.0	7,134.3	35,440.3	147,859.5	171,057.6	206,440.5

Fonte: Unctad; elaboração: o autor.

A China responde pela maior parte do IDE do BRICS no exterior, ou 46,5% (USD 68,8 bilhões) em 2010, seguido pela Rússia e o Brasil. Como o Brasil estava em recessão em 2015-2016, suas empresas com subsidiárias no exterior tiveram que restringir e repatriar fundos (USD 12,4 bilhões). A Rússia e a Índia também diminuíram seus investimentos no exterior, bem como a África do Sul. No entanto, no caminho oposto, o IED da China no exterior aumentou para o nível recorde de USD 183,1 bilhões em 2016, ou 12,6% do fluxo total de IED no mundo.

3.3. IED intra-BRICS

O investimento estrangeiro é responsável por uma importante interação econômica entre os países. No que diz respeito ao BRICS, vale a pena notar que, embora o comércio dentro do agrupamento esteja aumentando quase constantemente, o investimento estrangeiro não segue a essa tendência, com exceção da China. De fato, números recentes indicam que os fluxos de IED para dentro do BRICS não são substanciais⁴. A Unctad (2013) explica, pelo menos até 2013, a razão pela qual cada país BRICS investiu muito pouco capital de risco em outros membros: seus fluxos externos de IED foram direcionados especialmente por considerações de cadeias regionais de valor e/ou busca de mercados desenvolvidos. De acordo com a Unctad (2016, p.32):

“O IED no BRICS é altamente concentrado, com a China recebendo mais de 50% do total de entradas de IED no grupo em 2015. Ao contrário de outros grupamentos econômicos, os membros do BRICS não são investidores ativos nas economias de cada um. A participação do investimento intra-BRICS nos fluxos totais de IED para o grupo foi inferior a 1% entre 2010 e 2014, e as vendas transfronteiriças de fusões e aquisições intra-BRICS também foram baixas, com uma média de USD 2 bilhões em 2014-2015. Isso reflete a incipiente conectividade corporativa intra-BRICS”.

Como pode ser visto na Tabela 12, o saldo acumulado de IED chinês para os outros membros do BRICS aumentou de USD 3,49 bilhões, em 2009-2012, para US\$ 42,5 bilhões em 2016, resultado fortemente influenciado pelo alto crescimento nos fluxos de IED provenientes da China para BRICS em 2016, especialmente o investimento canalizado para o Brasil.⁵

Por sua vez, a Índia também, ainda que em ritmo mais lento, conseguiu aumentar seus fluxos de IED para os outros membros do BRICS, mas com um foco notável na China. O Brasil e a Rússia reduziram sua já baixa exposição externa ao IED para outros países do BRICS. A recessão simultânea nos dois países durante 2015-2016 explica desempenhos tão ruins. Mas, além disso, vale notar que o Brasil e a Rússia são notoriamente mais propensos a investir em países vizinhos do que em destinos distantes de suas próprias fronteiras.

Tabela 12 - Fluxo de IED por país de destino no BRICS (USD milhões correntes)

	Acumulado 2001-2008	Acumulado 2009-2012	2013	2014	2015	2016	Valor acumulado 2013-2016
Brasil	135	596	44	65	41	20	170
China	0	0	0	0	0	0	0
Índia	0	44	9	0	0	1	10
Rússia	26	85	83	6	1	1	91
África do Sul							
Total dos demais							
BRICS	161	725	136	71	42	22	271
Brasil	111	923	2.900	2.400	3.220	12.440	20.960
China	141	530	65	400	2.620	3.050	6.135
Índia	1.636	2.417	6.250	3.530	3.600	345	13.725
Rússia	5.377	-376	110	230	880	520	1.740
África do Sul							
Total dos demais							
BRICS	7.265	3.494	9.325	6.560	10.320	16.355	42.560
Rússia							
Brasil	0	7	1	1	32	7	41
China	0	891	1	-207	6	18	-182
Índia	73	135	14	54	11	6	85
Rússia	2	35	1	-5	21	0	17
África do Sul							
Total dos demais							
BRICS	75	1.068	17	-157	70	31	-39
Índia							
Brasil	0	18	277	473	172	12	934
China	0	223	230	103	243	803	1379
Rússia	332	5	4	36	9	7	56
África do Sul	0	11	178	88	50	337	653
Total dos demais							
BRICS	332	257	689	700	474	1159	3022
África do Sul							
Brasil	0	0	0	0	0	0	0
China	0	11	0	0	0	0	0
Rússia	0	-4	-1	0	0	0	-1
África do Sul	0	0	0	0	0	0	0
Total dos demais							
BRICS	0	7	-1	0	0	0	-1

Finalmente, a África do Sul não reagiu até agora para deslocar parte do seu modesto fluxo de saída de IED (USD 3,3 bilhões em 2016) do resto da África para outros membros do BRICS. No entanto, o país recebeu importantes entradas de IED da China e da Índia. A Rússia continua completamente desinteressada com o investimento no Brasil e na África do Sul. O aumento dos laços comerciais da Rússia com esses dois parceiros do BRICS não contribui de forma alguma para estimular mais investimentos russos nesses países.

Além das questões de conjuntura econômica (altas e baixas) e preferências para o investimento transfronteiriço, HALIS e CASTILHOS (2017, p.198) destacam as diferentes abordagens das regulamentações de investimento estrangeiro em cada país dos BRICS. Enquanto a China e a Índia têm várias regras separadas e alguns caminhos específicos para que os estrangeiros invistam diretamente ou participem de empreendimentos comerciais, no Brasil e na África do Sul, a maioria dessas regras são combinadas em leis abrangentes relevantes tanto para investigações nacionais quanto estrangeiras.

⁴ Cf. HALIS; CASTILHOS (2017, p.32).

⁵ Vale a pena mencionar que os números de saída de fluxos de IED da China no período 2013-2016 foram extraídos do conjunto de dados da Fundação AEI/Heritage, que é uma fonte privada, não compatível, portanto, com a base da Unctad, cujos dados bilaterais disponíveis de IED para os países BRICS não vão além de 2012. As diferenças metodológicas entre ambas as fontes podem resultar em uma superestimação do crescimento nas respectivas séries de fluxos de IED.

Quanto à Rússia, ocupa uma posição intermediária, uma vez que possui uma lei de investimento abrangente, mas também distinta.

4. Desafios para a Consolidação do BRICS como um Agrupamento

Desde 2007, o mundo tem testemunhado grandes mudanças na redistribuição de produção, comércio e finanças. Por uma série de razões, os países do BRICS como um todo têm desempenhado um papel fundamental na economia mundial como produtores de bens e serviços, receptores e exportadores de capital, e/ou como mercados de consumo com um grande potencial. Dada a sua grande população, o aumento da classe média e a enorme parcela do território (30% da superfície terrestre global) e dos recursos naturais, os BRICS formam parte indispensável da economia mundial. Todos os cinco países são abundantes em termos de dotações de mão-de-obra. Isso hoje é mais importante do que nunca quando a maioria do mundo ocidental tem populações e força de trabalho em declínio. Os países do BRICS, no entanto, particularmente a China, a Índia e, em menor medida, o Brasil, poderiam ganhar com tais oportunidades.

Nos próximos anos, espera-se que os membros do BRICS se tornem fornecedores globais ainda maiores de bens manufaturados e serviços, bem se mantenham como grandes fornecedores e consumidores de *commodities*. Assim, o BRICS tem o potencial de se transformar em um bloco econômico mais poderoso.

A análise das tendências do PIB indica que os países do BRICS têm diferentes ritmos e níveis de crescimento econômico. A China desacelerou, mas ainda mantém uma trajetória de crescimento econômico invejável de cerca de 6,5% ao ano, enquanto a Índia tem avançado para um alto crescimento sustentado. Em contraste, o Brasil, a Rússia e a África do Sul, por razões domésticas idiossincráticas, mostraram menor crescimento econômico e/ou mesmo recessões desde 2014, após uma notável resiliência aos efeitos da crise financeira global.

Embora os requisitos de infraestrutura das economias do BRICS sejam enormes, os acordos de parcerias público-privadas (PPP) podem ajudar a relaxar essa restrição, desde que o mecanismo institucional local seja suficientemente sólido para sua combinação ideal. Neste contexto, são necessárias reformas estratégicas transversais, que resultam em melhores políticas, bem como marcos legais e institucionais para uma

maior participação do setor privado, ancorados em normas de boa governança e conformidade.

De fato, as economias do BRICS enfrentam um desafio comum no domínio do desenvolvimento institucional, um ingrediente essencial para garantir o crescimento sustentável. Apesar das reformas em andamento, o aprimoramento institucional ainda é um longo caminho a atingir na maioria desses países. Apesar dos investidores internacionais continuarem otimistas sobre o potencial futuro das economias do BRICS, os desafios que ainda restam não devem ser negligenciados. Em outras palavras, a credibilidade das reformas em andamento é crucial para as economias do BRICS tornarem seus processos de crescimento ainda mais sustentados e orientados para o desenvolvimento.

Nos países do BRICS, são necessárias ainda outras mudanças de políticas para enfrentar os desafios internos e externos. A China precisa avançar na tarefa de transformar o seu padrão de desenvolvimento econômico, expandir a demanda doméstica e o setor de serviços, assim como melhorar o bem-estar das pessoas no sentido do avanço no bem-estar social. Nos casos do Brasil, Rússia e África do Sul, sua atual dependência das exportações de recursos naturais, como o petróleo e outras commodities primárias, requer diversificação produtiva interna e maior competitividade externa em produtos manufaturados. Medidas, incluindo “política industrial moderna”, são necessárias para melhorar a competitividade de suas indústrias, a fim de tornar o crescimento econômico menos vulnerável a movimentos adversos nos preços das *commodities*.⁶

Um aspecto distintivo importante entre as economias do BRICS está em seus respectivos níveis de desenvolvimento social e de infraestrutura. Brasil, Índia e África do Sul ainda estão longe de alcançar o nível de infraestrutura e capital humano alcançado pela Rússia e pela China. Ao mesmo tempo, a alta desigualdade de renda continua a ser um problema em alguns países BRICS. Tais fatores podem levar a insuficiente ritmo na velocidade com que as economias do BRICS buscam alcançar o nível de desenvolvimento das economias avançadas.

Depois de 10 anos da crise financeira global que criou instabilidade financeira e fraco crescimento nas principais economias, os países do BRICS têm uma notável oportunidade para coordenar suas políticas econômicas e estratégias diplomáticas de forma não só a melhorar sua posição como

⁶ Diferentemente do conceito convencional, uma política industrial moderna deve se concentrar nas atividades de pesquisa e desenvolvimento, bem como na inovação, que podem ser aplicadas nas fases pré e pós-fabricação. Para mais, ver: AMBROZIAK (2016).

um agrupamento no sistema econômico e financeiro internacional, mas também ser um fator de estabilização para a economia mundial como um todo. Os BRICS devem harmonizar cada vez mais suas políticas com o objetivo de sustentar seu impulso de crescimento e capacidade para enfrentar a turbulência global. O benefício da cooperação é imenso não só para os BRICS, mas também para a economia global. Uma agenda estratégica ou criação de vínculos mais estreitos entre os BRICS, conforme delineado no relatório BRICS (2012), certamente pode contribuir para consolidar e expandir seus papéis em assuntos globais.⁷

5. Observações Finais e Recomendações de Políticas

Em menos de uma década após a sua criação, o BRICS expandiu suas atividades diplomáticas, defendeu sua voz na governança econômica global e estabeleceu instituições e mecanismos financeiros novos e inovadores, como o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), ou Banco dos BRICS, e o Arranjo Contingencial de Reservas (CRA) entre seus bancos centrais.

A cada reunião de cúpula desde 2009, o BRICS “esticou seus músculos” com interações para coordenar as posições de políticas e aumentar o diálogo sobre tópicos não contenciosos. Além dos frequentes encontros entre ministros das finanças, relações exteriores, agricultura e trabalho, dirigentes dos bancos centrais e outros altos funcionários, o BRICS agora inclui encontros regulares de grupos de reflexão (think-tanks), um fórum parlamentar, um festival de cultura e até mesmo um fórum de cooperação de cidades irmãs e governos locais (paradiplomacia). Muito foi realizado até agora, mas muito mais precisa ser feito.

Existe um amplo espaço de oportunidades para ampliar o crescimento econômico e o bem-estar social nos BRICS. A chave para o futuro é uma maior colaboração entre seus membros para otimizar as complementaridades e obter vantagens competitivas. Devem ser promovidos relacionamentos sinérgicos para uma maior cooperação. As medidas recomendadas para estreitar as relações estão nas seguintes áreas:

- mais promoção recíproca de comércio e investimento Intra-BRICS;
- mais financiamento conjunto à infraestrutura;
- mais ligações de transporte, incluindo linhas de navegação e rotas aéreas;
- maior intercâmbio nas áreas de cultura, turismo e mídia, e
- melhor coordenação em questões de política econômica e financeira internacional.

Tal como já sintetizado por STUENKEL (2017, p. 249), ao reforçarem sistematicamente sua cooperação, seja entre o BRICS ou com as outras potências emergentes, os membros do BRICS estarão lentamente lançando as bases para uma ordem multipolar que lhes permitirá moldar a ordem global de acordo com seus interesses.

Em suma, os BRICS poderão ter um futuro mais brilhante à frente como um coletivo se e somente se seus membros forem capazes de resolver suas diferenças por meio de um diálogo franco e senso de confiança, bem como a sua capacidade de prosseguir com uma agenda de cooperação voltada para promover interações econômicas mutuamente vantajosas, possibilitando o crescimento conjunto e criando alternativas à desmoronada ordem liberal ocidental. O Brasil precisa se engajar com mais entusiasmo e pró-atividade na adoção de medidas concretas para ampliar suas relações com todos os integrantes do BRICS e não apenas com a China.

Referências

AMBROZIAK, Adam. “A Theoretical Concept of a Modern Industrial Policy”. *The New Industrial Policy of the European Union*, 2016, pp 173-186.

GARCIA, Arturo Oropeza. “The Role of China and the Brics Project”. *Mexican Law Review*, Vol. VII, No. 1, 2014.

HALIS, Denis de Castro; CASTILHOS, Guilherme Vargas. “The BRICS Investment framework: catching up with trade” in: *The BRICS-Lawyers’ Guide to Global Cooperation*, edited by Rostam J. Neuwirth, Alexandr Svetlicinii, Denis de Castro Halis. Cambridge University Press, 2017.

INDIA’S MINISTRY OF FINANCE. *The Brics Report: A Study of Brazil, Russia, India, China, and South Africa with special focus on synergies and complementarities*. New Delhi: Oxford University Press, 2012.

O’NEIL, James. ‘Building Better Global Economic BRICS’, *Goldman Sachs Report*, 2001.

SINGH, Kalpana. “Intra-Brics Trade Intensities: An Analytical Study”. *Journal of Humanities and Social Science (IOSR-JHSS)*, Volume 21, Issue 6, Ver. 8 (June. 2016), pp. 103-114.

STUENKEL, Oliver. *BRICS e o Futuro da Ordem Global*. Tradução: Adriano Scandolara, 1a edição, Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

UNCTAD. *The Rise of Brics FDI and Africa*. *Global Investment Trend Monitor*. March, 2013.

_____. *World Investment Report: investor nationality –*

⁷ Cf. The BRICS Report. op.cit, p. 168.

policy challenges, 2016.

Web sites:

<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2017/01/weo-data/index.aspx>

<http://www.itamaraty.gov.br/en/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/7505-brics-brazil-russia-india-china-south-africa>

<http://unctadstat.unctad.org/EN/>

<http://unctad.org/en/pages/PublicationWebflyer.aspx?publicationid=1667>

http://unctad.org/en/Pages/DIAE/World%20Investment%20Report/World_Investment_Report.aspx

<https://en.portal.santandertrade.com/>

https://www.wto.org/english/res_e/statis_e/wts2017_e/

wts2017_e.pdf

<https://www.weforum.org/>

http://portugues.doingbusiness.org/~/_/media/WBG/DoingBusiness/Documents/Annual-Reports/English/DB17-Full-Report.pdf

<https://data.worldbank.org/indicator/BX.KLT.DINV.WD.GD.ZS>

José Nelson Bessa Maia
nbessamaia@gmail.com



Bacharel em Economia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestre em Economia e doutor em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB). Ex-secretário de assuntos internacionais do Governo do Ceará. Ex-coordenador de assuntos monetários e financeiros internacionais da Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN/MF). Servidor federal de carreira; economista do Corecon-DF e especialista em diagnóstico macroeconômico pelo FMI.



*Economista, a Qualicorp e o CORECON-DF
têm uma oportunidade única para você:*

Planos de saúde a partir de R\$ 198.¹



Deixe a Qualicorp oferecer o melhor para você.

0800 799 3003

De segunda a sexta-feira, das 9h às 21h; aos sábados, das 10h às 16h.

www.qualicorp.com.br/anuncio



Qualicorp

Sempre do seu lado.

Qualicorp
Amil de Benefícios
ANS nº 4.712/2

SulAmérica
ANS nº 0.022/6

Amil
ANS nº 3.253/05

Bradesco Saúde
ANS nº 0.027/11

¹R\$ 197,14 - Amil 400 OC Nacional R. Copart P/ica (registro na ANS nº 472.929/14-3), da Amil, faixa etária até 18 anos, com coparticipação e acomodação coletiva (tabela de julho/2016 - DF). Planos de saúde coletivos por adesão, conforme as regras da ANS. Informações resumidas. A comercialização dos planos respeita a área de abrangência das respectivas operadoras de saúde. Os preços e as redes estão sujeitos a alterações, por parte das respectivas operadoras de saúde, respeitadas as disposições contratuais e legais (Lei nº 9.656/98). Condições contratuais disponíveis para análise. Outubro/2016.

ARTIGO

Servidor público estável: uma barreira enfraquecida a malfeitos de colarinho branco

Valdir Melo

Há mais de duzentos e vinte anos, os Estados começaram a criar um corpo de servidores que eram admitidos por mérito profissional ou intelectual, que tinham obtido treinamento em escolas de alto nível e que eram protegidos de demissão arbitrária.

Esta proteção evoluiu para a estabilidade do servidor público no emprego (demissibilidade somente por ilicitude grave comprovada). Foi uma revolução administrativa, o surgimento de uma espécie de administração pública – espécie hoje chamada ‘tradicional’ ou ‘burocrática’, às vezes ‘weberiana’. Poderia ser denominada ‘voltada para os cidadãos’ (no plural), para contrastar com a alternativa que alguns propõem, a administração pública ‘voltada para o cliente’ (no singular).

A revolução ocorreu na Europa (Prússia, França, Inglaterra e Suécia) e espalhou-se por diversos países nas décadas seguintes. Dois países aderiram muito tardiamente, os Estados Unidos (em 1883, com a lei Pendleton Act) e o Brasil (nos anos 1930). Nos Estados Unidos, país que tinha tradicionalmente muitos bolsões fortes de política corrupta, o processo de instalação efetiva durou décadas e quase sempre houve resistência à estabilidade. No Brasil, o governo federal foi precedido pelo Estado do Ceará, que instituiu a estabilidade dos funcionários públicos em 1921, nove anos antes da Revolução de 1930.

As gerações recentes – não só entre nós, mas também nos Estados Unidos – já esqueceram qual seja a principal finalidade da estabilidade do servidor público. No presente texto, exponho a importância desta estabilidade e como ela foi enfraquecida aqui e em outros países – até onde o permite um tema complexo em um espaço curto.

1 Esse status especial visa evitar a existência de um

corpo de servidores dóceis e temerosos, subserviente aos interesses político-eleitorais de seus superiores. Dá ao servidor independência para rechaçar distorções político-partidárias de seu trabalho. Em especial, para resistir a pressões de grupos de interesse e de poder que queiram desbaratar o patrimônio público, este imenso e tentador aglomerado de riquezas.

2 Os dirigentes de órgãos públicos (inclusive executivos, gerentes e chefes) têm dois senhores; servem à missão do órgão que vêm chefiar, mas também ao grupo político-eleitoral que os indicou. O servidor tem (ou deve ter) um senhor só, a missão do órgão – a qual, de acordo com a lei, deve promover o bem comum e os interesses públicos. Há sempre o risco de que alguns dirigentes não separem as duas lealdades, querendo que os servidores direcionem seu trabalho para cortejar as bases eleitorais daquele grupo político-eleitoral. Pior ainda, há o risco de que alguns queiram a colaboração de servidores em operações de desbaratamento do patrimônio público.

3 A seguinte situação estratégica, embora simplificada, ilumina a importância da estabilidade. Suponha-se que os servidores públicos são bem qualificados profissionalmente e de caráter íntegro, como de fato a maioria é, e que têm estabilidade.

Suponha-se que algum chefe tente praticar malfeitos dentro do órgão. O resultado é que os servidores se oporão, não somente não colaborando com ele, como também advertindo-o da falha ou repreendendo-o – e, se for apropriado, denunciando-o. O mesmo farão os servidores probos no caso de malfeitos por parte de seus colegas ímprobos. Nestas condições, os servidores públicos são os mais fortes vigilantes do Estado, pois vivenciam o que acontece dentro dos órgãos públicos.

4 Contudo, há uma espécie de dirigentes que se sentem incomodados com a situação de ter subordinados altivos e opiniosos. Querem ter completo arbítrio para realizar suas pretensões em órgãos públicos. Anseiam que um servidor público lhes atenda em todos os seus desejos, de maneira tão irrestrita e ampla como o fazem os empregados pessoais deles. Por isto, historicamente, desde cedo, certos políticos e seus indicados manifestaram insatisfação e fizeram oposição ao instituto da estabilidade.

5 Em consequência, nos Estados Unidos, por exemplo, diversas novas administrações federais empreenderam alguma reforma de Estado tentando enfraquecer a estabilidade, senão extingui-la.

A maior parte da oposição foi feita de boa fé, sem intenções desonestas. Todavia, as pretendidas reformas deram oportunidade para quem almejava derrubar a imensa barreira às práticas de malfeitos embutida na estabilidade. Sem perceber, os reformadores probos ajudaram os indecentes.

6 Uma vitória importante dos opositores foi seduzir os servidores com acréscimos de remuneração. Implantaram-se procedimentos de promoção e de premiação de ‘bons’ servidores, pelos quais o servidor receberia acréscimos salariais conforme avaliações feitas por dirigentes ou subordinados destes. Ora, com isto perverteu-se a independência do servidor, porque se instalou a tentação deste agradar manhosamente os superiores e não discordar deles em questões relevantes.

7 Outra vitória importante dos opositores foi a adoção do regime administrativo de comando e controle, em que uma organização é moldada para preservar e reforçar o poder, o status e o prestígio dos dirigentes. Prospera na organização uma visão de que uma pessoa, ao ingressar em cargo de mando, torna-se também superior técnico e profissional do subordinado, bem como superior em termos de criatividade, sensatez, senso de responsabilidade e de zelo pela missão da organização.

Em consequência, quando o servidor pensa por si mesmo, quando diverge do superior quanto a aspectos técnico-profissionais de sua tarefa, arrisca-se a ser tido por desobediente. O regime de comando e controle cria e reforça no servidor comportamentos passivos, atitudes de receios e de sujeição, as quais enfraquecem-no

emocionalmente e destroem seu ânimo de divergir dos superiores.

8 Porém, mesmo assim, quase sempre resta uma pequena camada de servidores resistentes ao arbítrio de dirigentes movidos por interesses político-eleitorais – servidores resignados a não receberem premiações e promoções e até a serem perseguidos. Nestes casos, não se conseguindo ‘controlá-los’, dever-se-ia facilitar sua demissão com base nos juízos dos dirigentes. No que concerne a isto, outra vitória importante dos opositores à estabilidade foi o movimento da administração pública ‘voltada para o cliente’. O governo Bill Clinton foi seu propagandista mundial mais influente.

9 Por causa da sua alegada ‘abordagem de mercado’, o movimento ganhou a simpatia de economistas. De fato, porém, sua doutrina não recorre a elementos da teoria econômica – nem aos campos de economia da organização (Armen Alchian, Oliver Williamson, John Roberts) ou de escolha pública (James Buchanan). O movimento preocupa-se com o desempenho de indivíduos, enquanto a teoria econômica preocupasse com o desempenho de mercados. Tem uma noção tosca e linear de produtividade.

Faz uma analogia errada do que seria imitar as virtudes de mercado na vida interna de uma organização. Emprega erroneamente a análise de agente-principal. Ademais, interpreta ou emprega erroneamente os conceitos de cliente, competição, empreendedorismo e eficiência econômica.

10 O movimento dissemina o mito de que avaliação de desempenho pessoal pode ser objetiva e quantitativa. Ora, em administração é conhecido que esta espécie de avaliação é em grande parte subjetiva, sendo formada por julgamentos pessoais do avaliador. A perspectiva do avaliador embute suas expectativas, suas percepções, seu cardápio particular de valores.

Os indicadores objetivos (marcação de presença, por exemplo) são os menos relevantes. As principais características que o trabalho pode fornecer a uma organização devem ser qualidade e criatividade. Ora, estas são eminentemente não quantitativas.

Qualidade, como beleza, depende dos olhos de quem deseja o bem ou serviço. O mesmo se pode dizer das principais características do servidor em sua ativida-

de: senso de iniciativa, dedicação e comprometimento, conduta moral, senso de dever, confiabilidade, presteza.

11 O movimento ignora que, muitas vezes, há grupos político-eleitorais que dominam cargos de poder dentro de órgãos públicos. Uma vez aberta a possibilidade de demissão por fraco desempenho, esses grupos terão um instrumento muito poderoso para compelir servidores a trabalharem dando suporte aos desígnios político-eleitorais dos ocupantes de cargos de chefia. Quem não se submeter será avaliado como de mau desempenho e afastado.

A chefia da divisão de recursos humanos, por ser de grande valor para dominar os servidores de um órgão, muitas vezes está em mãos desses grupos. E qualquer comissão avaliadora interna será formada por servidores conscientes de que eles próprios, caso discordem dos

juízos do grupo poderoso no órgão, arriscam-se a receberem má avaliação no futuro.

12 Enfim, para concluir: onde a avaliação de desempenho pessoal tem a finalidade de premiar e punir, ela torna-se, a quem manda, dispositivo útil para transformar em temerosos, dóceis e subservientes quem é chefiado. A avaliação combinada com demissão permite a grupos político-eleitorais selecionar a espécie de servidor que lhes é útil para permanecer no órgão controlado.

Valdir Melo

valdir.melo@ipea.gov.br

Tem graduação e doutorado em economia. É pesquisador do Ipea. Este texto expressa juízos pessoais, não de qualquer instituição.



AGORA VOCÊ PODE!

CARTEIRA ESTUDANTIL CORECON-DF

Como benefício, o Corecon-DF estende a todos os estudantes credenciados do Distrito Federal todas as facilidades oferecidas aos economistas registrados.

Para obter a carteira são necessários:

- Declaração de matrícula e frequência da IES mencionando a data prevista de conclusão do curso (original e cópia);
- Documento de Identidade (original e cópia);
 - CPF (original e cópia);
 - 2 (duas) fotos 3x4;
- Comprovante de residência (original e cópia);
- Formulário de requerimento (acesse o site).

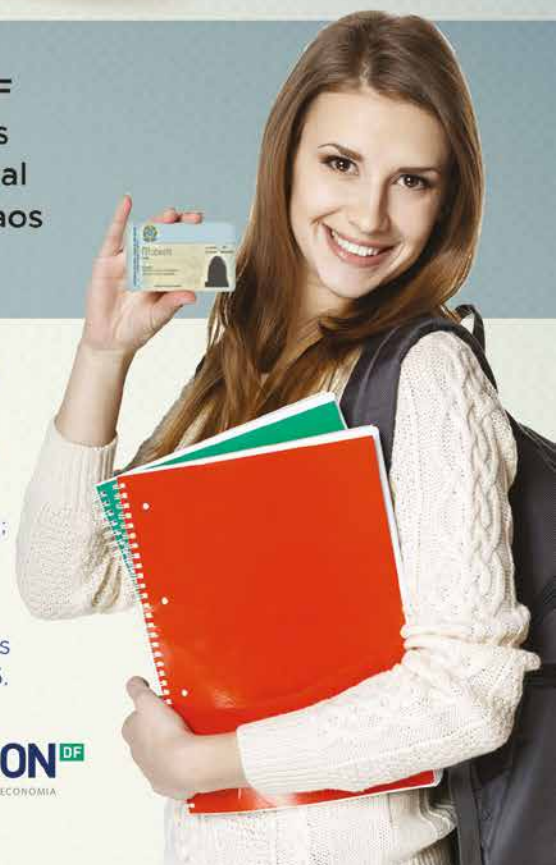
Mais Informações:

corecondf@corecondf.org.br ou pelos telefones (61) 3223-1429 / 3225-8366.

corecondf.org.br

[/corecon.df](https://www.facebook.com/corecon.df) [/corecondf](https://www.youtube.com/channel/UC...)

 **CORECON**^{DF}
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA



Dívida pública ilimitada como estratégia de Finanças Públicas desreguladas: qual é o sentido?

Guilherme C. Delgado

1 – Introdução

A categoria dívida pública, antes de se constituir, com a modernidade em um importante instrumento de mobilização de recursos econômicos no âmbito dos nascentes Bancos Comerciais; e em especial, destes com relação ao Estado Moderno¹; é uma categoria teológica central na Bíblia, tanto do Antigo como do Novo Testamento.

Faço esta observação inicial para chamar a atenção para o título deste artigo: “Dívida Pública Ilimitada como Estratégia de Finanças Públicas Desreguladas...”, cuja desregulamentação ora (na conjuntura) em processo de aprofundamento, contém, como pretendo demonstrar, todos os ingredientes à perpetuação e ilimitado crescimento dessa dívida, não obstante todas as declarações em contrário dos protagonistas dessa estratégia financeira.

Vou iniciar este artigo pela explicitação do conceito mais geral de ‘Finanças Públicas’ em processo de desregulamentação crescente, em múltiplos dos seus subsistemas, para então chegar à corroboração ao título deste artigo. No final, nas “Conclusões” a ligação da estratégia da dívida ilimitada com a desregulação financeira ficará mais clara. Mas para entendê-la, a chamada racionalidade econômica é insuficiente. Precisaremos recorrer a conceitos teológicos muito antigos, de fundamentos ético-sociais altamente questionáveis.

2 - Finanças Públicas como Sistema

Começo este artigo prestando uma merecida homenagem à colega Maria Lucia Fatorelli; batalhadora incansável pela auditoria da Dívida Pública brasileira e que na conjuntura está especialmente empenhada na denúncia de um Projeto de Lei (PLP 459/2017), já aprovado pelo Senado Federal, que dispõe oficialmente sobre “cessão de créditos tributários e não tributários” para cobrança privada, mediante substanciais ganhos financeiros no processo de securitização; mas que segundo a pesquisa de Maria Lucia, já vem ocorrendo e vai mais longe ainda, porque envolve cessão de dinheiro público já arrecadado, subrepticamente desviado aos operadores financeiros.

O que se pretende mostrar neste texto é a estruturação de um aparato de desregulação financeira, onde práticas como as denunciadas pela colega Maria Lucia, vicejam, sob vários formatos. Mas antes, precisamos de uma breve abordagem conceitual das finanças públicas brasileiras; de forma geral, de maneira a tornar inteligível o objetivo deste artigo.

Os vários subsistemas formais estruturadores daquilo que constitui as finanças públicas não se encontram regulamentados, de forma sistêmica, nem mesmo no texto constitucional de 1988, que em seu Capítulo IV (Do Sistema Financeiro Nacional) disso não trata. Irá tratá-lo no Título VI (‘Da Tributação e dos Orçamentos’), limitando-se a abordar separadamente – o Sistema Tributário (Cap. 1 do Título VI-) e Capítulo 2 (‘Das Finanças Públicas’ –desse mesmo Título VI), onde aí se estabelecem conceitos normativos gerais sobre moeda, orçamentos públicos, dívidas e haveres financeiros públicos (créditos públicos inscritos ou não na Dívida Ativa).

Ora, se no próprio marco constitucional o sistema de finanças públicas é mal definido, a legislação complementar, por sua vez é cada vez mais autárquica, cuidando segmentadamente da moeda, da tributação, dos orçamentos, das dívidas e dos haveres, sem explicitar suas conexões sistêmicas. Apenas no Orçamento Geral (Fiscal e da Seguridade), no caso da União, aparecem os resultados do funcionamento do sistema de finanças públicas, durante o ano fiscal, geradores de ‘superavit’ ou ‘deficit’, segundo os conceitos – ‘primário’ e nominal (total). O primeiro conceito –do “orçamento primário” e seu resultado fiscal de “deficit” ou ‘superavit’, é exaustivamente regulamentado; enquanto o segundo praticamente é ignorado. Mas esta segmentação do subsistema orçamentário, adicionado da baixa transparência da despesa financeira da União, diferentemente da despesa primária, são uma espécie de véu envolvente de um sistema (de finanças públicas) que revela resultados persistentes de endividamento público, sem que se conheçam os determinantes financeiros da situação.² Isto porque o ‘déficit’ orçamentário nominal (total) no final do

ano fiscal é expressão temporal do acréscimo das dívidas públicas, subdividida em dívida mobiliária e dívida contratual no caso da União e é fundamentalmente originado por despesa financeira ilimitada

Mas o resultado orçamentário de um ano e de um período, marcado por déficit nominal contínuo e 'alto', especialmente exacerbado no período crítico 2015/2018, caracterizado por acentuada elevação da despesa financeira pública, pouco atenção têm merecido de análise econômico convencional, relativamente aos problemas estruturais do conjunto do sistema financeiro público, susceptíveis a gerar esses resultados. À falta desse exame, assume-se 'a priori' que seriam as "finanças sociais", instituídas pela Constituição de 1988 a causa eficaz do "desequilíbrio financeiro", tudo mais aparentemente inócuo. Mas este componente as finanças sociais, não comparece no déficit primário de uma larga série histórica, haja vista conter provisão orçamentária específica, no orçamento da Seguridade Social para supri-la. Diferentemente, a despesa financeira, não comparece por definição no orçamento primário, mas requer "superávit primário" para equacioná-la, parcial ou totalmente.

Por sua vez, há vários problemas suscitados pela construção da própria institucionalidade das finanças públicas brasileiras Pós-1994 (Plano Real), estes sim claramente incidentes sobre o seu desequilíbrio financeiro estrutural, que, contudo, não comparecem aos muitos diagnósticos da crise fiscal de Estado. Vou diretamente às questões estruturais.

3 - Finanças Públicas e os Principais Focos do seu Desequilíbrio Estrutural.

Didaticamente, vamos às questões que interessam explorar e que se caracterizam todas elas por condições de repercussão geral e contínua sobre o sistema financeiro público; 1) a institucionalização da irresponsabilidade fiscal do 'serviços da dívida', conducente a uma ilimitada capacidade de geração de despesa financeira nova e de Dívida Pública; 2) uma gestão frouxa, e igualmente irresponsável do ponto de vista fiscal, dos haveres potenciais da União – Dívida Ativa para com a União, tácita ou explicitamente seguida por previsíveis e contínuas anistias, "perdões" e generosos refinanciamentos (REFIS); e paralelamente – repatriação de capitais evadidos para o exterior, com tratamento parecido; 3) uma combinação de frouxidão e permissibilidade no sistema – fiscal financeiro; susceptível à prática do ilícitos financeiros, destacadamente à sonegação fiscal e à evasão

cambial; 4) -privilégios tributários ao capital e 5) a recorrente "engenharia financeira" de reconhecimento dos passivos contingentes (esqueletos financeiros), que combina planejado e desigual tratamento a devedores (inscritos ou não Dívida Ativa) e credores (da Dívida Pública).

3.1 – Sobre a Irresponsabilidade Fiscal da Despesa

Financeira – O problema é de repercussão geral e se imiscui na regulação das finanças públicas brasileiras desde sua origem – da promulgação constitucional até a EC. 95/2016. É pressuposto à irresponsabilidade fiscal do serviço da Dívida Pública, condição de possibilidade à despesa financeira sem limites. Esse problema, em dose embrionária, se imiscuiu no texto original de 1988 no formato de uma 'emenda da redação', não submetida a Assembleia Constituinte, que isentava o serviço da dívida da possibilidade de emenda congressual (Art. 166 § 3º, item b); consolidou-se com a Lei de Responsabilidade Fiscal de março do ano 2000 (Art. 8º § 2º; e concretizou-se na EC 95/2016, que coloca todo o gasto primário do Orçamento Fiscal e de Seguridade, sob restrição do teto da inflação-meta do ano orçamentário, excetuando a despesa financeira, que não tem teto e é estuário de todos os afluentes das arrecadações – tributária e patrimonial da União.

3.2 – O segundo problema das finanças públicas, também de repercussão geral, é a forma assimétrica contra si, com que a União regula dívida pública e haveres públicos financeiros, impondo á primeira (relação com os credores da Dívida Pública) direitos absolutos e formas de remuneração extraordinárias aos credores; enquanto que para os segundos (devedores tributários, previdenciárias e patrimoniais da União), adota regras diametralmente opostas, ainda quando coincidam as titularidades de devedores-credores.

Essas segundas regras, válidas para as anistias, perdões e repactuações sistemáticas da Dívida Ativa para com a União, acrescida das operações de "repatriação de dinheiro do exterior", nunca se aplicam simetricamente aos credores, da Dívida Pública, mesmo quando se tratam de idênticas pessoas físicas ou jurídicas. No limite, a securitização de parcelas da Dívida Ativa e até mesmo de produto já arrecadado, é a espécie exacerbada de um gênero de permissividade "naturalizado" no sistema.

3.3 – O terceiro problema, que de certa forma se aninha na frouxidão da regulação fiscal e financeira, tem a ver com a manifestação cada vez mais óbvia do ilícito fiscal-

-financeiro como prática tolerada pelo sistema, a ponto de ultimamente, pela MP 784/20173, transformada em Lei 13.506/2017, blindar-se o sistema financeiro com a pretensão da inimizabilidade criminal, mediante Acordos de Leniência Secretos, “sem necessidade de confissão do crime” – porta aberta aos ilícitos descriminalizados dentro do sistema monetário e do mercado de capitais.

Observe-se que nos três pontos supramencionados, não tocamos em um aspecto, de origem na política monetária, notoriamente conhecido, qual seja o fato de o Brasil ostentar há décadas a condição de garantidor da mais alta taxa de juros do mundo, em média três a quatro vezes mais elevada que a dos países centrais do capitalismo. Desde o Plano Real a taxa média de Juros SELIC em um quarto de século se situa em termos reais, nos limites mínimo e máximo de 5% a 8% a.a. e em média no entorno de 7%a.a., termos em absoluta desconformidade com os países da OCDE no mesmo período, para citar um exemplo didático.

O leitor, mesmo sem formação econômica é capaz de discernir, que um sistema de finanças públicas dessa natureza: a) com finanças sociais praticamente eliminadas; b) com despesa financeira ilimitada e irresponsável; c) com tratamento combinado e desigual a credores e devedores do tesouro público; d) com permissividade, inimimizabilidade e até prêmio tributário à livre saída de capital; contêm radicais ingredientes à desigualdade distributiva; mas também ao desequilíbrio financeiro, no sentido da geração líquida do endividamento público.

Finanças públicas com essas características mais se parecem com um sistema de idolatria ao dinheiro, para usar a feliz expressão do Papa Francisco, por ocasião do seu discurso aos movimentos populares em outubro de 2014, ao caracterizar a forte contradição das necessidades vitais de terra, trabalho e teto, face as determinações negativas da apropriação financeira, coordenada pela idolatria ao dinheiro.

3.4 – Dos Privilégios Tributários ao Capital às Engenharrias do Reconhecimento de Passivos Contingentes.

No período 1994-2018 há duas orientações continuadas e de repercussão geral sobre o sistema financeiro público, tendentes a um desequilíbrio estrutural do sistema. Mas é preciso puxar a memória histórica para esclarecer.

Houve no imediato período pós-Plano Real duas diretrizes, que pela profundidade e permanência até os dias

atuais na estrutura das finanças públicas brasileiras, moldaram-nas. Merecem destaque analítico especial.

A primeira delas tem o nome de ‘reconhecimento de passivos contingentes’⁵, popularizado na linguagem comum como de absorção de ‘esqueletos financeiros’, não inscritos nas finanças públicas até então; e agora convertidos em aportes de ‘Dívida Pública’ mediante experta operação de ‘saneamento financeiro’, mais adiante descrita.

O esquema aplicou-se primordialmente aos bancos – públicos e privados, como também a algumas Empresas Estatais e Autarquias. Comum a todos, a posse de passivos financeiros, de caráter privado. Os campos afetados são os mais variados: 1) na política agrícola e comercial – os débitos bancários junto a PGPM (Política de Garantia de Preços Mínimos), Conta Trigo, Setor Sucroalcooleiro, Conta-Café; perdas e desvios de estoque agrícolas etc.; 2) no sistema BNH – débitos vinculados ao FCVS (Fundo de Compensações Salariais); 3) capitalização de Bancos Oficiais Federais; 4) saneamento financeiro do setor elétrico; 5) assunção de débitos do antigo IAPAS e de desequilíbrios de Fundos de Pensão Privados; 6) saneamento de débitos da Rede Ferroviária Federal; 7) saneamento financeiro dos Bancos Privados.

A legislação que inclui setores e atividades no ‘saneamento financeiro’ é variada e detalhada, vai de 1996 a 2003⁶, não sendo possível aqui mencioná-la. Mas há algo e comum ao esquema que convém reproduzir.

O esquema geral dessas operações de saneamento financeiro consiste no seguinte: os bancos credores de ‘passivos podres’ são favorecidos com emissão de títulos da dívida pública, liberando-os então de toda a corresponsabilidade com o carregamento desses passivos e passando-os à posição de credores da Dívida Pública Federal. Enquanto isso, os milhares de processos inadimplentes relativos a esses débitos são remetidos à Procuradoria da Fazenda Nacional, que passam a alimentar uma verdadeira pleora de haveres potenciais da União em cobrança judicial, inscritos na Dívida Ativa.

A consequência imediata dessas medidas de ‘saneamento financeiro’ é a virtual explosão da Dívida Líquida do setor Público, que pula de 34,38% do PIB em 1994 para 49,39% no ano 2000, alimentada preponderantemente por ingresso de esqueletos e capitalização de juros da própria Dívida.

Outra medida do mesmo período é a generosa legislação do Imposto de Renda, editada em 1995 (Lei n. 9.249/95), que passou a partir de então a isentar (alíquota zero), os dividendos pagos aos acionistas, do pagamento do Imposto de Renda pela pessoa física, na contramão do que se faz no mundo inteiro. Essa legislação permite ainda a dedução de juros sobre o capital próprio da renda tributável da pessoa jurídica, reduz substancialmente as alíquotas progressivas, dentre outras medidas. Todas essas alterações da legislação tributária, vigentes a partir de 1995, permanecem no sistema até o presente, configurando uma estrutura tributária altamente desigual em termos comparativos, de taxação de ricos e pobres.

O caráter permanente e desigual do mencionado 'reconhecimento de passivos contingentes' e da legislação tributária supracitada, ambos detonados nos primórdios do Plano Real (1995-96), juntamente com outras medidas regulatórias analisadas em sequência, caracterizam uma evidente estruturação de finanças públicas com viés de privilégio aos detentores da riqueza financeira.

4 - Conclusões

As cinco condições permanentes e de repercussão geral, configurantes das finanças públicas brasileiras na atualidade são as seguintes:

- 1) Institucionalização da irresponsabilidade fiscal do serviço da dívida pública;
- 2) Gestão frouxa dos haveres financeiros públicos inscritos ou não na Dívida Ativa;
- 3) Inimputabilidade criminal dos ilícitos financeiros nos mercados monetários e de Capitais;
- 4) Os privilégios tributários aos rendimentos do capital;
- 5) A recorrente facilidade ao reconhecimento de 'passivos contingentes' e sua engenharia financeira de combinação desigual – dívida pública e dívida ativa; contêm evidentes pressões estruturais para formação da dívida pública, especialmente em circunstâncias da crise fiscal.

Mas esses tópicos mencionados são focos de despesa financeira tácita ou explícita, que em nenhum momento têm sido objeto de tratamento como problemas nas crises fiscais. Ao contrário, os frequentes programas de 'ajuste fiscal' nas referidas crises, aprofundam tais características.

Busca-se exclusivamente a mitigação e até exclusão das 'finanças sociais' dos orçamentos públicos, alegando

necessidades de equação ao superávit primário. Mas não se pode ignorar a magnitude e a autonomia do 'serviço da dívida', que consome parcelas ponderáveis do Orçamento – entre 2 a 3 pontos percentuais do PIB de 'superávit primário' em conjunturas de crescimento, mantendo um resíduo de igual proporção de déficit nominal, convertido em dívida nova. Por sua vez, nas crises fiscais, quando cai o 'superávit' primário ou mesmo ocorrem pequenos déficits, a despesa financeira se exacerba, puxada por uma estratégia de formação de dívida pública. Em tais condições, explode o déficit nominal para algo no entorno de 8 a 10 pontos percentuais do PIB, (período 2015-2017), quando nenhum superávit fiscal houve para absorve-lo, mas ao contrário há déficits primários no entorno de 1 a 1,5% do PIB

Em tais condições pode-se dizer, com evidência de forte corroboração empírica para o quarto de século que sucede o chamado Plano Real, que o sistema de finanças públicas tem funcionado com toda liberalidade para gerar Dívida Pública sem limites. E isto parece gozar de certa aceitação passiva, como se fora algo 'natural'.

Há sim uma estratégia financeira para geração da Dívida Pública, espécie de fonte de legitimidade aparente aos capitais detentores da riqueza financeira; não obstante rigoroso discurso em favor do equilíbrio fiscal. Basta ver a trajetória da Dívida Pública Federal como proporção do PIB no período posterior ao Plano Real e principalmente em determinados momentos históricos peculiares – a) operações de passivos contingentes entre 1995 e 2000; b) crise cambial do Real entre 1998 a 2002 e crise fiscal do período 2015-2017.

Observada a história econômica deste quarto de século a partir do Plano Real, porque antes a superinflação realizava caoticamente este resultado, a Dívida Pública se mantém incólume e o sistema de finanças públicas reestruturado neste período, realiza de maneira combinada e desigual sua reprodução ampliada. Mas isto é cada vez mais difícil de se explicar, utilizando de categorias econômicas convencionais, comparações internacionais ou quaisquer argumentos racionais demonstráveis.

A retórica visitada pelos condutores atuais e pretéritos do "ajuste fiscal" estrutural, na linha do "Programa Econômico do PMDB – Ponte para o Futuro", ora em execução, é claramente o discurso do sacrifício dos direitos sociais constitucionais, com o que se geraria por 20 anos o superávit primário requerido pelos mercados detentores de títulos

da Dívida Pública Federal (ver EC 95-2016). Esse sacrifício, seria uma espécie de castigo social requerido ao 'espírito animal' dos empresários detentores da riqueza financeira, que ao fim de certo tempo lhes despertaria o ânimo empreendedor, com que os 'mercados' voltariam a reiniciar um ciclo de expansão real da economia. E aqui teríamos o terceiro elemento dessa teologia econômica – o prêmio da prosperidade.

A dívida social auto reproduzida é apresentada como culpa da sociedade, que a honraria mediante sacrifício e castigo dos pagamentos compulsórios, requeridos pelo 'espírito animal dos empresários', condição imprescindível à quitação dos devedores, a que sucederia em algum futuro - o prêmio da prosperidade.

Esse discurso teológico idolátrico é apresentado subliminarmente todos os dias para justificar os chamados ajustes fiscais sucessivos. Não é novo, mas infelizmente goza de certo prestígio do senso comum, impregnado por uma cultura do sacrifício resignado, que nada tem de religioso, mas provavelmente de memórias atávicas dos quatro séculos de escravidão.

Finalmente, para o que importa neste artigo destacar, o formato das nossas finanças públicas desreguladas precisa ser politicamente problematizado. Sua reprodução há um quarto de século em governos do PSDB e PT e agora exacerbado no governo Temer, é causa eficaz da reprodução ampliada de uma dívida pública insustentável. Reforma profunda desse sistema reclama enfrentamento, sob pena de reproduzirmos para as próximas gerações do próximo quarto de século os dilemas insolúveis que vimos postergando desde os primórdios do Plano Real.

Notas e Referências. Bibliográficas

Para uma análise histórica sobre as origens da dívida pública na Europa ver:

Giovani Arrighi – O Longo Século XX – Dinheiro, Poder e as Origens do Nosso Tempo (Capítulo 2) – São Paulo, Ed. Contrasponto-UNESP, 1ª edição – 1996; pp. 87-162.

A Lei Orçamentária Anual vigente (Lei 13.857, de 01/01/2018) carrega uma despesa pública prevista de 52,5% (1, 84 trilhões de reais) do total; e como de regra nenhum anexo detalhado e explicativo, ao contrário da despesa primária, que é detalhada por Ministério em nível projeto e subprojeto.

A Medida Provisória 784/2017, já transformada em Lei

(Lei 13.506/2017), praticamente blindando as instituições geridas pelo Banco Central e pela CVM à imputação de ilícitos financeiros com efeitos criminais, oferecendo-lhes em contrapartida Acordos de Leniência secretos, apenas com sanções pecuniárias de natureza administrativa.

Os vários discursos do Papa Francisco dirigidos aos Movimentos Populares entre 2014 e 2016, na linha de defesa dos direitos sociais ao triplice 'T' (Terra, Trabalho e Teto), fazem recorrentemente a advertência da antinomia relativamente à idolatria ao dinheiro.

Para uma análise específica do tema dos "Passivos Contingentes", ver:

Bolívar P. Filho e Maurício M. Saboya Pinheiro. "Os Passivos Contingentes e a Dívida Pública no Brasil Recente (1996/2003 e Perspectivas (2004-2006" in Texto para Discussão n. 1007- Brasília; IPEA – 2004.

6- Cf. Bolívar P. Filho e Maurício Saboya – op. cit

Guilherme Costa Delgado guilhermecostadelgado@gmail.com

Doutor em Economia pela UNICAMP - 1984; Pesquisador do IPEA durante o período 1976-2007; autor de vários livros publicados sobre a relação Capital Financeiro e Agricultura no Brasil. Atualmente está aposentado do IPEA e assessora Movimentos Sociais nas áreas de pesquisa de políticas agrárias e sociais.



COMUNICADO IMPORTANTE

MUDAMOS DE ENDEREÇO

O Conselho Regional de Economia da 11ª Região - Distrito Federal (Corecon-DF) informa sua mudança de endereço para
Sector Comercial Sul, Quadra 1, Edifício Antônio Venâncio da Silva, Salas 301/306.

Telefone: 3226-7487
E-mail: corecondf@corecondf.org.br
Faça-nos uma visita!





X PRÊMIO SOF DE MONOGRAFIAS

TEMAS Despesa Pública
Orçamento Público

1º colocado - R\$ 20.000,00

2º colocado - R\$ 10.000,00

3º colocado - R\$ 5.000,00

Os trabalhos premiados serão publicados eletronicamente e receberão certificados.

INSCRIÇÕES E ENTREGA DOS TRABALHOS

20 de fevereiro a 21 de abril de 2018

Via **SEDEX**

INFORMAÇÕES Fone: (61) 3412-6124
premio-sof.df.esaf@fazenda.gov.br

APOIO



PATROCÍNIO



REALIZAÇÃO



IDEALIZAÇÃO

SECRETARIA DE
ORÇAMENTO FEDERAL

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO



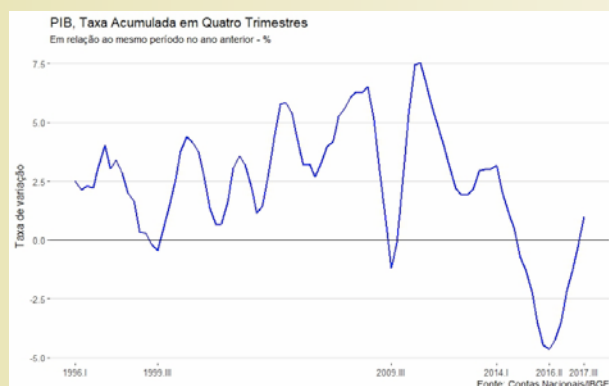
ARTIGO

Dados do PIB para 2017: é caminhando que se vai ao longe?

Roberto Ellery

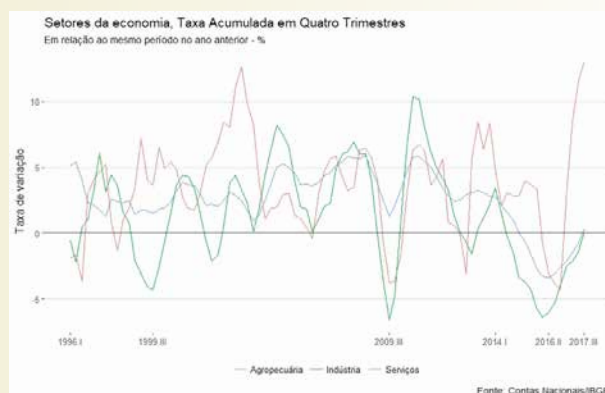
Saiu o resultado do PIB de 2017, segundo o IBGE o PIB cresceu 1% depois de dois anos consecutivos de queda. A pergunta é se o resultado foi bom, minha resposta é que foi, mas não é uma resposta segura. Não digo isso apenas porque depois de cair por dois anos seguidos qualquer crescimento é bom, o que poderia ser um argumento, digo porque os números parecem mostrar uma recuperação consistente, o que é muito diferente de uma recuperação rápida. Desde que o Brasil decidiu reviver a década de 70, lá por meados da década passada, tento alertar dos riscos da experiência. O Brasil não é e não quer ser China, de forma que não deve esperar um crescimento chinês. Nesse sentido estaria mais preocupado com um crescimento de 5% do que estou com o crescimento de 1%.

Os números apontam para a recuperação. Se o leitor for ver os dados do IBGE vai encontrar uma série de medidas de variação do PIB, nas figuras desse texto vou usar apenas as taxas de crescimento acumuladas em quatro trimestres, faço isso para não ter de discutir efeitos de sazonalidade ou coisas do tipo. A figura abaixo mostra a taxa de variação do PIB desde de 1996. A queda que começa no segundo trimestre de 2014 é o retrato da crise. Se olhássemos para a variação no trimestre, não é o que está na figura, veríamos que no primeiro trimestre de 2014 houve um crescimento de 3,5%, na sequência tivemos quedas em todos os trimestres até o primeiro de 2017 quando a taxa foi zero, ficando positiva nos trimestres seguintes.



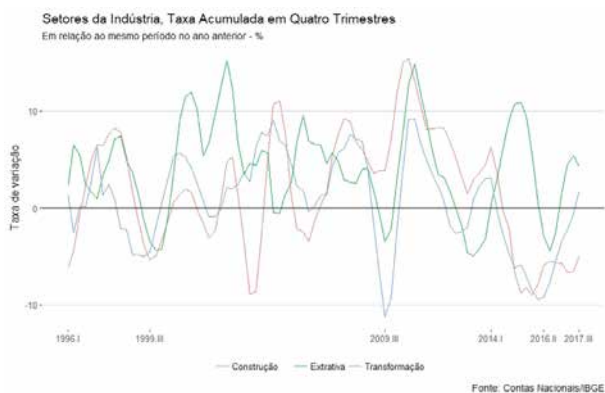
Costumo argumentar que recuperações rápidas de crises, como aconteceu em 2009, podem ser sinais que novas crises virão no futuro próximo, o que parece ser uma recuperação impressionante costuma ser apenas um adiamento da crise. A comparação entre a recuperação da queda de 2009 e da queda atual pode ser feita apenas olhando a figura. Ao que tudo indica não estamos diante de uma nova tentativa de adiar uma crise, pelo contrário.

A impressão que estamos nos recuperando de forma correta fica reforçada quando olhamos os números que formam o PIB. Começamos pelo lado da oferta, a figura abaixo mostra o desempenho da agropecuária, da indústria e dos serviços entre 1996 e 2017. Aparentemente nossa recuperação é um golpe de sorte em decorrência do crescimento excepcional da agropecuária, é possível, se for o caso minha tese da recuperação consistente vai por água abaixo. O resultado da agropecuária depende muito de eventos climáticos e de fatores externos, de forma que é difícil relacionar esse crescimento com uma recuperação da economia como um todo. A indústria, que costuma responder mais a fatores internos, ficou estacionada em 2017 e os serviços, maior responsável pelo emprego, cresceu 0,3% o que na prática pode ser visto como estagnação. A não recuperação dos serviços pode ser a causa da não recuperação do emprego na velocidade desejada. Em resumo, a conclusão da figura abaixo é que o crescimento foi eventual e não mostra uma recuperação.



Olhando os setores a conclusão é que não temos motivos para comemorar além do fato que o governo está mais preocupado em arrumar a casa por meio de reformas do que em forçar o crescimento da economia. Se abrimos mais os dados a conclusão pode ficar um pouco menos dura. É verdade que o melhor desempenho na indústria é da extrativa, que também está relacionada a fatores externos, isso reforça a tese do acaso. Por outro lado, a decomposição do crescimento entre os setores da indústria permite observar a recuperação da indústria de transformação. Aqui não posso deixar de registrar que na virada de 2014 para 2015, quando o impeachment ainda não estava na mesa e a economia estava em trajetória de queda, tanto a indústria extrativa quanto a agropecuária mostravam forte crescimento o que é uma forte evidência contra a tese que culpa as commodities por nossa crise.

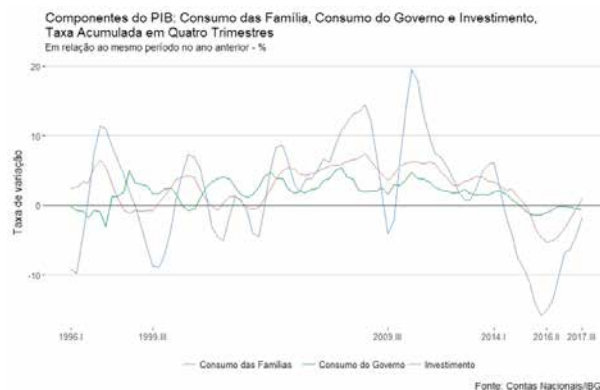
Se olharmos as taxas trimestrais, que não estão na figura, a indústria de transformação cresceu 6% no quarto trimestre de 2017, contra queda de 3,4% no quarto trimestre de 2016, queda de 11,5% no quarto trimestre de 2015 e queda de 6% no quarto trimestre de 2014. Mesmo em 2010, nosso ano de maior crescimento nas últimas décadas, a indústria de transformação não cresceu tanto no quarto trimestre, naquele ano a indústria, que chegou a crescer 15,9% no primeiro trimestre, cresceu 3,4% entre outubro e dezembro.



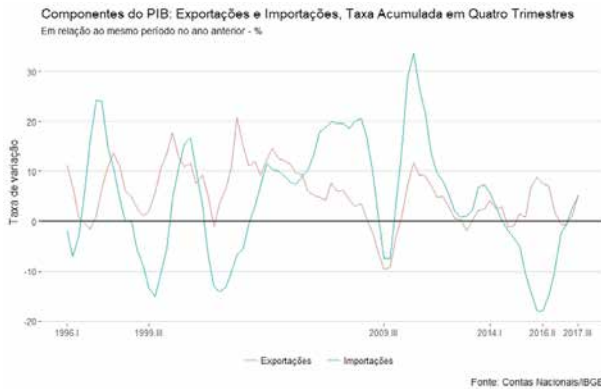
Quem está segurando a recuperação da indústria como um todo é a construção. Repare que ao contrário da indústria de transformação a indústria da construção não mostra um padrão de recuperação. O lado ruim disso é que o encolhimento da construção dificulta o crescimento do emprego com impacto em mão de obra não qualificada, pessoal que sofre nas crises. O lado positivo é que esse setor cresceu muito no período anterior a crise, na época se falou de bolha da construção civil, e precisava mesmo passar por um ajuste. Outro ponto

positivo é que o governo está se controlando em estimular a indústria da construção, ou seja, o governo não está adiando o ajuste do setor. Se o governo vai se manter na linha em ano eleitoral é coisa que não sei dizer, programas de incentivo a construção fazem a alegria da classe média que sonha com casa própria, dos pobres que conseguem empregos nas obras e dos ricos que são donos das construtoras, entretanto, crescimento artificial nesse setor cria bolhas que podem ser desastrosas como o mundo viu em 2008 na crise que começou no setor de construção dos EUA. O ajuste da construção é um remédio amargo que deve ser tomado para evitar problemas maiores no futuro próximo.

A construção não apenas esconde a recuperação da indústria, esconde também a recuperação do investimento. A figura abaixo mostra as taxas de variação do consumo das famílias, do consumo do governo e do investimento. O menor ajuste foi no consumo do governo, depois o consumo das famílias e o grande ajuste foi no investimento que continua com taxa de variação negativa, a queda foi de 1,8%. Entretanto, se abrimos os números, é possível ver que o item "máquinas e equipamentos" cresceu 3% contra uma queda de 5,6% no item "construção". Como construção responde pela maior parte do investimento, em 2017 foi 52,25% contra 32,95% de máquinas e equipamentos, o resultado final foi de queda, mas a recuperação do investimento em máquinas e equipamentos é relevante, principalmente quando observamos que esse tipo de investimento teve queda de 7% em 2014, 22,3% em 2015 e 15,6% em 2016. Outro aspecto relevante é que o aumento do investimento em máquinas e equipamentos ocorreu em um período de queda dos desembolsos do BNDES, o que sugere tratar-se de uma recuperação de fato e não de um movimento artificial.



Um último aspecto a ser analisado é o setor externo, a figura abaixo mostra a taxa de variação das exportações e importações. Depois da queda nas importações e aumento das exportações, fenômeno razoável em época de crise onde famílias compram menos e empresas buscam mercados externos para compensar a queda nas vendas locais, observamos nos últimos trimestres um aumento simultâneo das exportações e importações. A figura não mostra, mas o saldo comercial foi positivo em 2017, o que também não quer dizer muita coisa.



A análise imediata dos números do PIB sugere uma recuperação, afinal paramos de encolher e voltamos a crescer, mesmo que pouco. Uma análise com um pouco

mais de cuidado acende uma luz amarela, agropecuária e indústria extrativa, os setores com melhor desempenho, dependem mais fatores como mercado externo e clima do que de reformas e fundamentos sólidos na economia, reforça o sinal de alerta a queda no investimento. Aprofundando um pouquinho mais podemos ver sinais de uma recuperação consistente, a indústria de transformação voltou a crescer e o investimento em máquinas e equipamentos também cresceu. Tanto a estagnação da indústria quanto a queda do investimento são explicadas pela crise na construção civil.

Roberto Ellery
ellery@unb.br

Professor do Departamento de Economia da UnB. Possui doutorado em Economia pela UnB. Pesquisador do IPEA entre 1998 e 2002. Faz pesquisas nas áreas de crescimento econômico, flutuações e economia do setor público.



**FIQUE ATENTO!
NÃO PERCA
NOSSOS CURSOS.**

Mais informações:
(61) 3223-1429

Acesse:
corecondf.org.br

ARTIGO

Uma rápida reflexão sobre a mobilidade urbana no Brasil

Mônica Guo Ming (UnB)¹
Geovana Lorena Bertussi (UnB)²

1. Introdução

Nos últimos anos, a infraestrutura de transporte vem ganhando um espaço significativo nos debates políticos. Isso se deu, principalmente, pela renovada percepção da importância dessa área na economia do país. Ganhos de produtividade devem ocorrer principalmente de investimentos no setor de infraestrutura de transportes, já que representam redução de custos, aproximação de mercados e criação de novas oportunidades de negócios em todos os setores (Velloso et. al, 2012).

Além disso, um outro tema que vem ganhando relevância, relacionado à infraestrutura de transporte no contexto urbano, é o da mobilidade urbana. Isso porque a mobilidade urbana trata da capacidade de deslocamento das pessoas e bens no espaço urbano para a realização de suas atividades cotidianas (trabalho, abastecimento, educação, saúde, cultura, recreação e lazer), num tempo considerado ideal, de modo confortável e seguro (Vargas, 2008).

A melhoria na mobilidade das pessoas contribuiria para o setor privado no sentido de reduzir o tempo e os custos de deslocamento (diretos e indiretos) e melhorar a produtividade das pessoas. Tornando os locais mais acessíveis, ocorre uma aproximação e união das pessoas, contribuindo para uma elevada qualidade de vida. Ademais, a falta de mobilidade está relacionada ao aumento da desigualdade social e da pobreza (Brand & Dávila, 2011).

A questão da mobilidade urbana está, portanto, inserida num contexto político maior, em que o bem estar de parcela expressiva da população está sendo comprometido pelos obstáculos crescentes à locomoção urbana. A dificuldade de acesso ao local de trabalho cria um custo e uma insatisfação explosivos (Araújo et al., 2015).

O grau de mobilidade urbana de um país está positivamente correlacionado com o seu nível de desenvolvimento e crescimento. Dessa forma, torna-se necessária a exposição de práticas e políticas que possam contribuir para a evolução da mobilidade urbana. Contudo, antes da apresentação destas possíveis soluções, é importante entender

brevemente o sistema de transporte do país, para que assim seja possível identificar a origem das falhas do setor.

Ao longo do artigo serão apresentadas algumas características do sistema de transporte brasileiro e as razões que levaram a tais particularidades. Além disso, serão apresentadas possíveis soluções para a melhoria da infraestrutura de transporte e, em especial, da mobilidade urbana, por meio do foco nos grandes gargalos que impossibilitam um maior desenvolvimento do sistema.

2. Ponderações acerca do sistema de transporte brasileiro

Atualmente, o sistema de transporte brasileiro se resume a uma predominância do transporte individual - automóveis e motocicletas - frente ao transporte público coletivo - composto pelos ônibus, principalmente, e metrô.

Esse cenário foi resultado dos baixos investimentos realizados pelo governo no transporte público e também às políticas de incentivo que os mesmos criaram para que a sociedade adquirisse cada vez mais transportes individuais. De acordo com Vasconcellos (2014), isso tudo contribuiu para transformar o transporte público em um uso "para quem ainda não conseguiu seu automóvel". Sendo assim, é notável que no Brasil o uso do transporte individual está muito ligado ao status que esse tipo de transporte atribui aos indivíduos.

Além disso, outras medidas que contribuíram (e continuam contribuindo) para o aumento da frota de automóveis no país foram a criação e desenvolvimento do sistema viário adaptado ao uso desse modal, além da gratuidade em boa parte dos estacionamentos, a falta de fiscalização no trânsito e mecanismos de crédito criados pelo governo que facilitam a aquisição desse tipo de transporte.

Políticas de estímulo ao uso de transporte individual, quando combinadas com medidas de encarecimento do transporte público coletivo, desencadeiam em um agravamento do problema de mobilidade urbana. Esse agravamento é dado pelo aumento do congestionamento, poluição, acidentes e exclusão social, visto que

¹ Economista formada pela Universidade de Brasília, atualmente aluna do programa de mestrado em Economia da UnB. Contato: monica.guom@gmail.com

² Doutora em Economia pela UnB. Professora Adjunta IV do Departamento de Economia da UnB. Contato: geovalorena@gmail.com

aqueles que não possuem condições de adquirir um veículo pessoal acabam sendo impostos a utilizar o transporte público perdendo qualidade e ficando cada vez mais caro (Vasconcelos, Carvalho e Pereira, 2011).

De acordo com dados retirados do texto para discussão “Transporte e Mobilidade Urbana” do Ipea, realizado por Vasconcelos e Pereira (2010), de 1985 a 2005 o uso do transporte público nas grandes regiões metropolitanas do Brasil apresentou uma queda de 68% para 51%. Já o uso de automóvel passou de 32% para 49%, mostrando um aumento significativo. No transporte coletivo, o uso do ônibus tem sido predominante no país. Ademais, o aumento do poder aquisitivo da população, assim como o aumento das deficiências do transporte público e do apoio crescente do governo federal (através de isenção de impostos e facilidades financeiras de aquisição de veículos privados), levam o país à tendência de permanecer com o aumento das frotas de automóveis e motocicletas, que são transportes individuais.

Dados dos relatórios da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP) mostram que o transporte público coletivo é melhor que o transporte individual no sentido de conseguir transportar mais pessoas em uma viagem, além de ter um custo econômico menor e uma menor emissão de poluentes.

Contudo, a análise não se limita ao custo econômico, pois o transporte individual, em média, possui um tempo menor de viagem e oferece um maior conforto aos passageiros. Ou seja, esses últimos pontos são considerados pelas pessoas na hora de fazerem suas escolhas de transporte, e por isso mudar a composição do sistema de transporte brasileiro não é uma simples tarefa que se resume a ofertar mais serviços de qualidade de transporte público.

A melhoria no meio de transportes públicos resultaria, então, em um desestímulo ao uso de automóveis nas cidades. Caso contrário, não é possível esperar qualquer melhora significativa na mobilidade urbana. A melhoria em questão ocorreria não só por meio da implementação de um sistema de transportes de massa eficiente, mas também a partir de uma melhor gestão do trânsito, a integração dos transportes e o controle e fiscalização dos deslocamentos.

Principalmente nos países em desenvolvimento, ocorreu, nos últimos anos, um movimento de valorização e reestruturação do transporte coletivo como estratégia de melhoria da mobilidade urbana. Na América Latina, assim como em várias cidades americanas e europeias, fizeram grandes investimentos na reestruturação do transporte público com base no modelo de BRT (Bus Rapid Transit). Em países americanos e europeus ainda houve uma expansão

do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), principalmente nos países europeus (VASCONCELLOS, CARVALHO e PEREIRA, 2011).

Apesar de tímidas, mudanças estão acontecendo de forma a melhorar o sistema de transportes no Brasil. As faixas exclusivas para ônibus no sistema viário, por exemplo, podem ser consideradas uma adaptação rápida e relativamente pouco custosa do sistema, que tem como objetivo melhorar a mobilidade de quem utiliza esse tipo de transporte.

Outros avanços que podem ser citados estão relacionados à regulamentação do setor, em que as principais medidas a serem citadas são a Constituição de 1988, que teve um papel importante no avanço da preocupação com o transporte brasileiro. O Estatuto da Cidade (2001), que introduziu a importância do desenvolvimento das cidades, ligado à mobilidade urbana, e a Política Nacional de Mobilidade Urbana, conhecida também como Lei da Mobilidade Urbana (2012), que exige um planejamento das cidades.

Além dessas questões mais ligadas à legislação, vários órgãos foram criados com o intuito de promover esse setor da economia, o que parece ser um grande avanço, a princípio. Entretanto, o resultado de toda essa regulamentação do setor acaba levando a uma assimetria de informação, que prejudica o desenvolvimento do sistema como um todo.

No Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, por exemplo, são dezoito departamentos diferentes, que devem se comunicar a fim de promover melhorias ao setor e garantirem a oferta dos serviços. Ou seja, além da formulação de leis, o poder legislativo também possui a responsabilidade dos checks and balances, que se trata da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do executivo, para que assim haja coordenação e resultados.

Contudo, não se pode tratar a mobilidade urbana como um assunto trivial e de fácil resolução. De acordo com VAN AUDENHOVE, François J. et al. (2014), a mobilidade urbana é um dos desafios mais difíceis que as cidades enfrentam atualmente, uma vez que os sistemas de mobilidade existentes estão perto de um colapso. A falta de sinergia entre as iniciativas leva a um resultado sub-ótimo em termos de desempenho de mobilidade, que exige uma abordagem mais holística. Nesse contexto, surge uma grande necessidade de alinhamento regional de estratégias de mobilidade, respeitando as responsabilidades e necessidades de cada região, e garantindo que as soluções sejam adaptadas ao contexto de cada localidade.

Além disso, VAN AUDENHOVE, François J. et al. (2014)

dizem que as decisões são baseadas principalmente de acordo com necessidades e possibilidades do setor público, e não relacionam adequadamente as interfaces com o setor privado e a contribuição desse setor na realização dos objetivos da mobilidade urbana.

Desse modo, a questão organizacional e institucional são de extrema importância na economia como um todo, e conseqüentemente no desenvolvimento do sistema de transporte e mobilidade urbana brasileiro. Em primeiro lugar, instituições críveis e com boas condições são importantes no sentido de reduzir o risco de investimento e atrair capital privado, principalmente no setor de infraestrutura, em que os investimentos possuem um alto payback, ou seja, um longo tempo de maturação (Frischtack, 2009).

Em segundo lugar, as instituições afetam o desempenho da economia, além de definir e limitar o conjunto de escolhas dos indivíduos, possibilitando a redução da incerteza, proporcionando uma estrutura ao cotidiano dos indivíduos e das organizações (Furlanetto, 2008; North, 1993). Ou seja, assim como citado anteriormente, as instituições possuem um papel fundamental no sentido de organizar e coordenar as atividades do país.

Por fim, de acordo ainda com Furlanetto (2008), é fundamental a construção de instituições eficientes, e acima de tudo, democráticas, favorecendo o desenvolvimento econômico e social e oferecendo oportunidades iguais a todos. No caso do Brasil, a omissão dessas instituições democráticas acabou resultando em uma grande participação das classes mais baixas no uso de transporte público coletivo, de acordo com dados de relatórios da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP).

3. Algumas Possíveis Soluções

Em suma, o Brasil possui ainda um longo caminho a percorrer em relação à infraestrutura de transporte e mobilidade urbana, no sentido de oferecer serviços de qualidade de transporte público coletivo, gerando assim um maior incentivo para que a população possa aderir a esse tipo de transporte e promovendo um maior conforto e mobilidade para aqueles que já fazem uso desse modo de transporte.

As decisões de transportes geralmente estão atreladas a outros objetivos de políticas econômicas (GOLDMAN e GORHAM, 2006). Sendo assim, acabam sendo um resultado de políticas, ficando, muitas vezes, em segundo plano. Talvez esteja na hora de começar a pensar na infraestrutura de transporte como primeiro plano, dada a importância desse sistema para a economia como um todo.

A crescente urbanização acabou levando, na maioria das cidades ao redor do mundo, inclusive no Brasil, a uma

aceleração do crescimento da frota de automóveis. Isso resultou em uma saturação das vias, aumentando os custos e o tempo de deslocamento da população, levando a uma imobilidade urbana. O ponto de partida para a resolução dessa problemática seria o investimento em meios de transportes coletivos. Contudo, desde 2015 os investimentos em infraestrutura no Brasil vêm tendo ainda mais dificuldades, devido à recente crise econômica.

Nesse sentido, foi apresentado o papel essencial das instituições nos investimentos em infraestrutura, dado o papel das instituições no desempenho da economia e na redução da incerteza, gerando credibilidade para o país. Ademais, condições macroeconômicas estáveis também são importantes na redução de riscos associados aos investimentos no país.

Em relação ao uso de automóveis, a implementação precoce de políticas de restrição de automóveis e de incentivo aos modos não motorizados parece ter sido uma solução com bons resultados em outros países. A fiscalização de trânsito, além de necessária para o funcionamento das cidades, pode ser considerada uma política de restrição. O Brasil apresenta uma fiscalização precária, que parece querer continuar gerando benefícios e incentivos para o uso de automóveis e motocicletas.

O automóvel contou com o apoio permanente e intenso da indústria automobilística, que sempre alocou recursos vultosos para promover a ideologia do automóvel como essencial para a vida (VASCONCELLOS, 2014). O modal continua contando com diversos apoios, pois, uma vez instalado como modo principal de transporte, parece ser mais conveniente para o governo continuar facilitando seu uso. Sobretudo, uma mudança de comportamento é necessária para gerar alterações permanentes do sistema de trânsito.

Ademais, também deve existir o incentivo ao uso de modos não motorizados, que também auxiliam na redução do congestionamento e são mais eficientes para viagens mais curtas. Outro fator que influencia a mobilidade urbana é a integração dos diferentes modais de transporte, motorizados e não motorizados. Essa integração tem como objetivo facilitar o deslocamento das pessoas, sempre com o intuito de reduzir o tempo e custo das viagens e de gerar bem-estar para a sociedade. No caso do Brasil, percebe-se uma dificuldade na integração dos modais devido à falta de infraestrutura para os modos não motorizados, como ciclovias, bicicletários e calçadas de qualidade que interligam a cidade como um todo. Ou seja, falta uma integração da estrutura do sistema, o que dificulta a integração dos modais.

A expansão das motocicletas nas cidades teve como

resultado um aumento da insegurança do trânsito. Esse modal é responsável pela maior parte dos acidentes de trânsito, que geram um custo elevadíssimo para a população (tanto custos monetários quanto custos intangíveis). Outra externalidade negativa foi a emissão de poluentes, causada por todos os meios motorizados de transporte, que acabam gerando custos para a população, afetando a saúde das pessoas e afetando a produtividade das mesmas em suas atividades do cotidiano.

A busca por combustíveis menos poluentes, como o álcool, deve ser estimulada. Além disso, é de suma importância a criação de programas e estruturas incentivando o uso de modos não motorizados, que não contribuem para a emissão de poluentes. Inclusive essa é uma solução que parece estar sendo adotada por diversos países, complementada pela melhoria da educação no trânsito. Além dos modos não motorizados de transporte, deve-se estimular também o uso de transportes públicos coletivos, que amenizam os custos e a poluição, visto que maximizam o número de indivíduos transportados em uma viagem.

O investimento na infraestrutura de transporte urbano, associado a uma melhoria da mobilidade urbana, é um tema de suma importância e que deve ser melhor debatido e priorizado, pois promove o crescimento econômico através do aumento do retorno dos insumos privados como capital e trabalho, resultando em um aumento na produtividade. Ademais, uma maior mobilidade das pessoas também gera um aumento da qualidade de vida e do bem-estar da população. Contudo, apesar de entender a importância do tema e de apresentar diferentes soluções para o Brasil, como possíveis políticas de restrição ao uso de veículos, talvez o Brasil seja um caso diferente, devido à questão cultural que está envolvida na passagem do uso do transporte individual para o transporte público. No final das contas, o transporte individual acaba gerando um maior conforto e comodidade para as pessoas.

O fato das pessoas no Brasil não possuírem confiabilidade nos horários de deslocamento, além da questão da segurança (assaltos recorrentes em transportes coletivos), faz com que o carro ainda seja uma melhor opção, ainda que o governo taxe os condutores por meio de custos indiretos, como estacionamento e gasolina, por exemplo. Por fim, a descoordenação e falta de clareza na hierarquia entre os órgãos na tomada de decisões trazem uma grande dificuldade no sentido de gerar uma falta de organização, levando a longos períodos e uma grade burocracia para a implementação de mudanças.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Suely M. et al. Desafio da Mobilidade Urbana, vol 5, nº 8, 2015.

BRAND, Peter e DÁVILA, Julio. Mobility Innovation at The Urban Margins. Journal City, vol 15 – issue 6, p.647-661, 2011.

FRISCHTACK, Cláudio R. O investimento em infra-estrutura no Brasil: Histórico Recente e Perspectivas, 2009.

FURLANETTO, Egidio. Instituições e Desenvolvimento Econômico: A importância do Capital Social. Revista de Sociologia e Política, 2008.

GOLDMAN, T. e GORHAM, R. Sustainable Urban Transport: Four Innovative Directions. Technology in Society 28. P. 261-273, 2006.

HOFFMANN, M. et al. Comportamento Humano no Trânsito. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003

Ministérios dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Disponível em <<http://www.transportes.gov.br/institucional/organograma.html>>. Acesso em: 13 de fev de 2018.

NORTH, D. Instituciones, cambio institucional y desempeño económico. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

VAN AUDENHOVE, François J. et al. (2014). The Future of Urban Mobility 2.0 - Imperatives to shape extend mobility ecosystems of tomorrow, 2014.

VARGAS, Heliana C. (I)Mobilidade urbana nas grandes cidades. URBS, São Paulo, nº 47, 2008.

VASCONCELLOS, E.; CARVALHO, C. e PEREIRA, R. Transporte e mobilidade urbana. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), No. 1552, 2011.

VASCONCELLOS, E. Políticas de Transporte no Brasil - A Construção da Mobilidade Excludente. 1ª edição, 2014.

VELLOSO, R. et al. Infraestrutura: os caminhos para sair do buraco. Rio de Janeiro: Fórum Nacional, INAE, 2012.

Mônica Guo Ming
monica.guom@gmail.com

Economista formada pela Universidade de Brasília, atualmente aluna do programa de mestrado em Economia da UnB.



Geovana Lorena Bertussi
geovanalorena@gmail.com

Doutora em Economia pela UnB. Professora Adjunta IV do Departamento de Economia da UnB.



ADTIGCO

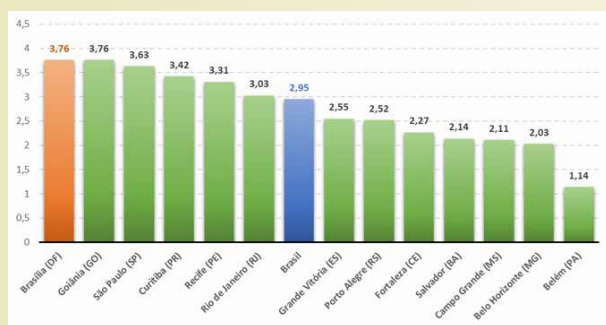
IPCA/Brasília 2017: Porque a maior inflação do país?

Clarissa Jahns Schlabit

A inflação oficial de Brasília, medida pelo IPCA, calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, registrou no mês de dezembro de 2017, aumento de 0,59% na comparação com o mês anterior. Com este resultado mensal, Brasília fechou o ano com inflação acumulada de 3,76%, maior resultado entre todas as regiões pesquisadas. Este artigo tem por objetivo identificar os fatores que levaram a esse resultado em 2017.

O Gráfico 1 mostra a variação da inflação no ano em ordem. Goiânia registrou a mesma variação, dividindo a primeira posição entre das regiões da pesquisadas. Enquanto Brasília liderou as variações de Alimentação e Bebidas, Transportes e Vestuário, Goiânia liderou a inflação dos grupos Habitação e Artigos de Residência. De outro lado, a menor inflação do país foi registrada em Belém, com 1,14%, que mostrou menor variação acumulada entre as regiões nos grupos Alimentação e Bebidas, Vestuário, Saúde e Cuidados Pessoais e Educação.

Gráfico 1- IPCA - Variação percentual (%) acumulada no ano – Brasil e Regiões pesquisadas – dezembro de 2017



Fonte: IBGE/ Elaboração Codeplan/GECON-Nupre

Já o IPCA Brasil terminou 2017 com uma inflação de 2,95%, abaixo do limite inferior da meta de inflação estabelecida (3,0%). A trajetória de queda da inflação brasileira para atingir esse nível começou em janeiro de 2016 e se intensificou ao longo de 2017. Como mostra o Gráfico 2, a inflação do Brasil registrou variação acumulada em 12 meses dentro do intervalo de tolerância da meta de inflação em dezembro de 2016 e abaixo do limite inferior a partir de junho, patamar que vem sendo

mantido. Uma vez que uma série de preços administrados sofreram reajustes em 2017, a explicação para uma inflação brasileira baixa reside na deflação de alimentos advinda, principalmente, da supersafra verificada em 2016/2017.

O IPCA de Brasília, em sua trajetória descendente, alcançou o limite superior da inflação antes, em outubro de 2016, porém, sua curva foi menos inclinada, revelando um descolamento entre os dois índices de maneira mais contundente a partir de julho de 2017. Dessa forma, Brasília terminou o ano com a inflação 0,81 pontos percentuais acima da do país, porém, ainda relativamente baixa e menor do que a meta de inflação estabelecida para o Brasil, de 4,5%.

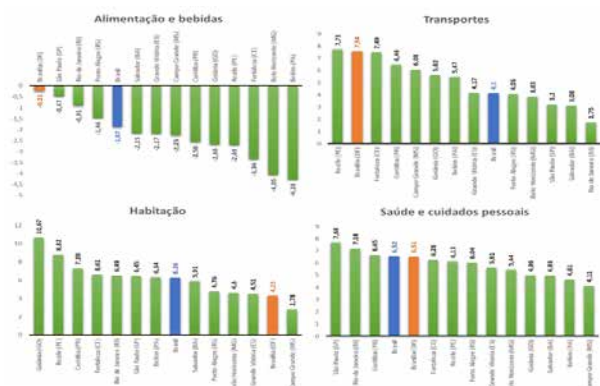
Gráfico 2- IPCA - Variação percentual acumulada em 12 meses – Brasil e Brasília – janeiro de 2014 a dezembro de 2017



Fonte: IBGE/ Elaboração Codeplan/GECON-Nupre

Para identificar quais foram os fatores que geraram essa diferença entre Brasil e Brasília, será feita uma análise por grupos. Dentre os nove grupos de despesa que compõem o IPCA, quatro mostram-se mais relevantes, uma vez que representam 67,3% da cesta de consumo de Brasília. São eles: Transportes (23,5%), Alimentação e Bebidas (20,2%), Habitação (14,0%) e Saúde e Cuidados Pessoais (9,7%). A Figura 1 mostra o comportamento da inflação de 2017 desses cinco grupos para cada região pesquisada.

Figura 1 - IPCA de grupos de despesa selecionados - variação percentual acumulada (%) em 2017 – Brasil e regiões pesquisadas



Fonte: IBGE/ Elaboração Codeplan/GECON-Nupre

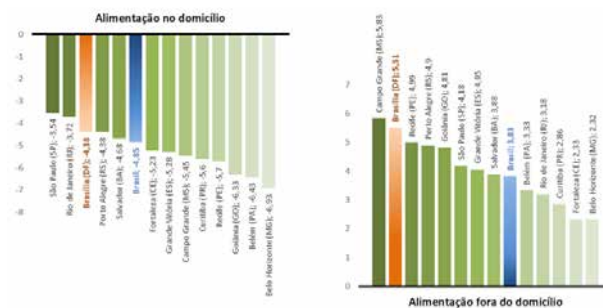
Como pode ser observado, dentre os quatro principais grupos de despesa, Brasília desponta entre as duas maiores variações em dois deles: Alimentação e Bebidas, em primeiro, com -0,21%, a menor deflação entre todas as regiões; e Transportes, 7,54%, a segunda maior inflação entre as regiões. Juntos, esses grupos representam 43,6% das despesas das famílias de Brasília e 44,0% das famílias brasileiras. Dessa forma, pode-se acusar ambos os grupos de despesa como sendo os principais responsáveis pela diferença de resultados observada entre a região e o país.

Apesar de negativo, o índice de Alimentação e Bebidas foi o maior do país ano passado, com -0,21%. Esse grupo possui dois grandes subgrupos: alimentação no domicílio e alimentação fora do domicílio. Em ambos, a variação do IPCA foi maior em Brasília do que no país. A alimentação fora de casa tem um peso maior em Brasília do que no resto do país, o que faz com que o comportamento dos itens desse subgrupo impacte com maior magnitude na inflação local. Um dos motivos que podem ser apontados para o comportamento de alta é a crise hídrica, que teve impactos sobre custos dos estabelecimentos comerciais, com a instituição do racionamento de água, por exemplo. Além disso, custos como o aumento da tarifa de ônibus urbano, o aumento do salário, e o aumento da concorrência informal, devem ser considerados como fatores que influenciam os custos do setor privado e a mudança de preços.

A inflação da alimentação no domicílio também teve maior queda no Brasil do que em Brasília, tendo a terceira maior inflação entre as regiões nesse subgrupo.

Neste caso, pode-se citar novamente a crise hídrica, como possivelmente um fator responsável por afetar a produção local, tanto no que à falta de chuvas, como no que toca à falta de água para irrigação em algumas regiões. Assim, alguns dos produtos alimentícios produzidos localmente, principalmente, os produtos de hortifrúti, acabaram por serem afetados, tornando mais difícil para a trajetória deflacionária dos alimentos em Brasília acompanhar a trajetória de queda dos alimentos no resto do país. A Figura 2 mostra a inflação dos subgrupos de Alimentação e Bebidas para cada região pesquisada, e mostra como a inflação de Brasília ficou entre as três primeiras no ranking das localidades.

Figura 2 - IPCA de subgrupos Alimentação dentro e fora do domicílio - variação percentual acumulada (%) em 2017 – Brasil e regiões pesquisadas



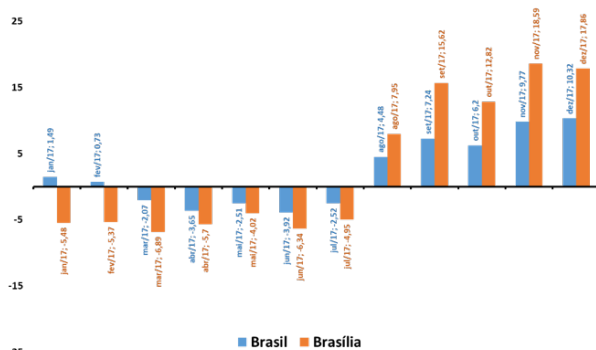
Fonte: IBGE/ Elaboração Codeplan/GECON-Nupre

Já o grupo de transportes mostrou esse resultado devido, principalmente, ao aumento de tarifas de ônibus urbano, ocorrido em fevereiro de 2017, e ao comportamento dos preços da gasolina. No primeiro caso, houve uma alta de 25%, e, apesar de ter sido implantado o bilhete único, que teve como objetivo reduzir os custos dos passageiros de transportes urbano, este não é avaliado na metodologia utilizada pela pesquisa. A gasolina mostrou elevação de 17,86% no ano, um comportamento que está relacionado a questões de concorrência local, a aumentos de tributos federais e, também, à nova política de preços nas refinarias da Petrobras, que passou a seguir variações do preço do petróleo internacional.

O gráfico 3 mostra o comportamento do IPCA acumulado em 12 meses da gasolina no último ano. Percebe-se que durante todo o ano houve um descolamento, com o primeiro semestre revelando uma queda muito maior em Brasília do que para o Brasil e, no segundo semestre, uma inversão desse comportamento. Um dos motivos

para a inversão é justamente a queda de preços no início de 2017, em que a gasolina teve redução grande de preços e, quando voltou a crescer, a base de comparação estava muito baixa, fazendo com que a variação relativa aumentasse muito. Outro motivo que pode ter alguma influência, ainda que de baixo impacto, é a cessação da intervenção do CADE num dos maiores grupos de postos de gasolina do DF, conforme explicam Cruz e Schlabit (2017) em nota técnica sobre os preços da gasolina C no Distrito Federal.

Gráfico 3 - IPCA do item Gasolina - variação percentual acumulada (%) em 12 meses – Brasil e Brasília – janeiro de 2017 a dezembro de 2017

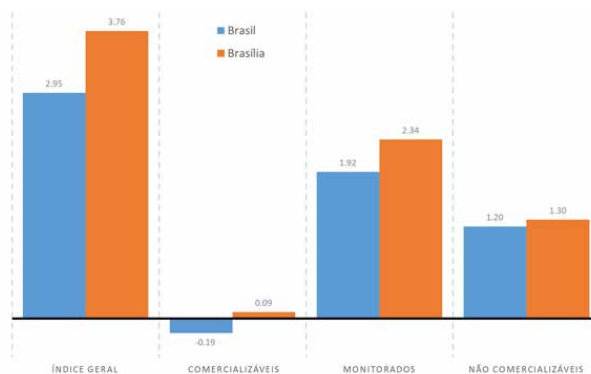


Fonte: IBGE/ Elaboração Codeplan/GECON-Nupre

Outra forma de analisar a inflação é a separação por categorias de preços, segundo a definição do Banco Central do Brasil. O gráfico 4 mostra a variação em 12 meses segundo as categorias de preços Monitorados¹, Comercializáveis² e Não Comercializáveis³.

É possível observar que a categoria Monitorados é a principal responsável pelo descolamento da trajetória inflacionária entre Brasília e Brasil, mostrando a maior diferença de variação acumulada no ano de 2017. A análise por produto mostra que as maiores altas em Brasília foram registradas nos produtos tarifas de ônibus urbano (em Brasília, 25,00%, e no Brasil, 4,04%), gasolina (em Brasília, 17,86%, e no Brasil, 10,32%), plano de saúde (em Brasília, 13,62%, e no Brasil, 13,53%), gás de botijão (em Brasília, 12,53%, e no Brasil, 16,00%). Pelos números, percebe-se que a magnitude da variação dos preços dos produtos é diferente.

Gráfico 4 – IPCA: Variação acumulada em 12 meses (%) – Brasil e Brasília – 2017



Fonte: BACEN/IBGE. Elaboração DIEPS-Gecon/CODEPLAN

A categoria Não Comercializáveis mostra, também, elevação de preços maior em Brasília do que no Brasil. Neste caso, alguns produtos de alimentação no domicílio e cursos regulares e diversos podem ser apontados como responsáveis pela diferença. Por fim, a categoria Comercializáveis, que se comportou perto da estabilidade ao longo do ano, apresentou resultados próximos a zero, mostrou uma variação positiva em Brasília, enquanto no Brasil, a variação foi negativa. Novamente os produtos da alimentação no domicílio e alguns itens de vestuário masculino influenciaram o resultado em Brasília.

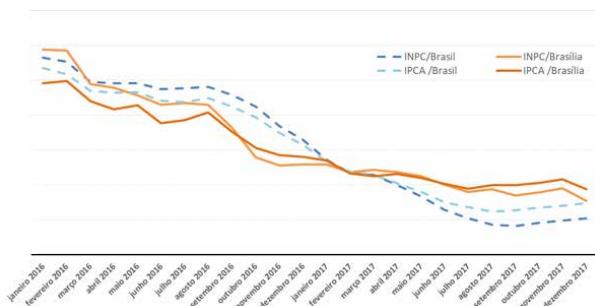
Por fim, cabe mencionar os resultados para o INPC. O INPC é um índice que mede a inflação das famílias de menor renda, utilizando a estrutura de despesas das famílias que recebem até cinco salários mínimos por mês. Em 2017, o INPC/Brasil registrou alta de 2,07% e o INPC/Brasília, 3,09%. Ambos resultados mostram que a inflação da população da renda mais baixa foi menor, fato que beneficia as famílias em situação de maior fragilidade financeira. O Gráfico 5 mostra o comportamento do acumulado em 12 meses. Observa-se que a partir de junho de 2017 ocorre um descolamento da inflação da classe de renda mais baixa em Brasília em relação ao IPCA/Brasília.

¹ Monitorados: os que são regulados em nível federal pelo próprio governo federal ou por agências reguladoras e os que são determinados por governos estaduais e distrital ou municipais;

² Comercializáveis: Alimentos industrializados e semielaborados, artigos de limpeza, higiene e beleza, mobiliário, utensílios domésticos, equipamentos eletroeletrônicos, aquisição de veículos, álcool combustível, cama/mesa/banho, fumo e bebidas, vestuário e material escolar;

³ Não comercializáveis: Produtos in natura, alimentação fora do domicílio, aluguel, habitação-despesas operacionais, veículos-seguro/repares/lavagem/estacionamento, recreação e cultura, matrícula e mensalidade escolar, livros didáticos, serviços médicos e serviços pessoais.

Gráfico 5 - IPCA e INPC - Variação percentual acumulada em 12 meses – Brasil e Brasília – janeiro de 2016 a dezembro de 2017



Fonte: IBGE/ Elaboração Codeplan/GECON-Nupre

Comentários

A inflação de Brasília em 2017 dividiu o pódio com Goiânia no quesito maior inflação brasileira entre as regiões pesquisadas. Os fatores que levaram a esse resultado se encontram nos preços de produtos do grupo Transportes – como as tarifas de ônibus urbano e o preço da gasolina – e, também, nos itens de Alimentação e bebidas. O primeiro, motivado por um reajuste pontual de tarifa de transporte público, aliado a mudanças na política de precificação da gasolina refinada. No caso dos alimentos, a menor magnitude da deflação pode ter

raízes na crise hídrica, que fez com que custos elevassem para estabelecimentos que comercializam alimentos fora do domicílio, além de favorecer problemas na produção local de itens como hortifrúti, entre outros.

Apesar de ter registrado variação mais alta do país, a inflação de Brasília ainda está comportada, com resultados abaixo da meta estabelecida para a inflação brasileira. Não apenas isso, a inflação da classe de renda mais baixa, o INPC, mostra-se ainda menor, auxiliando o alívio inflacionário para essas famílias.

Referências

CRUZ, Bruno de Oliveira, SCHLABITZ, Clarissa Jahns “Os preços da gasolina “C” no Distrito Federal” Nota Técnica CODEPLAN, dezembro de 2017

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE “Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC – IPCA” – IBGE – Rio de Janeiro – janeiro de 2018

Clarissa Jahns Schlabitz

clarissa.schlabitz@codeplan.df.gov.br

Gerente de Contas e Estudos Setoriais/ DIEPS/ CODEPLAN



Reuniões do Grupo de Conjuntura Econômica em 2018

A COMISSÃO DE POLÍTICA ECONÔMICA (CPE) CONVIDA PARA ENCONTROS MENSIS DO GRUPO DE CONJUNTURA SOBRE TEMAS ATUALIZADOS.



Acesse e fique atento ao calendário atualizado.
corecondf.org.br



CORRECON

BITCOIN: Criptomoeda ou pseudomoeda?

**Newton Marques
Marusa Freire**

Um assunto que está na moda da mídia (e do povo) é a Bitcoin. O que é? É uma moeda? Para que serve? É um ativo financeiro? É uma ferramenta importante para realizar transações pela internet? Por que tem tido uma valorização fantástica e atraído muitos incautos que querem enriquecer rapidamente por causa da sua rentabilidade que atingiu 750% em um ano?

Com o sucesso obtido pela Bitcoin, surgiram outras moedas criptografadas, tais como: Ethereum, Ripple, Cardano, NEO, Litecoin, Stellar, EOS, NEM, e TRON. Essas moedas têm negócios (compra e venda) de mais de US\$ 30 bilhões diários. O valor de mercado dessas moedas está estimado em US\$ 390 bilhões após ter atingido US\$ 830 bilhões (Portal do Bitcoin). No Brasil, segundo o site especializado bitValor, os negócios em 2017 com Bitcoin ultrapassaram R\$ 8 bilhões (20 vezes o que foi negociado em 2016). Segundo os sites dessas moedas, existem mais de 1000 moedas e tokens.

Com relação à forte valorização das bitcoins (mais de 750%, desde 2016), as explicações se resumem a manipulação do mercado por alguns traders, criação de bolsas de futuros, inclusão crescente de países e de interessados, facilidades para compras de bitcoins, uso crescente generalizado para uso dessas moedas virtuais nesse mercado. Enfim, é uma relação de mercado entre oferta e procura. E pelo lado da desvalorização, temos ataques hackers, falhas cometidas por integrantes das equipes de desenvolvedores e ações regulatórias das entidades reguladoras de alguns países, dificultando esse uso indiscriminado e explosivo principalmente para os incautos que acreditam no ganho fácil desse mercado com a forte valorização.

Recentemente, a Bitcoin e outras moedas criptografadas foram desqualificadas pelo ex-presidente do Banco Central economista Gustavo Loyola (artigo do Valor Econômico, em 5 de fevereiro de 2018,) chamando-as de pseudomoedas. No seu artigo, Loyola considera que é muito difícil os economistas concordarem com

a qualificação de “moeda”, sob o argumento de que a Bitcoin e semelhantes não são funcionalmente moedas na acepção que ensina a teoria monetária consagrada. Desse modo, para Loyola, até mesmo a denominação “moedas digitais” soaria inadequada, pois para se caracterizar como moeda ou criptomoeda, a Bitcoin deveria cumprir três funções: unidade de conta, meio de pagamento e reserva de valor.

De fato, apesar da Bitcoin ter em teoria todas as três funções da moeda, na prática há um problema com a sua função como meio de pagamento. E isso ocorre não apenas porque a Bitcoin raramente é realmente usada em troca de bens e serviços, mas também devido à sua volatilidade, ao longo tempo, à quantidade de energia gastos em sua computação e, ainda, porque essa nova tecnologia continua sendo estranha aos usuários comuns.

Uma abordagem profissional da valorização de uma moeda digital, como a Bitcoin, exige o exame de seus fundamentos e do crescimento do número de transações e de novos usuários e comerciantes que suportam o seu uso. O que se observa é uma grande discrepância entre os fundamentos e o preço de mercado da Bitcoin. Provavelmente os preços estão subindo como resultado de especulações de usuários devido ao atual impulso de crescimento dos preços e não tanto devido às expectativas de que a Bitcoin substituirá a moeda fiduciária (o dinheiro) nas transações diárias. Precisamente, esta é a chave para responder se as moedas digitais, como a Bitcoin, têm ou não valor e se podem ou não ser considerada moeda.

Aswath Damodaran, professor de Finanças da Stern School of Business, na Universidade de New York, onde ensina finanças corporativas e avaliação de ativos, tem uma opinião similar. Em seu texto publicado em seu blog (The Crypto Currency Debate: Future of Money or Speculative Hope, em 1 de agosto de 2017), ele critica que a atual tendência entre os usuários de moedas digitais seja a discussão sobre seus preços em vez de falarem sobre a

tecnologia como tal e encontrarem soluções para uma adoção mais rápida. No entanto, ao analisar o assunto, ele admite que o preço poderia ser justificável no mercado, se eventualmente tiver refletido a expectativa de que o avanço futuro da tecnologia deve permitir o crescimento real das transações e do número de usuários.

Vejamos a seguir como a questão da qualificação da Bitcoin como de moeda é desenvolvida pelo professor. Se o sucesso de um ativo pode ser definido como um aumento na capitalização de mercado e interesse popular, as moedas criptografadas conseguiram claramente atingir esse objetivo e talvez mais rapidamente do que os proponentes originais esperavam. Todavia, é preciso ter em mente que o sucesso a longo prazo de qualquer moeda criptografada deve responder a uma pergunta diferente. Ou seja, se a moeda criptografada é uma moeda “boa”.

De modo similar ao que afirma Gustavo Loyola, a resposta a essa pergunta depende de quão bem ela cumpre suas três funções:

1. Unidade de conta: uma função-chave para uma moeda é operar como uma unidade de conta, permitindo que você valorize não apenas ativos e passivos, mas também bens e serviços. Para ser efetiva como unidade de conta, a moeda deve ser fungível, divisível e contabilizável.

2. Meio de troca: as moedas existem para fazer transações e isso é mais fácil quando a moeda em questão é facilmente acessível, transportável e é aceita pelos compradores e vendedores. Isso somente ocorrerá se as pessoas confiarem que a moeda manterá seu valor e se os custos das transações forem baixos.

3. Reserva de valor: na medida em que as pessoas detêm algumas ou todas as suas riquezas em uma moeda, elas querem se sentir seguras em deixar essas riquezas naquela moeda, sabendo que não perderá seu poder de compra enquanto estiver armazenado.

Quando se consideram esses requisitos, é possível ver que na vida real não há moedas perfeitas. Por isso cada moeda deve ser avaliada em uma gradação que vai de boa a mau. Em termos gerais, as moedas podem assumir uma das três formas, um bem físico (ouro, prata, diamantes, conchas), uma moeda fiduciária (geralmente assumindo a forma de moeda escritural, papel e moedas

metálicas, apoiada por um governo) e moedas criptografadas. A longa utilização do ouro como moeda pode ser atribuído à sua força como uma reserva de valor, decorrente de sua escassez natural e durabilidade, embora seja inferior às moedas fiduciárias, em termos de conveniência e aceitação, tanto como unidade de conta quanto como um meio de troca. As moedas fiduciárias são apoiadas por governos soberanos e, conseqüentemente, podem variar de qualidade como moeda, dependendo da confiança que temos nos governos emissores. Sem confiança, a moeda fiduciária é apenas papel ou símbolo, e existem algumas moedas fiduciárias onde esse artigo pode se tornar quase sem valor.

Ao examinar como a Bitcoin e outras moedas criptografadas cumprem cada uma das funções, diferentemente do que afirma Gustavo Loyola, o professor considera, que como unidade de conta, não há motivo para duvidar de que possam funcionar, uma vez que são fungíveis, divisíveis e contabilizáveis. O link mais fraco nas moedas criptografadas tem sido a falta de avanços mais profundos como meio de troca ou como reserva de valor. Usando a Bitcoin, para ilustrar, é decepcionante que somente tão poucos revendedores a aceitem como meio de pagamento de bens e serviços. Mesmo no caso de empresas de grande porte que servem de exemplos por aceitarem a Bitcoin, como a Overstock e a Microsoft, a sua utilização é irrisória, já que o fazem em itens limitados e apenas quando contam com um intermediário que converte a Bitcoin em dólares americanos para eles. Uma pessoa certamente ou provavelmente não embarcaria em uma viagem longa ou curta longe de casa hoje, com apenas bitcoins no bolso, nem estaria disposto a converter todas as suas economias em Bitcoin ou em qualquer outra moeda criptografada.

O professor Damodaran considera então que o importante é responder a seguinte questão: por que a Bitcoin e as moedas criptografadas em geral ainda não têm aceitação mais ampla nas transações? Em resposta elenca três razões, algumas das quais mais benignas do que outras:

1. Inércia: as moedas fiduciárias têm um longo prazo de existência, e não é surpreendente que muitas pessoas considerem que a moeda é física e assume a forma de papel e moedas emitidas pelo governo. Embora as pessoas utilizem cartões de crédito e façam

pagamentos por meios eletrônico, seu pensamento ainda esta preso a essa visão do passado e pode demonstrar um pouco, especialmente para consumidores mais antigos e varejistas, a aceitarem uma moeda essencialmente virtual. Apesar disso, a velocidade com que os consumidores adaptaram-se aos serviços de compartilhamento de viagens e às mídias sociais sugere que a inércia não pode ser o motivo dominante que retém a aceitação das moedas criptografadas.

2. Volatilidade dos preços: as moedas criptografadas viram e continuam a ver um aumento selvagem nos preços. Essa situação não pode ser considerada uma qualidade ruim para um ativo objeto de negociação nos mercados financeiros, mas definitivamente não é considerada uma boa qualidade para uma moeda. Um varejista ou prestador de serviços que fixa os preços de seus bens e serviços em Bitcoin terá constantemente de redefinir esses preços, enquanto os consumidores também terão pouca certeza de quanto cada Bitcoin em suas carteiras vai comprar algumas horas mais tarde.

3. Concorrência entre diferentes moedas criptografadas: o jogo de criptografia ainda está apenas no início e os jogadores concorrentes afirmam ter encontrado o segredo para eventual aumento do uso e aceitação da moeda que estão desenvolvendo ou lançando. À medida que as tecnologias e os gostos evoluem, haverá um desbaste do rebanho, onde compradores e vendedores escolherão vencedores. Talvez da lista atual de moedas criptografadas existentes ou talvez surja algo absolutamente novo. É possível que, até que isso aconteça, os potenciais transacionadores se segurem, por medo de apoiar modelo errado.

Em última análise, para o professor, a culpa pelo fracasso, pelo menos até agora, da Bitcoin e demais moedas criptografada no que se refere às transações está nos seus criadores. Para ele, ao olhar para o design e ouvir o debate sobre o futuro das moedas criptografadas, observa-se que o público alvo do marketing das divisas criptografadas não tem sido os transacionadores, mas os comerciantes de moeda. Essa realidade é o que torna as moedas criptografadas, por um lado, tão atraentes para os negociadores de moeda (os movimentos selvagens no preço, a imprevisibilidade, a excitação) e, por outro, as tornam inaceitáveis para os transacionadores.

Uma moeda criptografica que poucas pessoas usam como moeda, como conclui o professor, não será capaz de se sustentar no longo prazo com esse tipo de abordagem. Ironicamente, se os negociadores de Bitcoin e de moedas criptografadas querem que seus investimentos nessas moedas mantenham seu valor, as moedas devem se tornar menos excitantes e lucrativas como ativos para investimento no mercado financeiro e se tornarem mais aceitas como moedas para a realização de trocas por bens e serviços. E por entender que isso não acontecerá por acidente, o professor sugere, entre outros itens: (a) que os criadores e proponentes da moeda criptografada, falem menos sobre quanto dinheiro uma pessoa faz comprando e vendendo a moeda e mais sobre sua eficácia de seu uso nas transações; e (b) que o design da criptomoeda se concentre mais na criação de recursos que a tornam atrativa como moeda para transações e não como ativo para investimentos financeiros.

O fato é que, embora a euforia com a Bitcoin e suas assemelhadas, pelo menos no setor financeiro, venha atraindo muitos investidores, qualquer discussão sobre moedas criptografadas e seus efeitos na economia ainda está na sua infância. Sobretudo porque, apesar do sucesso como objeto de especulação financeira, as moedas virtuais até o momento não obtiveram sucesso na concorrência com a moeda fiduciária no que se refere ao seu uso para a realização de transações. Esse fato, no entanto, não significa que a Bitcoin e demais moedas criptografadas possam ser denominados de pseudomoedas.

Newton Marques
newton.marques@uol.com.br

Conselheiros do Corecon-DF.



Marusa Freire
marusafreire@hotmail.com

Advogada, pesquisadora e consultora em moedas sociais e serviços financeiros digitais.



ARTIGO

Criptomoedas e a Bitcoin

Gílson de Lima Garófalo
Terezinha Filgueiras de Pinho

Setembro/Dezembro 2017
Janeiro/Abril 2018

45

Introdução

Atualmente a mídia em geral e a econômica em particular, tem se preocupado e dado ênfase às criptomoedas ou ao criptodineiro. Assim, o propósito desta contribuição é discorrer didaticamente sobre o assunto facilitando sua compreensão mesmo por quem não esteja diretamente envolvido com a matéria.

Segundo os dicionários, criptografar nada mais é do que converter um arquivo num código secreto, com o intuito de que as informações nele contidas não possam ser lidas até serem decodificadas. Dessa maneira, as criptomoedas são moedas digitais, inventadas por programadores e criptografadas através de uma série de códigos-fonte de decifração complexa e difícil, objetivando garantir a respectiva proteção e segurança. Ao contrário da moeda tradicional, existem apenas no universo virtual.

O controle das criptomoedas por seguir um sistema descentralizado, não envolve a administração por instituições financeiras e bancos. Substituem parcialmente as transferências internacionais realizadas através de papel moeda, gerando oscilações de preços, além da especulação. Utilizadas como investimento, mas igualmente servindo para compra e venda no âmbito do mercado paralelo, preocupam e enfrentam oposição dos bancos centrais dos diferentes países.

Pastore (2018) ressalta que, embora existam exceções raras quando, por exemplo, nos casos de países em que hiperinflações ocorram e a moeda corrente, com todas as desejáveis características, tais como terem curso legal, exclusividade no pagamento de tributos, constituírem medida e reserva de valor, além de estarem sob controle através de uma política monetária de estabilidade de poder aquisitivo, chegue ao extremo de ser substituída pela de outros países dando curso a dolarizações, o fato é que as criptomoedas estão florescendo em nações estáveis. Exemplificam essa situação os Estados Unidos, a Eurolândia e o Reino Unido.

Informações coletadas em fontes diversas dão conta de 1992 como a data de origem da criptomoeda, quando, na Intel Corporation, teria aflorado a ideia de criação de uma moeda digital anônima independente com o objetivo de mudança da estrutura das empresas removendo o Estado do controle das operações financeiras. Em 1998, na Universidade de Washington foi apresentada a proposta do B-money, sistema de internet financeiro gratuito aos usuários e isento de impostos. Nessa mesma época foi tentada a criação de uma moeda digital, o Bit Gold o qual não prosperou por não terem sido equacionados problemas dentre os quais o de rastreamento de transações e respectiva descentralização. E os problemas prosseguiram insolúveis por uma década.

Em 2008, Satoshi Nakamoto, misterioso personagem pressupostamente japonês, sugere o conceito de Bitcoin, fundamentado em uma cadeia de informações sobre as transações realizadas. No ano seguinte, era criada começando a ser desenvolvida a Criptomoeda Bitcoin. Nakamoto teria deixado o projeto em 2010, sendo, desde então, raras as informações sobre o seu paradeiro ou o capital que detinha, embora se estime este em um milhão dessa moeda.

Atualmente, existiriam mais de 1.000 criptomoedas alternativas todas voláteis, denominadas, no conjunto, de Altcoins e movimentando diariamente, no conjunto, dezenas de bilhões de dólares. Ao lado da Bitcoin, objeto de consideração em parte subsequente, oportuno enumerar algumas delas.

- Ethereum (ETH) = antepondo-se a Bitcoin foi projetada para funcionar como meio de pagamento eletrônico de ponto-a-ponto, (ou peer-to-peer), focando em contratos inteligentes, executados quando condições específicas são atendidas. Pode ser usado para codificar, descentralizar, tornar seguro e comercializar tudo que possa ser programado: votações, nomes de domínio, transações financeiras, crowdfunding (ou financiamento coletivo), governança de empresas e estados, contratos e acordos de qualquer tipo e até mesmo propriedade intelectual. Há também o

Ethereum Classic (ETC), uma continuação da plataforma original do Ethereum surgida como consequência de ataque de hackers ao sistema da mesma.

- Cardano (ADA) = Conhecida por Ethereum do Japão tendo em vista que em sua oferta inicial no mercado, 95% dos participantes eram japoneses. É considerada uma plataforma dinâmica e econômica.

- BlackCoin (BLK) = criptomoeda top. Pode ser entendida como um banco público no qual contas não podem ser congeladas, Permite efetuar pagamentos a qualquer pessoa no mundo em questão de segundos. O usuário pode criar uma conta desde que baixe o software e este, por não possuir um proprietário, não pode ser fechado. É uma grande reserva de riquezas como seria o ouro.

- Stellar (XLM) = em relação à Bitcoin efetua transações mais rápidas e não utiliza a mineração. Atraiu parceiros de peso como a IBM.

- Litecoin (LTC) = criada em 2011 por um ex-engenheiro da Google, ao contrário da Bitcoin utilizada para compras mais caras, ocupa espaço nas microtransações, possuindo confirmação destas de forma mais rápida e melhor eficiência de armazenamento e, como ferramenta de comércio, a complementa. Conta com considerável suporte da indústria, volume de negociações e liquidez.

- Monero (XMR) = moeda virtual descentralizada tal como a Bitcoin, não sendo descendente da mesma. Caracteriza-se como um sistema monetário fungível e não rastreável. Tem de modo intrínseco, um nível elevado de privacidade comparativamente às demais criptomoedas. Lançado em 18/04/2014, o site foi fechado em 2017 devido à ilegalidade de funcionamento.

- Zcash (ZEC) = fundada em 2016, oculta automaticamente a fonte de envio e, também, informações do destino se posicionando como forma de efetuar transações de maneira um tanto mais particular.

- DogeCoin (XDG) = tem como símbolo o Doge, cachorro de raça Shiba que se popularizou por ragnar como se fossem palavras em inglês.

- Ripple (XRP) = é uma rede de sistema de pagamentos em código aberto objetivando ultrapassar barreiras de taxas impostas pelas instituições financeiras sendo atualmente a terceira criptomoeda com maior volume de

transações no mundo.

Bitcoin

No cenário tupiniquim, a Bitcoin, em seu nono ano de existência, é a criptomoeda mais famosa, despertando curiosidade e eventual interesse de nela investir. Como moeda virtual não existe fisicamente, sendo um código caracterizado pela tecnologia e inovação, constituindo um sistema de comunicação funcionando através da internet, chamado na ciência da computação como “protocolo”. Neste sentido, assemelha-se ao e-mail, constituindo espécie de linguagem universal, permitindo que computadores diferentes consigam se comunicar realizando as mais diversas tarefas específicas.

Os protocolos tradicionais tais como os de acesso às páginas da internet funcionam de modo cliente-servidor. No caso da Bitcoin não fazem essa distinção: todo cliente é também um servidor. Tais protocolos são chamados de peer-to-peer, ou p2p. não podendo ser desligados por terceiros. Não existe um servidor central responsável pela moeda: todos os participantes do protocolo Bitcoin são ao mesmo tempo clientes e servidores do sistema.

Efetivamente, a Bitcoin é um sistema de comunicação funcionando em cima da Internet, e nada mais que isso. Da mesma forma que não existe uma empresa responsável pelo e-mail, não existe uma entidade responsável por ela. Como mencionado, trata-se apenas de um protocolo de comunicação, que define uma unidade digital, de emissão limitada.

Além disso, por trás da Bitcoin está a inovação genial do Blockchain (Pastore, 2018), tecnologia criando um meio de troca confiável garantindo a impossibilidade de falsificar ou modificar o registro de transações realizadas. Essa tecnologia registra as transações mundialmente efetuadas garantindo, em princípio, segurança e integridade e, a cada uma delas, é gerado novo “código” a ser acrescentado àquele preexistente da Bitcoin

O “código” da Bitcoin contemplaria, ao ser concebido, a produção de 21 milhões de moedas lembrando que, como já mencionado, em torno de 1 milhão estaria em mãos do seu próprio idealizador. Hoje, restaria menos de 25% a serem mineradas.

Embora seja possível acessar a rede de computadores e minerar uma Bitcoin, há necessidade de conhecimento

em programação e dedicação para desvendar o código, ou seja, não se trata de tarefa fácil. Certamente, esgotados os 21 milhões, nenhum adicional será criado, razão que a leva a ser reconhecida como espécie de ouro digital, de natureza escassa, pois apenas tal montante irá existir.

A aquisição das Bitcoins é efetuada online através de “exchanges”, ou seja, plataformas específicas das quais a mais conhecida é denominada ‘Mercado Bitcoin’. Para investidores que possuam conta em uma corretora de valores a sistemática assemelha-se à negociação no mercado de capitais via internet à medida que permite sejam enviadas ordens de compra e venda e onde, maiores de 18 anos e com local de residência devidamente comprovado, têm possibilidade de acesso a uma conta aberta com CPF válido. Em linguagem mais técnica, se trata do “home broker”, sistema disponibilizado pelas corretoras para conectar seus clientes ao pregão eletrônico no mercado de capitais. Possuindo a conta aberta na plataforma, por exemplo, naquela mencionada, basta transferir o dinheiro para concretizar a compra que pode ser de 1 Bitcoin ou de frações da moeda a partir de R\$ 50,00. Os investidores informam quanto desejam adquirir ficando à espera de um vendedor.

As corretoras brasileiras especializadas na compra e venda das Bitcoins são em torno de uma dezena destacando-se: FoxBit, Walltime, MercadoBitcoin, BitcoinTrade, Bitcoinoyou, BitCâmbio, FlowBTC, BitInvest, Rippex e Brazilix. Normalmente cobram entre 0,3% e 07% sobre o valor da operação, tanto de compradores como dos vendedores.

Os investimentos em Bitcoins, de acordo com a Receita Federal, caso ultrapassem o patamar de valor histórico de aquisição de R\$ 5.000,00 devem constar na relação de bens quando do preenchimento da Declaração Anual do Imposto de Renda. A tributação sobre a transação das mesmas é devido quando a moeda seja vendida com lucro. Assim, nas alienações cujo lucro total no mês for superior a R\$ 35.000,00, incide a alíquota de 15% a título de ganho de capital.

Por outro lado, segundo instrução vigente e pendente de deliberação futura, da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, os fundos estão proibidos de investir, de forma direta, isto é, compra a moeda pura e alocação dentro do portfólio, nessa e em qualquer outra criptomoeda. Nos

investimentos indiretos, caso dos derivativos, objetivando diminuir riscos de aplicações diretas, a recomendação é para que seja aguardada uma decisão final do Órgão, pois, por enquanto, nenhuma das criptomoedas é reconhecida como ativo financeiro.

Segundo Ming (2018), ocorre um vício grave no posicionamento da CVM, ou no desconhecimento da história da moeda. Esta, no passado remoto, tinha a sua utilização na forma de ossos, conchas e folhas de tabaco. Na evolução histórica, deixando de lado outras alternativas que a configuraram, chega-se à situação presente em que passa a ser preponderantemente escritural, isto é, retratada sob a forma de depósitos bancários e títulos apenas registrados em computador movimentados por cartões de plástico ou até por um clique em celular.

Importante mencionar que não se deve deixar dinheiro parado na conta na plataforma de compra e venda tendo em vista inexistir proteção do investimento, pois, em falindo a “exchange” ou caso seja ela hackeada, o investimento desaparecerá ou virará pó. Segundo especialistas, o conveniente é criar uma carteira virtual (ou efetuar um backup off-line uma vez que a Bitcoin como código que é, se pode ficar livre dos hackers, não significa que esteja imune a problemas técnicos os mais diversos) para armazenar a moeda adquirida, através de software baixado e rodado no computador do investidor. Existem sites para essa providência ou carteiras em forma de aplicativo para efetuar a armazenagem com relativa segurança visando resguarda possível ataque por hackers.

Os potenciais investidores em criptomoedas, incluindo a Bitcoin, devem ser advertidos sobre alguns aspectos. Inicialmente, são moedas sem lastro, sem regulação e de alta volatilidade. Nesse contexto, ao contrário do papel-moeda tradicional, não contam com a garantia comprobatória que valha ou comprove o que por elas é pago. Sequencialmente, nenhum país as teria adotado como moeda oficial, permanecendo, assim, à margem de legislações ou normas legais específicas. Por fim, tal e qual no mercado de capitais, as cotações são sensíveis, podendo oscilar exageradamente para cima ou para baixo em face de acontecimentos até fortuitos, incluindo a própria especulação e/ou manipulação por grandes investidores.

Por outro lado, historicamente a única condição necessária para que algo apresente valor e utilização como meio

de troca é que seja escasso e divisível em partes menores. Como visto, a Bitcoin atende a isso.

Adicionalmente, segundo Viaba (2012), há vantagens diversas relativamente aos meios existentes, destacando-se:

- Transferência global, instantânea, quase de graça, pela internet.

- Não requer a existência de contas bancárias de modo que hoje, todos os desbancarizados, só precisam de um Smartphone para poder usar o Bitcoin.

- Custo mínimo de transação.

- Transferências sem risco de fraude. É matematicamente impossível fraudar Bitcoins. Recebendo, a transação, 6 (seis) confirmações, o que demora uma hora é impossível revertê-la. Transações de cartão de crédito levam até 90 ou 120 dias para serem irreversíveis.

- Com Bitcoin, gastar a mais para ter um intermediador garantindo a segurança do comprador é opcional, permitindo que negociações pela Internet aconteçam sem intermediações de administradoras de banco ou cartões,

- Ninguém pode confiscar ou congelar o dinheiro. A acessibilidade é exclusiva do investidor pode se necessário, memorizar suas chaves privadas. A Bitcoin é exclusiva.

Complementarmente, além de investir na Bitcoin, muitos pensam em minerá-la. O processo é complexo demandando a instalação de um software de mineração no computador. Trata-se de uma dificuldade muito grande e mesmo com a possibilidade de processar e levar adiante a ideia, validar transações e a cada período de tempo determinado ganhar uma pequena fração da moeda, o desgaste do equipamento será inevitável e o gasto com energia tão alto que acabariam ultrapassando o lucro obtido mineando. Ademais, o código se modifica automaticamente uma vez que foi desenhado para que existam apenas 21 milhões de Bitcoins. Aliás, um dispêndio com eletricidade é tão significativo que algumas empresas brasileiras processadoras preferiram se instalar no Paraguai, país em que a tarifa energética é menor.

Considerações finais

Certamente é impossível prever se no futuro a Bitcoin como moeda global venha a substituir aquelas dos diferentes países, uma realidade considerada como algo possível mudando completamente a economia e o mundo

(Empiricus, 2018). De qualquer maneira, aos aplicadores cabe a alerta de que investir em Bitcoin é algo arriscado, razão pela qual não se deve comprometer parcela relevante do patrimônio pessoal. A propósito, vale ilustrar com a história seguinte:

Muitos macacos viviam perto de uma aldeia. Um dia, um comerciante chegou para comprar esses macacos anunciando que pagaria US\$ 100 cada.

Os moradores achavam que esse homem estava louco, mas apesar de acharem estranho alguém comprar simples bichanos por tal preço, resolvem vender alguns dos macacos. E a notícia se espalhou como um incêndio e muitas pessoas se interessaram.

Depois de alguns dias, o comerciante retornou anunciando que pagaria US\$ 200 por cada macaco. Agora, até os aldeões mais preguiçosos correram para pegar os macacos restantes e venderem por tal preço.

Em outro dia o comerciante anunciou que compraria os macacos a US\$ 500. Os aldeões começaram a perder o sono! Entretanto, pegaram tudo o que restava, cerca de seis ou sete macacos e receberam tal importância por cada um.

Nessa altura, ficaram esperançosos quanto a próxima oferta do comerciante. Entretanto, este anunciou que iria para casa por uma semana e no retorno estaria disposto a pagar US\$ 1.000 por cada animal. Nisto pediu ao seu empregado para cuidar dos macacos que havia comprado, os quais estavam todos enlaulados.

Os aldeões ficaram tristes já que não haveria mais nenhum para vendê-los. Neste momento, o empregado disse-lhes que venderia secretamente alguns macacos por US\$ 700 e a notícia se espalhou como um fogo. Com efeito, poderia haver um lucro de US\$ 300 por cada macaco.

No dia seguinte o empregado conseguiu vender todos os macacos a tal preço. Os ricos compraram os bichanos em grandes lotes enquanto os pobres pegaram dinheiro emprestado de especuladores para fazê-lo. Todos cuidaram dos bichos na expectativa da volta do comerciante o que não aconteceu. Correram então para o empregado, mas este também desaparecera. Os aldeões então perceberam que haviam comprado a US\$ 700 cada macaco e agora eram incapazes de vendê-los.

Moral da história: o Bitcoin será o próximo negócio de

macacos. Isto fará muitas pessoas falirem e alguns desonestos ricos neste negócio de macacos. É assim que isto vai funcionar. Em outras palavras, a historietta objetiva uma explicação didática de Valor e Demanda. Alta lucratividade, caracteristicamente uma demanda inercial retroalimentada e, no fim, muitos irão ficar com o “mico”, ou seja, com os macacos.

Krugman (2018), mencionando Robert James Shiller, professor de economia da Universidade de Yale (USA), especialista mundial em bolhas de mercado, cita ser a Bitcoin uma bolha envolta em misticismo tecnológico. Dessa forma, como bolha de ativo constitui esquema de uma pirâmide na qual os primeiros que nela investem ganham muito dinheiro porque novos investidores são atraídos ao mercado, e o lucro que os investidores iniciais realizam atrai ainda mais gente. O processo pode continuar por anos antes que algo, como um teste de realidade ou a simples exaustão do pool de otários potenciais, provoque o fim súbito e doloroso da festa.

Como meio de pagamento eletrônico não existe uma razão plausível e prática para utilizar a Bitcoin, a não ser o desejo de anonimato tal e qual nos casos envolvendo drogas, sexo e outros bens do mercado negro. De passar ainda, que mesmo em conferências sobre essa criptomoeda, ela chega a ser recusada como pagamento dos participantes!

Referências

BAZAN, Vinicius. O que é Bitcoin e como investir? Empiricus. 2018. Disponível em: <https://www.empiricus.com.br/artigos/bitcoin/> Acesso em 05/01/2018.

BRANT, Danielle e PORTINARI, Natália. O que são e para que servem as criptomoedas, como a bitcoin? Folha de São Paulo. 25/09/2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/09/1921472-o-que-sao-e-para-que-servem-as-criptomoedas-como-a-bitcoin.shtml> Acesso em 10/01/2018.

JAKITAS, Renato. CVM proíbe fundo de investir em criptomoeda. O Estado de São Paulo. 13/01/2018, p. B8.

JAKITAS, Renato. Bitcoin cai abaixo de US\$ 10 mil e assusta investidor. O Estado de São Paulo. 18/01/2018, p. B9.

KRUGMAN, Paul. Bitcoin é bolha envolta em

misticismo tecnológico e terminará em desastre”. Tradução de P. Migliacci. Folha de São Paulo. 30/01/2018. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/paulkrugman/2018/01/1954613-bitcoin-e-bolha-envolta-em-misticismo-tecnologico-e-terminara-em-desastre.shtml> Acesso em 31/01/2018.

MING, Celso. O Bitcoin e a história da moeda. O Estado de São Paulo. 19/01/2018, p. B2.

Muito além do Bitcoin: conheça 10 criptomoedas que competem no mercado. Jornal do Brasil. 21/01/2018. Disponível em: <http://www.jb.com.br/economia/noticias/2018/01/21/muito-alem-do-bitcoin-conheca-10-criptomoedas-que-competem-no-mercado/> Acesso em 22/01/2018

PASTORE, Afonso C. Moedas e criptomoedas. O Estado de São Paulo. 13/01/2018, p. B8.

VIABA, Wladston. O que é Bitcoin? Um Guia para os Curiosos e Futuros Investidores. Bussola do investidor. 2012. Disponível em <https://blog.bussoladoinvestidor.com.br/o-que-e-bitcoin/> Acesso em 02/01/2018.

GLG/TFP – janeiro/2018

Gilson de Lima Garófalo

songil@puccsp.br

Economista, Vice-Presidente de Comunicação do Sindicato dos Economistas no Estado de São Paulo e Professor Titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.



Terezinha Filgueiras de Pinho

terezinha@ifrr.edu.br

Economista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Roraima – IFRR.





XXIII PRÊMIO TESOURO NACIONAL 2018

Concurso de Monografias em **Finanças Públicas**



Acesse o QR code acima
para mais informações

TEMAS

Equilíbrio, transparência e planejamento
fiscal de médio e longo prazo

Gestão de tesouraria, composição, rigidez e
alocação eficiente do gasto público

Federalismo fiscal

PREMIAÇÃO

1_ R\$40.000,00

2_ R\$20.000,00

3_ R\$10.000,00

INSCRIÇÕES
até 3/9/2018

REGULAMENTO
esaf.fazenda.gov.br

INFORMAÇÕES
premio-stn.d.fesaf@fazenda.gov.br
(61) 3412-6286 | 3412-6018

Patrocínio



Realização



Idealização



MINISTÉRIO DA
FAZENDA

Nota do Cofecon – Em 2018, retomar o crescimento econômico com inclusão e proteção social: o Brasil não é o mercado financeiro

O Conselho Federal de Economia tem se posicionado e defendido a retomada do crescimento econômico, condição essencial para a redução da taxa de desemprego e para a elevação da renda nacional. Mas não a qualquer custo, e sim propiciando a inclusão e a proteção social e promovendo a melhor distribuição da renda e da riqueza. Ocorre que a retomada do crescimento em curso vem acompanhada de uma persistente piora dos indicadores sociais. Os empregos que estão sendo gerados, por exemplo, são essencialmente informais ou precários.

Dessa forma, devemos avaliar se as propostas de reformas em curso concorrem para a retomada do crescimento nos termos desejáveis, ou têm sido pautadas apenas pelas demandas do mercado financeiro. É o caso da Reforma Tributária, que não pode focar apenas na simplificação tributária, como quer o mercado, que é desejável, mas insuficiente. Ela deve efetivamente mudar nosso modelo tributário regressivo, que tem sido historicamente o principal instrumento de concentração da renda e da riqueza no país.

No 22º Congresso Brasileiro de Economia (CBE), realizado em setembro de 2017 em Belo Horizonte (MG), com a participação de mais de 1.200 economistas e acadêmicos de todo o país, o documento final do evento frisava que “Os bancos e as grandes corporações pretendem impor seus interesses ao conjunto da sociedade brasileira. É imperativo que a vontade soberana do povo esteja acima dos anseios e receios do mercado”.

O que se assiste no cenário brasileiro é a constatação de uma enorme pressão do “mercado”, especialmente o financeiro, sobre a arena política e institucional em suas diversas esferas. Os últimos acontecimentos no cenário político e judiciário evidenciaram a grande influência que o mercado financeiro tem nas decisões políticas, econômicas e institucionais.

Ora, o Brasil não se restringe ao mercado. Não pode o interesse econômico de investidores e especuladores substituir a vontade de 208 milhões de brasileiros, por qualquer que seja. Ao mercado financeiro interessa a politização da justiça, a judicialização da política ou, mais ainda, a criminalização da política, para que ele reine soberano, e assim, imponha sua agenda de reformas: previdenciária,

tributária, fim da Lei do Salário Mínimo etc.

Após recente decisão proferida pela justiça federal de Porto Alegre, as manchetes evidenciaram que a sentença contemplara o desejo do mercado financeiro. É importante frisar que não só o julgamento em questão mas vários atos do Poder Judiciário têm recebido críticas e ressalvas de diversos juristas respeitados e consagrados. O Poder Judiciário não pode ser visto como algo imaculado, isento a equívocos e desvios.

É sintomático que a condenação veio no momento em que o governo federal fixou o novo Salário Mínimo em R\$ 954,00, reajuste de 1,81% (miseros R\$ 17,00) que sequer repõe o INPC (2,06%). Trata-se do menor reajuste do SM em 78 anos, desde sua instituição em 1940. De outro lado, os 43 bilionários brasileiros possuem, segundo a Forbes, fortuna estimada em R\$ 549 bilhões, com aumento de R\$ 65 bilhões em relação a 2016, ou R\$ 1,5 bilhão a mais cada um, em média.

O que se requer nesse momento tão grave da vida nacional é a prevalência dos interesses da população num processo democrático e isento de pressões e constrangimentos do capital financeiro e especulativo.

Conselho Federal de Economia

Nota do Cofecon sobre Política Fiscal

A política fiscal atual, orientada para reverter o crescimento recente da dívida pública em relação ao PIB, tem descuidado da promoção da justiça social com medidas de política econômica, propostas e adotadas, que oneram os mais pobres mantendo privilégios dos mais ricos. Essa tendência se reflete: (i) na reforma da previdência como forma de reduzir os fluxos de transferências para segmentos de baixa renda; (ii) nos tetos estabelecidos na Emenda Constitucional nº 95, obrigando a comprimir gastos sociais; (iii) na manutenção dos custos financeiros da dívida pública ainda desnecessariamente altos; e (iv) na não elevação da tributação sobre os mais ricos.

De início, benefício previdenciário no Brasil, para o setor privado (RGPS), não deve ser considerado de forma estrita, como uma transferência do governo apenas para os que não conseguem garantir o sustento com seu trabalho ou capital. Toda argumentação dos defensores da reforma trata dessa forma, quando essas transferências, no Brasil, têm função adicional, qual seja, reduzir a concentração de renda, funcionando como um imposto de renda negativo para os beneficiários que possuem capacidade laborativa. Claro que existem alternativas melhores de diminuir as desigualdades, mas o que se pretende, neste momento, é retirar essas transferências sem redirecioná-las para gastos socialmente mais relevantes, mas somente para melhorar resultados fiscais sem retirar dos com maior capacidade contributiva.

Precisamos desconstruir a ideia de que os níveis de taxa de juros no Brasil seriam como uma lei da natureza. Por um lado, não é verdade que se pratica a mínima exigida pelo mercado para financiar a dívida pública, pois, se assim fosse, a taxa básica real, para um ano por exemplo, não teria se mantido em torno de 1,7%, de jul/2012 a jan/2013 (3,0%, de ago/2017 a dez/2017) sem o mercado deixar de financiá-la. Por outro lado, também não é a taxa mínima exigida para o controle da inflação, pois outros instrumentos podem ser utilizados pelo Banco Central para auxiliar e contenção de pressões inflacionárias de demanda.

No mesmo sentido, não se sustenta o argumento, insistentemente colocado pela grande mídia, de que a carga tributária no Brasil seja demasiada. Carga tributária sobre quem? Segundo o IPEA, os 10% mais pobres no Brasil gastam 32% de sua renda em tributos – sendo que 28% desse total são indiretos, sobre produtos e serviços. Em contrapartida, a parcela dos 10% mais ricos da população gasta apenas 21% de sua renda em tributos, sendo 10% em tributos indiretos. [Equidade fiscal no Brasil: impactos distributivos da tributação e do gasto social, 2011]. Tais resultados decorrem de maior tributação sobre o consumo do que sobre a renda, da ausência de impostos que alcancem mais aos ricos e da possibilidade que têm de expedientes para obter tratamento tributário mais favorável, como a constituição de empresas

para registrar rendas, despesas e patrimônios pessoais.

O relatório do Banco Mundial intitulado Um Ajuste Justo, encomendado pelo governo e recentemente divulgado, tendo como proposta analisar os gastos primários, apresenta, como principal conclusão, que o governo brasileiro gasta mais do que pode e, além disso, gasta mal. Com isso, recomenda uma série de medidas destinadas a reduzir os gastos primários, identificando como principal a reforma da previdência, como proposta pelo governo. Apesar disso, não deixa de alertar para distorções fiscais importantes, à margem desses gastos, que precisam ser enfrentadas, como a regressividade do sistema tributário [“Devido à existência de muitas fontes de renda não tributáveis (tais como ganhos de capital e dividendos), a tributação sobre a renda pessoal não afeta os ricos de maneira adequada.” p.35] e os altos custos financeiros do setor público brasileiro [“O nível de reservas internacionais também é bastante alto para padrões internacionais, o que acarreta um custo fiscal significativo. (...) Seria importante estudar cuidadosamente se há escopo para redução das reservas internacionais.” p.37]

Concordamos que o setor público gasta mal. Seria muito proveitoso elevar a eficiência desses gastos, reduzindo privilégios de castas do serviço público; com planejamento mais estratégico e maior controle nas despesas com ciência, tecnologia e inovações; priorizando e incentivando a elevação da qualidade da educação, seja a prestada pelas instituições públicas seja pelas privadas beneficiadas com recursos públicos; fortalecendo programas de medicina preventiva, dentre outros. Contudo, repudiamos a estratégia de aumentar a eficiência dos gastos apenas como forma de reduzir o seu montante, atingindo gastos sociais e com a promoção do desenvolvimento socioeconômico.

Em termos de política fiscal, é essencial identificar as medidas mais apropriadas no curto e no longo prazos. Para não comprometer a promoção da justiça social, no curto prazo propõe-se reduzir mais as taxas básicas de juros e o volume de reservas internacionais; retornar com o imposto de renda sobre lucros e dividendos distribuídos e com a CPMF; eliminar privilégios abusivos das castas do serviço público, em geral instaladas no legislativo e no judiciário. No longo prazo, elaborar uma reforma previdenciária que não aumente as desigualdades, no sentido de que eventuais reduções em transferências do RGPS nominadas de previdenciárias sejam direcionadas a segmentos sociais mais carentes; realizar ampla reforma tributária, que torne o sistema progressivo; elevar a qualidade do gasto público, em particular os alocados em educação, ciência, tecnologia e inovações, caminho mais promissor para o almejado desenvolvimento socioeconômico.

Conselho Federal de Economia

QUER PUBLICAR SEU ARTIGO?

Escreva para a nossa
próxima edição!

Os artigos deverão versar sobre o tema “**Conjuntura Econômica**” e terem tamanho mínimo de 7.600 caracteres (com espaço).

Os artigos recebidos são avaliados pelo Conselho Editorial da Revista, entretanto, as opiniões expressas no texto são de inteira responsabilidade do autor.

Para mais informações e envio dos artigos: revista@corecondf.org.br.



GINCANA NACIONAL DE

ECONOMIA

VIII edição

FORME SUA DUPLA DINÂMICA PARA COMBATER OS INIMIGOS DO CRESCIMENTO ECONÔMICO!



*Cada Corecon providenciará transporte e hospedagem para os participantes do seu estado.



1º Lugar - 2015



1º Lugar - 2016



1º Lugar - 2017



Premiação em dinheiro para as três melhores duplas. A dupla campeã também ganha **uma viagem** para conhecer Brasília!



COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

Mais informações:
gincana.cofecon.gov.br

[f/cofeconeconomia](https://www.facebook.com/cofeconeconomia) [f/queroseconomista](https://www.facebook.com/queroseconomista)